



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

ANDERSON ALEXANDRE CRUZ VILHENA

“CANUDOS”

Memória, história e identidade Policial Militar paraense.

BELÉM
JUNHO/2011

ANDERSON ALEXANDRE CRUZ VILHENA

“Canudos”: Memória, história e identidade Policial Militar paraense.

Monografia de conclusão do curso de Graduação em
História, apresentada à Universidade Federal do Pará, sob
a orientação do Prof. William Gaia Farias.

BELÉM
JUNHO/2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V711c Vilhena, Anderson Alexandre Cruz.
"Canudos" : Memória, História e identidade Policial Militar
paraense. / Anderson Alexandre Cruz Vilhena. — 2011.
170 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. William Gaia Farias
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de
História, Belém, 2011.

1. História. 2. Polícia Militar. 3. Canudos. 4. Pará. 5.
Primeira República. I. Título.

CDD 016.981

ANDERSON ALEXANDRE CRUZ VILHENA

“Canudos”: Memória, história e identidade Policial Militar paraense.

BANCA:

Prof. Dr. William Gaia Farias. (FAHIS/UFPA)
Orientador.

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha. (FAHIS/UFPA)
Examinador.

Cap QOPM Ronaldo Braga Charlet. (DEI/PMPA)
Examinador.

CONCEITO: _____

A guerra é de vital importância para o Estado; é o domínio da vida ou da morte, o caminho para a sobrevivência ou a perda do Império: é preciso manejá-la bem. Não refletir seriamente sobre tudo o que lhe concerne é dar prova de uma culpável indiferença no que diz respeito à conservação ou à perda do que nos é mais querido.

Sun-Tzu, A Arte da Guerra.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Introdução.....	7
CAPÍTULO I	
Os Contornos de uma Força Militar em Campanha	12
CAPÍTULO II	
Batizados em Sangue.....	46
CAPÍTULO III	
A Construção da Tradição Militar da Polícia	79
Conclusão	109
Bibliografia.....	114
Fontes	119
ANEXOS	
Anexo – A	121
Anexo – B	124
Anexo – C	137
Anexo – D	163

AGRADECIMENTOS.

Compreendo que, contudo a responsabilidade de responder pelas interpretações presentes no trabalho seja individual, o processo de construção do conhecimento não é uma luta solitária, mas se dá coletivamente, seja *strictu sensu* pelo apoio intelectual, o compartilhamento do conhecimento e a orientação teórica e metodológica de profissionais e pesquisadores, seja *lato sensu*, a nível pessoal, pelas pessoas que contribuem individualmente sobre nossas vidas e por tanto indiretamente incidem na qualidade da labuta diária. Desta feita, é por mérito e com justiça que dedico a estas pessoas os meus mais sinceros agradecimentos. Primeiramente, como de praxe, agradeço àqueles que possibilitaram o concurso da graduação e a confecção desta monografia, aos meus pais, Adilson Carlos Vilhena e Socorro Cruz Vilhena, bases e alicerces dos mais valiosos princípios morais.

Cabe um agradecimento especial aos companheiros de curso e irmãos jurados que continuamente me apoiaram ao longo de todos esses anos, seja com maior ou menor “requinte diplomático”; o cartógrafo “militante da natureza” Fernando Alves, dono de uma fé inabalável no futuro, o mais inspirador exemplo de perseverança diante da adversidade, de capacidade de superação e da maior índole, firmeza moral e respeito aos valores mais humanos, agradeço aos deuses e à bem-aventurança nas Norns pela oportunidade de encontrar não menos que um legítimo irmão; o dedicado mestrandando Frederik Matos, um dos mais esforçados, capazes e promissores profissionais da história que me foi dada a oportunidade de conhecer ao longo da graduação, e extra-oficialmente meu coorientador neste trabalho; a auto-proclamada liderança “operacional” nas nossas atividades de grupo, bem como o financiador-mor das nossas atividades “sem fins acadêmicos” que, contudo, sempre desembocavam em debates acadêmicos, o dono do nosso “contexto”, Jeyson Hugo; dos mais esforçados pesquisadores e mais competentes e metódicos profissionais graduados, Alex Raiol; a vocês agradeço imensamente pelo companheirismo, o apoio mora e intelectual e a confiança que me foi depositada, desde as discussões calorosas de historiografia em ambientes deveras inóspitos a isso, até os trabalhos que, contudo nunca dirigidos aos objetivos propostos, jamais foram abandonados ou fugiram às paixões de historiadores de coração.

Digno de consideração é ainda o Cap Ronaldo Charlet, militar cuja capacidade permite exercer com qualidade ambas as profissões que abraçou como suas, sejam no âmbito da segurança pública, seja no da produção histórica e no zelo pelo patrimônio histórico policial militar, sua dedicação em empenho na atuação policial e acadêmica são um exemplo pessoal,

e um débito dos primeiros passos rumo a este trabalho, pelo extremo apoio à minha iniciativa sobre a história militar, em um momento de objetivos ainda pouco delineados.

Aos integrantes das instituições nas quais trabalhei agradeço pela contribuição com a minha formação profissional e pessoal, bem como pelos bons momentos partilhados com aqueles que por bem e com sinceridade trato por amigos; no Setor de Pesquisa do Arquivo Público do Estado a meu ex-supervisor João Lúcio Mazzini pela severidade e exigência com que cuidava da qualidade de nosso trabalho e de nossa saúde durante a pesquisa, a Leonardo Tori, Sandra Lúcia, Laércio e a todos mais do APEP. E ainda no Centro Estratégico Integrado – CEI, aos momentos de descontração e companheirismo e ao exemplo de senso de dever e dedicação agradeço ao Delegado de Polícia Civil Raimundo Benassuly, à Delegada Andrea Gursen, ao Maj QOPM Edivan Araújo, ao atual Superintendente da SUSIPE Maj Motta Bernardes, o Cap EB/R1 Nildsem Rodrigues, Cap Celton de Jesus, os grandes Sgt Marco Antônio e Correia, o recém formado Sgt Frank, os Cb Campos e Isac, e o Soldado Garcia, a todos vivos agradecimentos e a esperança de que possamos novamente trabalhar juntos.

Igualmente agradeço a todos os partícipes desta obra e contribuintes para a história militar regional, em especial os que me são mais próximos, meu orientador o Dr. William Gaia cuja Tese de Doutorado muito contribuiu para a confecção dessa obra e a compreensão do lugar social da polícia paraense no fim do século XIX, e o companheiro de estudante da polícia Raí Nonato cujos trabalhos logo serão publicados e, espero, tornem-se referência nesse sentido.

Em âmbito mais pessoal agradeço a outro agrupamento social que compartilho, com fins menos científicos mas igualmente importantes, saúdo os conflituosos “Lâminas de Prata” e todos os seus integrantes, nosso comandante Rômulo, o já nomeado Fernando, meu irmão Carlos, nosso antigo companheiro que esperamos que retorne, o nobre e insubstituível Makió, igualmente nosso novo e muito bem vindo “irmão de armas” Mike, e por fim Daiana. A esta última, mais um presente que a graduação me reservou, companheira leal e apoio nos momentos de dificuldade, mulher admirável de força de caráter e personalidade que nem de longe se relacionam ao adjetivo carinhoso que ganhou, *Petite*. Agradeço por poder compartilhar os caminhos que temos até hoje trilhado, com garra, fibra e honra enfrentando as intempéries da vida juntos, ombro a ombro, e dedico a você meu amor, mais profunda afeição e ternura.

INTRODUÇÃO:

A virada do século XIX para o XX foi igualmente uma reviravolta, se não nela como um todo, ao menos em seguimentos da história brasileira. A queda da monarquia arquitetada e levada a cabo em 1889 pelo baixo oficialato e os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, a “Mocidade Militar”, adeptos da escola positivista, cientificistas e meritocráticos, que se opunham ao regime monárquico por essência, e que tiveram o “abrigo da farda” quando iniciaram por própria conta o seu ataque à monarquia, conseguindo o apoio de uma “classe” militar que, dentro de suas discrepâncias, recentemente havia iniciado sua auto-afirmação e seu caminho para a coesão como grupo, de forma oportuna, justamente em oposição à classe política do Brasil Império através dos incidentes que ficaram conhecidos como a Questão Militar¹.

Contudo que a república tenha nascido “sob o signo de uma certa pirotecnia”, haja vista que no dia 15 de novembro amanheceu Império e anoiteceu como República, o que porém pouco mudou no *status quo* nacional, os militares, perpetradores do golpe final à família real brasileira alcançaram grande proeminência e tanto para oficiais quanto para praças a estrutura das forças armadas recebeu uma maior atenção do poder público agora por eles controlado². Porém esse processo não se deu sem resistência, e mesmo que a reação monarquista que possa ter existido seja minoritária³, entre os conflitos de interesses dentro da própria república e em especial dos reformistas das forças armadas ele inaugurou um período de instabilidade.

Entre o fechamento do Congresso e o estado de sítio passou o governo das mãos do “Proclamador” Deodoro ao “Marechal-de-Ferro” Floriano, cuja base de apoio, os radicais republicanos especialmente do exército que ganharam a alcunha de “jacobinos” em alusão aos radicais da Revolução francesa, ajudou a enfrentar as duas grandes resistências ao seu

¹ Para um estudo aprofundado sobre a Mocidade Militar e a Proclamação da República ver: CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

² NEVES, Margarida de Souza. *Os centenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

³ CASTRO, Celso. *Revolutas de soldados contra a República*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004. pp. 301-313

governo, a Revolução Federalista no sul do Brasil e a Revolta da Armada que transformaram o centro decisório do país numa praça de guerra entre os anos de 1893 e 1895⁴.

O ano de 1897 foi, sem dúvida, um ano de tensão. Os acontecimentos dos sertões da Bahia ganhavam a atenção pública; afinal, era realmente surpreendente e inesperado que um pequeno “movimento de fanáticos” tivesse conseguido impor seguidas derrotas ao governo recentemente instituído. Em fins de 1896, apenas um ano depois da pacificação do sul-sudeste, a força pública baiana era derrotada em Uauá pelos seguidores de Antonio Mendes Maciel, o Conselheiro, antigo peregrino pregador que, após um primeiro choque com os militares da Bahia em Masseté, havia instalado do árido do sertão seu próprio assentamento, atraindo sertanejos e a inimizade dos políticos e eclesiásticos locais por perderem seu “rebanho”⁵.

Uma expedição do Exército e da polícia baiana⁶ comandada pelo Major do Exército Febrônio de Brito fora desalojar os homens do ex-andarilho de seu sítio, o Belo Monte, ou como era conhecido popularmente, Canudos. Com a inesperada derrota, uma nova expedição estaria sob a égide do Coronel Moreira César, inimigo da Revolução Federalista onde ganhara uma alcunha, o “Corta-Cabeças”, jacobino e sanguinário, o pretenso herdeiro de Floriano que havia falecido em 1894. Armado e artilhado, o contingente era digno de lavar a honra do país e do Exército, e “consolidar” o regime republicano que estaria ameaçado pelo “bandido monarquista”; pensamento que a imprensa paraense expressa com as informações de correspondentes, exaltando a “galhardia” do Exército Nacional⁷. Qual não será o choque quando repentinamente, na mesma edição o periódico reportar o início do assalto à cidadela e, apenas algumas linhas depois, comunicar a derrota da expedição e a morte do Cel Moreira César, legendário comandante e ícone de uma força política.

Com a organização de uma nova Expedição, sob o comando do General Arthur Oscar a Guerra de Canudos finalmente chega ao Pará, primeiro nos combates ideológicos que tentam difundir a imagem do Belo Monte conforme a compreensão dos agentes de imprensa, e logo o embate toma vias de fato, através do Regimento Militar Paraense que empenha dois dos três Corpos de seu efetivo no cerco a Canudos. Este empenho, entretanto, só se concretiza em julho de 1897 quando, após a quase exaustão da 4ª Expedição, são aceitas as propostas dos

⁴ GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2001 p. 78-82.

⁵ Para o processo de construção do “medo” destes setores sociais em relação a Conselheiro ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op. cit.* 2001.

⁶ FARIAS, William Gaia. *Amazônia Republicana: Processos Seletivos e outros temas*. Belém: WFG, 2007. pp 37.

⁷ *A Folha do Norte*. 05 de Março de 1897. CENTUR. Setor de Periódicos. Belém – Pará.

Estados do Pará e do Amazonas. Quase exatos cinco meses após o seu oferecimento ao governo federal e à subsequente catástrofe anterior, e perto de dois meses após os primeiros combates da 4ª Expedição sob o Comando do General Arthur Oscar iniciava-se a viagem da Força Pública Paraense. O motivo do oferecimento do Regimento estadual ao governo central, bem como do retardo na aceitação das tropas paraenses se distanciando dos objetivos deste trabalho, aceite-se dizer que apenas foram participantes da guerra contra o arraial as forças estaduais da Bahia, São Paulo, Amazonas e Pará, notadamente Estados de proeminência na jovem federação mas ainda fora do cenário político nacional.

A partir de tais concepções e da busca das forças militares por se auto-afirmarem, processo iniciado para o Exército pela Questão Militar, e passível entender para os militares este primeiro momento da república como uma fase de conformação de identidades e modelos. A compreensão destes modelos perpassa então pela importância do estudo das instituições militares, no que concordo com Mancuso ao considerar a reflexão do papel da história militar compreendendo a importância da guerra – e aqui, pelas diversas significações de “guerra” estendo a nível explicativo essa mesma compreensão para a ordem pública – como um fenômeno social e, por consequência das instituições a ela ligadas⁸. É notável, contudo, o ainda incipiente esforço para o estudo destes fenômenos nos termos da chamada “Nova História Militar”⁹ a nível regional, e nos termos deste trabalho é justamente a tal reflexão que me volto, compreendendo em alinhamento com Pierre Nora que sem desconsiderar as novas correntes históricas que enfocam a relativização dos acontecimentos e o debruçar sobre novos objetos de estudo, que Canudos seriam um destes acontecimentos que, pela importância atribuída, permitem uma melhor percepção do seu contexto¹⁰, no caso, a apropriação pela memória policial militar da participação paraense na guerra de Canudos.

As questões seriam então: se o processo de militarização da polícia atingia um nível determinado de aproximação às forças armadas até onde seria passível associar ambas as instituições; de que forma nesse período de redefinição de identidade a força pública do Pará se alinhou ao papel de “agente do progresso” que os militares assumiram com a república; qual o papel e o desempenho dos militares paraenses dentro do desenrolar do processo de cerco e sufocamento do Belo Monte; e por fim, de que maneira a campanha de Canudos se refletiu sobre a polícia, em especial seu oficialato que na região parecia predominantemente

⁸ MANCUSO, Amanda Pinheiro. *A História Militar: Notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural*. In *História e Reflexão: Revista eletrônica de história*. v. 2 n. 4 – UFGD – Dourados jul/dez 2008

⁹ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004. pp. 11-42.

¹⁰

formado pelos ditos oficiais “Tarimbeiros”¹¹, sendo o próprio Cel. Sotero um veterano da Guerra do Paraguai.

Para tanto apoio no que Hobsbawm entende como “invenção da tradição”, sendo este o processo de construção de “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas” e cuja natureza simbólica e ritualizada tem a função de perpetuar ou transmitir determinados valores e normas comportamentais através da repetição, estabelecendo um contato mais íntimo com o “passado histórico apropriado”¹². E igualmente me sustento no conceito que Celso Castro entendo o “espírito militar” como sendo um sistema de classificação que faz um paralelo entre o desempenho individual na função prática de uma Arma específica ou mais geralmente de uma Força Armada dentro do seu momento de “operação”, e as características pessoais e comportamentais de seus integrantes no seu momento de “não-operação”, relacionando diretamente o perfil de personalidade de seus membros em qualquer âmbito da vida social ao perfil esperado de sua especialidade profissional, essa relação se estabelece a partir justamente de regras de conduta com algum nível de obrigatoriedade, bem como de um arcabouço simbólico comum a seus membros, formando uma linguagem interna e distinta¹³.

Nos capítulos desta obra buscarei demonstrar primeiramente as “feições” do Regimento paraense que partia rumo à Canudos, baseado nas Ordens do Dia, documentos emitidos pelos comandos dos Corpos com a finalidade de tornar públicas suas decisões, bem como pelo Regulamento dado à organização por Decreto, busco caracterizar o Regimento com suas capacidades de desempenho, seu discurso e problemáticas de maneira a alcançar a proximidade entre estes militares estaduais, e as forças armadas de modo a legitimar o estabelecimento de comparativos que permitam um diálogo com as obras já existentes voltadas majoritariamente ao Exército de modo a minorar a carência de estudos mais dirigidos ao tema. Em seguida utilizando os Informes do 2º Corpo ao comando da Brigada e nas Ordens do Dia do Exército, tentei perceber de forma mais abrangente o desenvolvimento da chamada 4ª Expedição a Canudos e o papel desempenhado pelo Regimento do Pará nesse processo. E no terceiro capítulo, baseando-me na interpretação mais apurada da obra de Marreca¹⁴,

¹¹ Designando os oficiais que ascenderam na hierarquia por serviços prestados, o termo foi criado em oposição aos que sobem na carreira por mérito acadêmico, os oficiais “científicos”.

¹² HOBBSBAWM, Eric. *Introdução: a invenção das tradições*. In: HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. (Orgs.) *A Invenção das Tradições*. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 2008. p. 09.

¹³ CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 2004.p, 59.

¹⁴ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.

compreender os reflexos, a interpretação e a apropriação da guerra de Canudos para o processo de formação ideológica do Regimento Militar paraense.

CAPÍTULO I: OS CONTORNOS DE UMA FORÇA MILITAR EM CAMPANHA.

1.1 – A despedida, uma apoteose republicana.

O embarque das forças paraenses rumo a São Salvador, e, por conseguinte, ao arraial de Canudos¹, sucedeu na tarde do dia 5 de Agosto de 1897, a confiar na imprensa local, no entorno das 14:00 horas, em seguimento a pomposa cerimônia que teve lugar no então chamado Largo da Pólvora, a atual Praça da República, e seguiu ao cais do porto de Belém, onde deram revista às tropas o recém-eleito Governador do Estado José Paes de Carvalho e seu Vice-Governador, Maj² Antônio Baena, bem como as magistraturas e autoridades locais, representantes de ambas as Forças Armadas existentes à época, Exército e Armada (a atual Marinha) e toda a sorte de entes da sociedade civil³ para testemunhar a partida em campanha de ambos os Corpos de Infantaria – CI da força pública paraense que subiam a bordo do vapor nacional Pernambuco, deixando a guarda do Estado à recém-criada para a ocasião Guarda Cívica, às recentemente restabelecidas Guardas Locais e ao Corpo de Cavalaria⁴.

A partida deu-se em plena ordem e tem um simbolismo bem claro quando amplos setores da sociedade civil vieram apoiar a iniciativa do governo estadual de oferecer voluntariamente, e à suas próprias expensas, os serviços do Regimento Militar Paraense e, contudo que a imprensa da época seja forte e abertamente partidarista como demonstra em sua tese William Gaia⁵, é interessante perceber que não se noticia qualquer manifestação contrária à partida dos paraenses desde a aprovação do oferecimento da tropa no mês de março. Ainda após o desastre da 3ª Expedição e a morte dos Coronéis Moreira César e Tamarindo, mesmo

¹ Os termos “arraial”, “cidadela” “Belo Monte” e “Canudos”, corriqueiramente utilizados na época para nomear o assentamento fundado por Antonio Conselheiro e seus seguidores às margens do rio Vaza-Barris, no interior do estado da Bahia, terão no presente trabalho a mesma função, sem qualquer outra denotação.

² As abreviaturas serão feitas em consonância com o *Manual de Campanha C 21-30: Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas*. Estado Maior do Exército. EGGCF. 2002, salvo o posto hoje inexistente de Alferes que adotei por “Alf” e as graduações de Furriel que adotei por “Frr” e Aspençada que adotei por Asç (para evitar confusões com o moderno posto de Aspirante -a-Oficial: Asp.)

³ FARIAS, William Gaia. *A brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos*. In: Revista Alpha. UNIPAM. Patos de Minas – ago 2010. p.65

⁴ Alguns termos e nomes foram encontrados nas fontes com formas de escrita divergentes, motivo pelo qual optei pela grafia atual de tais palavras, à exceção de citações, nas quais será mantida a grafia do documento.

⁵ FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886/1897)*. Tese (Doutorado em Historia). UFF. Niterói. 2005.

os jornais de “oposição” e os que refusam a legalidade da guerra aparentam estar unidos em torno do discurso de defesa da causa republicana.

Pelo contrário, é significativo justamente o discurso proferido em Ordem do Dia (OdD) pelo comando do Regimento publicado no dia 06 de Agosto de 1897, já no interior do navio, no qual o Cel Comandante José Sotero de Menezes informa de sua ordem que seja feito constar no assentamento de todos os praças e oficiais que estiveram presentes no embarque a “convecção e entusiasmo com o qual [todos] se mantiveram na ocasião de deixar a Pátria Paraense”⁶. Nesta ordem o Cel Sotero se refere a pontos centrais que, podemos supor, ele acreditasse que elevariam o brio e o orgulho da tropa paraense, para o que este trabalha diversos símbolos que serão recorrentes nos discursos militares encontrados durante a campanha.

Sotero invoca o “patriotismo” e a “abnegação” de seus comandados, bem como o “nunca desmedido amor às instituições republicanas e à causa da legalidade”, estabelecendo um paralelo com outros já reincidentes argumentos contra Antônio Conselheiro que, com seus exacerbados ataques ao laicismo republicano e que dentro de sua área de influência se estabelecia como autoridade política, o que já fora diagnosticado pelo vigário de Bom Conselho que alertava para a transformação do humilde peregrino em um como que “Governador, [que] promulga leis e desafia a hierarquia”⁷, firmando-se já por três expedições como um desafio à ordem instituída.

Neste mesmo documento trata Sotero de agradecer aos soldados sem os quais este não poderia “correr com risco em busca do cumprimento de deveres [...] já que no socegado remanso [de] nossos lares soou a hora extrema de correremos em defesa da Pátria ‘amada’” percebe-se uma clara característica da época quando o comandante busca exaltar o patriotismo. Não a toa o último terço do seu discurso é norteado pelo recorrente termo Pátria, este sempre em letra inicial maiúscula como nome próprio, e em destaque no papel, não contudo dirigindo-se ao país como mais contemporaneamente se faria, mas ao Estado, conceituando um regionalismo latente no pensamento nacional e que se identifica na República tão cedo quanto a primeira mensagem do primeiro governador eleito do Estado, Lauro Sodré, que ao tratar da “memorável revolução de 15 de Novembro de 1889” acentua a independência regional que teve seu coroar com o fim do centralismo imperial e trouxe a:

⁶ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / OdD nº 505.

⁷ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op. cit.* 2001 p. 59.

“conquista dos foros de Estado autônomo e independente, [pois] Somos um grande Estado, que hoje, na posse da sua autonomia, e gerindo-se ao seu alvedrio, vê rasgados diante de si grandíssimos horizontes. [Contudo que] Para encetar essa vida nova não devem saltar-nos infundados receios de que possam periclitar as instituições políticas vigentes.”⁸

Aqui Lauro Sodré, seis anos antes dos eventos catastróficos do sertão baiano e do discurso de Sotero, relaciona já o progresso ao regime republicano e condiciona ambos à autonomia do Estado. Não é então de se estranhar que nos anos seguintes Sotero de Menezes será identificado como laurista⁹, o que o levará a desavenças com o novo governo estadual.

Mas outra inter-relação também aparece indiretamente quando Sodré trata de garantir a estabilidade das instituições. Sotero afirma correr ao perigo e partir em defesa da pátria, mas como o arraial conselheirista¹⁰, incrustado no árido do sertão nordestino, poderia representar à pátria, identificada como o estado do Pará, um perigo real, se fisicamente tão longe, se não justamente pelo que representava. Estavam então entrelaçados o regime republicano e o progresso, o violar das instituições republicanas ameaçava por fim à ascensão do país, e por extensão, também a do Estado do Pará.

Aparentemente Sotero busca também alcançar os sentimentos menos jacobinos acerca da república em seu discurso, pois não se ausenta deste a família como apelo, “esta agregação santa de imagens queridas”, na qual “nossas esposas e mães ao despedir-se saudosas sabiam que caminho da glória íamos a defesa em sua honra que é a honra nacional!”. Figurando agora também o traço característico brasileiro, a família nuclear e o papel “protetor” do homem sobre esta, bem como a sua honra familiar, lado a lado com a honra nacional caracteristicamente identificada e justaposta na imagem sexista da “dama República” cuja obrigação dos homens da nação era defenderem, como bem trabalha Peter Beattie¹¹.

O discurso exaltado continua, o comandante relaciona e define pátria extensamente, como “conjunto de ideais e sublimadas crenças”, e ainda a “conjugação de seres cuja concatenação de sentimentos fez progredir sob o influxo da paz que temos sabido fazer

⁸ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Provincial Presidential Reports (1830-1930) / Pará / Mensagem 1891 p. 03, 11-12.

⁹ Designativo dos partidários de Lauro Sodré, em oposição aos seus futuros inimigos políticos “lemistas” associados a Antônio Lemos.

¹⁰ Opto aqui pelos termos “conselheiristas”, “canudenses” ou “jagunços” para designar indistintamente os partidários de Antonio Mendes Maciel, o “Conselheiro” que optaram por assentar-se no povoamento de sua fundação, servindo em especial este último para designar os defensores armados da povoação. Estes nominativos de uso corrente na documentação da época foram escolhidos para fim puramente ilustrativo, sem qualquer conotação pejorativa ou preconceituosa.

¹¹ BEATTIE, Peter M. *Ser Homem Pobre, Livre e Honrado: a sodomia e os praças das Forças Armadas Brasileiras*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Op.cit.* 2004. pp.272-273.

respeitar”. Daqui percebemos a abrangência que Sotero de Menezes pretende ao seu discurso, onde ambas as definições dão um sentido de conjunto, um senso de unidade de ação e de opinião sobre o qual se fundamenta o sentimento de pertença, este pertencimento ao conjunto está discursivamente dirigido mais uma vez ao progresso e à estabilidade política, inserindo um novo fator a partir da conjugação no tempo passado do antepenúltimo verbo: “sabido fazer respeitar”, a tradição.

A tradição e seus símbolos são então marcadores de pertença, como demonstra Celso Castro¹², a informação subentendida de que há então um “saber fazer” do Regimento Paraense em garantir o “influxo da paz” a um só passo cria um objetivo maior, que identifica e distingue-o, e “constrói” uma tradição já estabelecida em fazê-lo. Este objetivo maior, a manutenção da paz, caminha ideologicamente com o progresso, tornando-os indissociáveis entre si e engrandecendo o papel de seus atores, *pari passu* a tradição na manutenção da paz e da ordem permite evocar o passado, construindo a identidade sobre o sentimento de continuidade e permanência de algo que supera o indivíduo isolado.

Contudo o tema da “construção da tradição” ou de uma “tradição da construção” dentro da campanha de Canudos será melhor desenvolvido mais à frente neste trabalho, por hora atenhamo-nos ao discurso de partida.

Ao início do discurso, enquanto ainda agradece à soldadesca, o Cel Comandante afirma que não poderia acorrer a tal risco confiante do triunfo, se não fossem estes membros do Regimento, “[se]ja como soldados arregimentados, [se]ja como cidadãos de cujo civismo não se pode negar, [...] firmado nos bellos princípios da disciplina”. Aqui estabelecem-se princípios da ordem e disciplina que se impõem sobre a vida, indistintamente, civil e militar e que caminhavam então com a tradição militar positivista presente na Escola Militar, responsável por formar os oficiais do Exército e berçário da mocidade militar que desfechará a Proclamação da República, sendo então neste momento a doutrina dominante.

A associação aqui feita entre soldado e cidadão se torna mais clara quando percebemos que o ideário militarista e positivista do princípio da república, formado na Escola Militar, encontrou seu expoente e sua representação na estátua, forjada dos canhões usados na Guerra do Paraguai, de Manuel Luís Osório, herói da Batalha de Tuiuti, comandante carismático, combatente ferrenho, impetuoso e confiante, exemplo de soldado-

¹² CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002. pp.09-14.

cidadão¹³ e daquilo que as Forças Armadas se pretendiam-se a ser, a exemplo dos revolucionários franceses que lhes inspiraram, o povo em armas.

Em verdade este discurso patriótico e eminentemente republicano do comandante Sotero de Menezes parece buscar projetar sobre a unidade da força pública a carga ideológica positivista e jacobinista mesma que se identifica na “mocidade militar” que arquitetou a Proclamação. Não se pode perder em vista que em seu Regulamento¹⁴ uma das determinações é que justamente seja exercido o comando do Regimento por um oficial do Exército, nem que dali a três anos, quando em 1900 houver o incidente entre o Cel Sotero e o Governador Paes de Carvalho que irá resultar na sua exoneração, Sotero redigirá seu ofício de demissão trajado como Cel do Exército e, no mesmo dia, assumirá o comando do 36º Batalhão de Infantaria Federal¹⁵ afirmando sua proveniência ser do oficialato desta força.

1.2 - Àqueles que não se despediram.

Segundo o testemunho do Alf. Orvácio Deolindo da Cunha Marreca a moral da tropa era excelente¹⁶, tanto que afirma ter-se perguntado aos homens de ambos os Corpos sobre sua vontade de ir à Canudos, apresentado-se em negativo apenas o espanhol Cabo de Esquadra nº 10 da 3ª Companhia do 1º Corpo de Infantaria Pedro Bureba Busto, com a escusa de não desejar enfrentar filhos da pátria que “ha muitos anos tão carinhosamente o acolhia”. E em um primeiro momento somos levados a acreditar na boa disposição das tropas em combater os canudenses quando encontramos na mesma Ordem do Dia de 06 de Agosto a ordem de inclusão ao estado efetivo do 2º Sgt Eliseo Antônio da Silva e dos Cb d’Esq Vicente Cypriano de Aviz e Marcelino André Ferreira.

Estes três praças pertencentes ao Corpo de Cavalaria são, por ordem do Cmdt Geral, incluídos na 1ª e 2ª Cia / 2º CI e penalizados com rebaixamento temporário de seus postos, isto porque que, sabendo que o Corpo de Cavalaria seria deixado para policiar a capital, não indo a Canudos, abandonaram essa unidade, se escondendo entre os Corpos de Infantaria no

¹³ O conceito de soldado cidadão inspirado pela Revolução Francesa entendia que o exército e as forças militares e os exércitos nacionais seriam eminentemente cidadãos armados, imbuídos do dever de proteger a nação em oposição aos Exércitos Reais ou às tropas particulares senhoriais. Nestes soldados o fator ideológico estaria à frente do nível de profissionalização do soldado, medida a sua capacidade pelo amor às instituições e pelo ímpeto e destemor combativo que demonstrava.

¹⁴ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 68-69.

¹⁵ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op.cit.*, 1940. pp. 126-127.

¹⁶ *Idem.* p. 75.

momento do embarque, e para garantir que não seriam enviados de volta à Cavalaria apresentaram-se ao comando da expedição somente quando já havia o vapor desatracado e seriam então eles forçados a incorporar a força que partia em campanha.

Mesmo que, a bem da disciplina, o comandante veja-se em situação de não poder furtar-lhes à punição pela fuga de seu respectivo Corpo, o que era uma transgressão, não pode também o mesmo comando deixar de elogiar estes praças que, assumindo para si provavelmente o mesmo discurso a pouco analisado, desejavam patrioticamente tomar parte na “sorte que o destino nos reserva” e colher os frutos de seu denodo dentro do próprio Regimento. Frutos estes que se atestará ter colhido ao menos o 2º Sgt Eliseo quando de suas futuras aparições.

Rebaixado ao posto¹⁷ de Furriel sob a Ordem do dia seguinte, ver-se-à o militar Eliseo Antonio da Silva novamente em sua graduação de 2º Sgt já pela ordem de 15 de Setembro, transferido da 1ª para a 4ª Cia em preenchimento a uma vaga que acabara de surgir, e novamente será citado como um dos praças de destaque nos combates de 25 de Setembro e na investida final nos primeiros dias de Outubro. A carreira de Eliseo encontra aqui um paralelo forte com um dos poucos cidadãos de classes inferiores os quais Hendrik Kraay considera “adotarem a farda”, em seu estudo sobre a Guarnição da Bahia¹⁸, servindo seus anos de serviço e buscando a limitada ascensão que lhe era permitida dentro da hierarquia militar, seja por meios institucionais e meritocráticos ou via manobras sociais e clientelismos.

Seja como for, o caso dos três praças do Corpo de Cavalaria que fogem de sua guarnição para combater a ameaça canudense ilustra como o efusivo e patriótico discurso do Cmte Sotero atingiu então uma tropa que, como veremos mais adiante neste trabalho, formava uma nascente corporação relativamente politizada e consciente de suas possibilidades, senão de seus interesses. Contudo, mesmo o zelo do Cmdt do Regimento em construir seu discurso e os constantes bombardeios ideológicos da imprensa contra Canudos talvez não tenham sido suficientemente persuasivos para alguns soldados.

Quanto a isso podemos julgar os relatos de Marreca, que situam o número de desertores no momento do embarque em apenas um, o Cb d’Esq Pedro Bureba¹⁹. Orlando de Moraes Rego²⁰ e William Gaia embasado neste, por sua medida, contabilizam outros seis

¹⁷ À época não havia distinção clara entre posto e graduação, de modo a serem usados praticamente como sinônimos invariavelmente para praças ou oficiais.

¹⁸ KRAAY, Hendrik. *O Cotidiano dos Soldados na Guarnição da Bahia (1850-188)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Op. cit.* pp 245-247.

¹⁹ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p.76.

²⁰ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *História da Milícia Paraense na Campanha de Canudos*. Belém. IHGB. 1967 p. 10.

praças que seguiram apenas no dia 9, levados pelo navio Carlos Gomes com o Regimento do Amazonas, dos quais apenas três chegaram à Bahia.

Porém, ao acompanhar as ordens verificamos um número consideravelmente maior já na primeira ordem de cada Corpo, a mesma OdD que traz o discurso do Cel Sotero de Menezes, onde encontramos para o 1º e 2º Corpo de Infantes do Regimento, penalizados com Rebaixamento Definitivo por não apresentarem-se ao embarque, não menos que vinte desertores²¹, todos praças com graduações que variam de Músicos a Cabos de Esquadra ou Armeiros.

Notável além da grande discrepância entre estes números documentados e os índices de deserção de Marreca, e o ainda baixo índice de Rego, é o fato de que nesta primeira listagem de desertores, por motivo desconhecido, ausentam-se praças da 3ª Companhia de ambos os Corpos, o que será resolvido no dia 14 de Agosto, quando então o Regimento irá assumir temporariamente os Termos de Deserção do Exército²² e por isso publicar uma nova listagem.

Esta listagem, contudo que não identifique os postos, tratando todos indistintamente por Soldados, conta, inclusos os homens da primeira lista, um total de sessenta e um militares punidos por esta “falta gravíssima” e vergonhosa conduta para a qual o rebaixamento como forma de punição seria ainda uma forma amena de lidar com tal problema, que era endêmico também nas fileiras do exército, tornando, a bem da disciplina, “inexequível a pratica adoptada no Regimento para o processo” e levando então à adoção do termo de deserção em vigor no Exército.

Ao dia 7 de Agosto o vapor encontrava-se no porto de São Luiz do Maranhão, no dia 9 ancorara por algumas horas no porto da Amarração no Piauí, a 13 chegava a Recife e a 14 realizava o sepultamento do Sd da 2ª Cia/1º CI Emiliano Marcolino Tavares que falecera na noite de 13 último²³.

Com tantas pausas seríamos levados a supor que a estas devessem ser atribuídos os novos desertores, porém observemos as datas. No caso de haverem fugitivos durante a viagem, na data de 14 de Agosto, quando se faz pública a nova Ordem, nenhum teria ultrapassado os oito dias necessários para o “novo” termo qualificá-los como desertores, tão pouco se haveriam passado três revistas para que o antigo termo, ainda embasado nas

²¹ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / OdD nº 505 & Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / OdD nº 158.

²² *Idem* / OdD nº 168 & *Ibidem* / OdD nº 509

²³ *Idem* / OdD nº 160

Ordenanças de 1805 sob as reformas do Conde de Lippe como consta no próprio documento, fizesse o mesmo, o que leva a crer que a segunda e maior lista de desertores, se somada aos três únicos praças da primeira lista e não presentes nesta segunda por estarem “em rota”, pode de fato ser tratada como uma reiteração da primeira expressando o número mais próximo do contingente que deveria ter comparecido ao embarque e não o fez.

Iam-se já oito dias do embarque, e, portanto, oito dias que não se apresentavam a seus postos os ditos desertores, o que os fazia incorrerem agora todos em crime de 1ª Deserção Agravada, estando todos excluídos do quadro efetivo, à exceção de três destes, o Cb d’Esq Pedro Alexandrino de Oliveira, o Cb Policarpo Francisco Rodrigues e o Músico de 2ª Classe Alexandre Fernandes de Oliveira. Estes haviam se apresentado ao Corpo de Cavalaria após o embarque, talvez presumindo que isto lhes permitiria fugir à viagem sem incorrer em grande penalização, o que, contudo, não correu como planejado, pois foram ordenados embarcar a 9 do mesmo mês no vapor Carlos Gomes que levava o Regimento Amazonense. De todo modo, ainda quem não excluídos por deserção, estes três efetivamente faltaram ao embarque e, somados aos sessenta e um listados, nos dão um total de sessenta e quatro desertores à viagem de 05 de Agosto.

Interessante notar aqui que estes três praças não foram os únicos a serem enviados a Canudos como “retardatários”, pois constam ainda ordens para que sejam considerados “apresentados” e “em destino” também os militares Catharino Eugênio da Conceição, Manoel da Rocha Almeida, José da Conceição Pinto, Gervázio Victal de Araujo, Henrique Pereira Silva e Francisco Sotero Dias.

Estes outros seis, tratados também genericamente por soldados, estão sob ordem de reinclusão e envio à Salvador, onde devem encontrar o Regimento Paraense e reassumir seus postos, contudo seus nomes não se encontram em quaisquer das listas de desertores mostradas acima, o que nos leva a crer que estes haviam desertado em período anterior à viagem e que, portanto, a deserção não fora em si um fenômeno ocasionado pela saída dos militares em campanha, mas que se tratava de prática anterior, e mesmo que a sua constância nos escape, o alto número de faltas ao embarque sugere que a partida em auxílio a 4ª Expedição contra Antonio Conselheiro apenas catalisou momentaneamente o processo.

In facto a medida de remeter estes soldados junto ao Regimento Amazonense se mostrou pouco efetiva para se contrapor à repulsa que eles pareciam sentir pela idéia de ir ao sertão baiano como lhes fora ordenado pois, dos três militares que faltaram a apresentação para o embarque, apenas o nome do Cb Policarpo Rodrigues aparece novamente como parte do Regimento em campanha. O Cb d’Esq Pedro Alexandrino, só será novamente noticiado

em 22 de Outubro, quando será “Transferido” para o Corpo de Cavalaria²⁴, indicando que mais uma vez ele se esquivara do embarque e se apresentara ao Cmdo. O caso do Músico de 2ª Classe Alexandre Fernandes teve igual destino, com este fugindo à “carona” amazonense e apresentando-se antes de ter completado a deserção, tendo seu termo de deserção trancado até, por fim, ser transferido também ao Corpo de Cavalaria.

Quanto ao destino dos outros seis retardatários, a sorte não será tão distinta. Quatro deles constam na listagem de militares da Força Pública em Canudos feita por Moraes Rego²⁵, e tendo este autor aparentemente excluído os primeiros desertores de sua lista, supões-se que seu aparecimento signifique que realmente embarcaram no segundo vapor e encontraram seus companheiros. São eles Catharino Eugênio da Conceição, Gervazio Victal de Araújo, Manoel da Rocha Almeida (constando como “Rocha de Almeida” no livro) e José da Conceição Pinto (constando como “Britto”). Contudo, não são mencionados em nenhuma outra documentação. Aos últimos dois sabe-se que Francisco Sotero Dias fará o mesmo que os dois últimos desertores do embarque, fugindo e retornando após a partida do Carlos Gomes e mais tarde transferindo-se ao Corpo de Cavalaria. Henrique Pereira Silva simplesmente não aparece mais em quaisquer obras lidas ou documento pesquisado.

Obviamente estas não foram as únicas deserções durante a campanha. No acampamento de Queimadas encontraremos a exclusão das praças do 1º Corpo: Asç da 2ª Cia José Cândido Rodrigues Mello, Soldados da 4ª Cia Bernardim Félix do Nascimento e João Paulo Costa²⁶. E para o 2º Corpo: o Cb d’Esq da 1ª Cia Raimundo Nonato da Silva e Cb d’Esq da 2ª Cia Manoel Ferreira Lima²⁷. Novamente quando acampados em Serra Branca deixam a força o soldado da 2ª Cia/1º CI Ignácio José Duarte²⁸ e da 3ª Cia/2º CI os Asç Lindolpho Azevedo de Farias e Sd Laurindo da Silva²⁹. A caminho de Monte Santo são os Sd 1ª Cia/2º CI João Evangelista de Souza Neves³⁰ e da 3ª Cia Dacir Deodato de Oliveira³¹ e no

²⁴ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / nº 186

²⁵ *Ibidem* (nota 12) pp. 51-67

²⁶ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / nº 167

²⁷ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / nº 517

²⁸ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / OdD nº 168

²⁹ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / OdD nº 520

³⁰ *Idem* / OdD nº 524

³¹ *Idem* / OdD nº 521

mesmo acampamento mais tardiamente o Sd da 2ª Cia/1º CI Pacífico da Rosa Muniz³². Em Sussuarana foi-se o Asç da 3ª Cia/2º CI Paulo da Purificação Jodino. E, por fim, em um momento não identificado, deserta o soldado José Leandro da Silva, cuja notícia é apenas que fora preso ao se apresentar com outro nome ao Delegado de Santo Amaro a 16 de Outubro.

Quadro demonstrativo de desertores do Regimento Militar Paraense desde sua partida à Bahia até o retorno.

Agostinho Ferraz da Silva	Henrique Pereira Tavares	Manoel Antonio Sergio Campos
Alexandre Fernandes de Oliveira®G	Henrique Sampaio de Negreiro	Manoel Basilio Gomes
Alexandre Francisco do Nascimento®G	Hermenegildo Ferreira da Cruz	Manoel Celestino do Nascimento®G
André Avelino Galvão	Ignacio José Duarte®®	Manoel de Deus Lameira
Antônio Cândido de Souza	Innocência Pereira da Silva®G	Manoel Ferreira Lima®
Antonio Duarte de Souza	João Evangeista de Souza Neves®	Manoel Francisco da Costa
Antonio Manoel de Freitas	João Ferreira de Souza	Manoel Francisco de Oliveira
Antonio Mateus Barreros	João Herculano	Manoel Francisco de Oliveira
Antonio Pedro Cardoso	João Manoel Gomes	Maurício Rufino César
Antonio Sabino Ozório	João Paulo Costa®	Miguel Bastos Maciel®
Archanjo José Themutheo Monteiro	João Pereira	Modesto Pereira de Alencar®™
Belmiro Francisco Baptista	Joaquim Carneiro da Costa/ de Castro®™	Pacífico da Rosa Muniz®
Bernardim Félix do Nascimento®	José Cândido Rodrigues de Mello®	Paulo da Purificação Jordino®
Bertholino Ferreira do Pinho	José Eustáquio de Oliveira	Pedro Alexandrino de Oliveira®G
Braz Ferreira dos Anjos	José Florêncio de Mesquita®G	Pedro Antonio de Miranda
Camillo Hypólito dos Santos	José Francelino®	Policarpo Rodrigues
Cândido Antonio da Silva	José Francisco do Nascimento	Raimundo Nonato da Silva®
Clementino José Monteiro de Freitas	José Joaquim Marques	Raymundo Antonio dos Santos
Dacir Deodato de Oliveira®	José Joaquim Pequeno	Silvério Emygdio de Benevides®™
Daniel Gomes da Silva	José Leandro da Silva®®	Simplício Ferreira
Deolindo José Ferreira Lima	José Rosa de Lima	Sobel Ozório Ramos
Florindo Pereira dos Santos®G	Laurindo da Silva®	Thomaz Pereira da Silva
Francisco José da Silva	Leocádio Pereira Paulino	Vicente Francisco de Andrade
Francisco Manoel Gregório	Lindolpho Azevedo de Farias®	Victal Thimotheo de Souza
Francisco Pereira Cardoso	Luiz Nunes da Silva®	Vitaleano Pereira de Albuquerque
Francisco Vieira do Nascimento	Manoel Antonio da Cruz	

®: Deserção posterior ao Embarque.

®: Reincluído ao estado efetivo.

G: Transferido ao Corpo de Cavalaria.

™: Levado à Tribunal Militar (Concelho de Disciplina)

³² Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / OdD nº 181

O quadro acima colabora para a compreensão do que estes números significam em termos percentuais. Em suma temos, embasados na documentação pesquisada, mais treze desertores ao longo da guerra se somando aos sessenta e quatro iniciais. Observando-se a repetição do nome do soldado Manoel Francisco de Oliveira que aparece excluído tanto da 1ª Cia/1º CI, quanto da 2ª Cia/2º CI, situação porém na qual este soldado não é o único, haja vista a repetição de outros nomes por vezes e mesma unidade, mas em postos diferentes, levando a crer que se tratam de homônimos e não erros de listagem.

Ao somá-los todos teremos um número de setenta e sete homens que abandonaram seus postos. Em uma estimativa aproximada, seria como se uma companhia inteira desertasse, e com um adendo, como se percebe com o pequeno número de desertores após o embarque, a esmagadora maioria das deserções (96,10%) ocorreram antes de qualquer contato com o fogo inimigo. Se basearmos-nos nas datas de exclusão dos documentos e tomarmos como marco o principal combate da força pública paraense, o de 25 de Setembro, há apenas uma (1,29%) deserção após a refrega, a do Sd Rosa Muniz.

Ora, o medo estabelecido pelo defrontar de um inimigo temível não poderia justificar tal comportamento quando é justamente quando este contato se faz mais próximo que os índices recuam. Aqui opto por fazer uma comparação que pode parecer, num primeiro momento, arbitrária. Em seu trabalho sobre o cotidiano da guarnição militar de Salvador no despontar da república, Hendrik Kraay talvez possa esclarecer-nos quanto a alguns pontos.

Para Kraay, a guarnição baiana em tempos de paz, contudo formasse um pequeno “cosmos” próprio, construindo um meio de vivência interna entre seus integrantes, não estava alheia ao meio em que se inseria, constituindo o cenário urbano e mantendo-se em intensa troca entre os meios, então não tão rigidamente distintos, militar e civil. O serviço militar, ultrapassada sua imagem herdada do modelo militar imperial de que o mesmo se destinava à correição de “desvios”, tornando o quartel um lugar a se evitar, quando não a se temer, era então compreendido, dentro de suas especificidades, como um ofício não tão diferente de quaisquer outros que os cidadãos de classes inferiores pudessem cotejar³³.

Se uma guarnição do Exército se estruturava desta forma em tempos de paz, com tal nível de inserção social, não se faz absurdo poder-se dizê-lo de uma força militar que tinha por designação justamente regular a sociedade, ser meio ainda mais fértil para a interação social entre os campos civil e militar. Nessa medida, em termos comparativos, sendo na guarnição baiana o serviço militar considerado uma forma de sobreviver e/ou sustentar uma

³³ KRAAY, Hendrik. *Op. cit. Loc. cit.*, 2004.

família, o serviço no Regimento Militar Paraense tanto igual o sugere quando sabe-se do embarque de famílias no vapor que levava a tropa³⁴. O que cabe compreender é o justo momento em que essa forma de sustento ameaçava afastar justamente o provedor de seus protegidos.

Formas para resistir não faltariam certamente. Na própria família, Kraay demonstra haver uma possibilidade quando este contato constante era instrumentalizado para que esta fizesse reivindicações que, ao próprio soldado era vedado fazer³⁵. Contudo, a julgar pela falta de documentação que ateste manifestações de familiares contra a viagem ou a campanha, esse não foi o caminho a seguir. Mas outro rumo parece bem mais provável, talvez na forma de uma cultura preexistente em resistir ao serviço militar já identificada na região por Shirley Nogueira em fins do século XVIII³⁶.

Na “fuga para casa” do período setecentista, Nogueira identifica o respaldo de extensas redes sociais de proteção ao desertor, obviamente a primeira delas sendo a família, mas não a ela se restringindo. A partir dessas redes de proteção e asilo que poderiam incluir poderes locais e mesmo vínculos de camaradagem dentro da força, o desertor buscava então se reinserir na sociedade oficialmente ou extra-oficialmente. Contudo, a julgar rapidamente o número de desertores reincluídos ao serviço constantes no quadro demonstrativo, pode-se inferir que este modelo de deserção e resistência válido para o setecentos persistirá no XIX com o fortalecimento de uma característica em particular: a reinclusão.

Recordemo-nos que dos nove militares tratados anteriormente que foram ordenados a embarcar no vapor egresso de Manaus, apenas três constavam na primeira lista de desertores, o que, como já dito anteriormente, leva a inferir uma constância na deserção, mas também leva a perceber que estavam estes seis sendo invariavelmente reinseridos ao estado efetivo. Mesmo que destes apenas quatro aparentem ter efetivamente voltado a integrar o Regimento, o ponto a se notar é a iniciativa do comando de trazê-los de volta à tropa, mais que de castigá-los ou puní-los.

Ainda tratando dos retardatários, dos vinte nomes na primeira lista, quatro já haviam se apresentado quando da saída da segunda lista. Destes, como também já fora dito, três foram imediatamente reinseridos e mandados remeter aos seus Corpos, o último, Cb d’Esq 1ª Cia/1º CI Joaquim Carneiro da Costa (ou “de Castro”), tendo-se apresentado apenas no dia 15, foi trancado e enviado a Concelho para posterior julgamento. Dos outros três, temos o Cb

³⁴ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Op. cit.* 1967 p. 10

³⁵ KRAAY, Hendrik. *Op. cit. Loc. cit.* 2004. pp. 253-261.

³⁶ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Esses miseráveis delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Op. cit.* pp. 87-109.

Polycarpo sendo o único a chegar a Canudos, não foram os dois restantes, já pela segunda vez esquivos ao desembarque, dispensados, mas sim apresentados novamente e transferidos ao Corpo de Cavalaria que ficara em Belém.

Em suma, dos nove praças que deveriam ter rumado a Canudos com o Carlos Gomes, cinco parecem efetivamente ter reincorporado ao Regimento na Bahia, mas dos outros quatro, apenas um de fato desertou em definitivo, o soldado da 2ª Cia/1º CI Henrique da Silva, os outros três voltaram a compor a força pública, mas não se ausentaram do Estado do Pará.

A reincorporação, tal qual as deserções, não é um fenômeno isolado, pois assim como aquelas, se prolonga pela campanha. Além destes oito primeiros “filhos pródigos”, ao longo das ordens tem-se a volta de outros oito militares que constaram da segunda lista de “não-embarcados”, quatro são considerados “apresentados” e ordenados enviar à Conselho para julgamento, dois considerados “reincluídos” e ordenados a trancamento para aguardar exclusão, um, José Florêncio de Mesquita, é simplesmente transferido à Cavalaria, e o último, Alexandre Francisco do Nascimento, é simplesmente reincorporado³⁷, mesmo tendo ficado em Belém, estando no Corpo de Cavalaria sob estado de “delinqüência”.

Há ainda, mais adiante durante a campanha, os casos do já citado José Leandro da Silva, preso em Santo Amaro e reincluído ao Regimento, e de Ignacio José Duarte, que fora excluído por deserção depois de faltar a três revistas, após o que se apresentou e foi reincluído. E também existem as transferências de Lázaro Nelson Pereira e Cipriano de Costa Oliveira, desertores que são capturados no Estado do Pará e reincluídos ao quadro efetivo em fins de Outubro³⁸, quando, já a bordo do vapor Planeta, a força pública paraense retornava do sertão baiano, sem que em momento outro algum estes nomes fossem dados por desertores.

Kraay já identificava, para seu recorte temporal, as tensões acerca da disciplina militar, a bem da qual, contudo aparente ser um esforço constante por parte do oficialato, os processos de disciplinarização e do fazer cumprir os regulamentos era levada a cabo de forma negociada. A prontidão dos soldados em denunciar abusos de oficiais no exemplo baiano, e a mesma prontidão em furtar-se às obrigações militares por meio da fuga e em retornar para reintegrar o Regimento no caso paraense, apontam para uma aguda compreensão das contradições entre a prática e os valores da instituição militar, revelando-se o compartilhamento de certos valores por oficiais e praças, valores que os últimos aparentam exigir e manipular a seu favor.

³⁷ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / nº 163.

³⁸ *Idem* / OdD nº 188.

Lázaro Pereira, Cipriano Oliveira e Francisco Sotero Dias foram reincorporados à força policial mesmo tendo fugido muito provavelmente não antes de três meses anteriores, pelo que, por qualquer regulamento que fosse utilizado, lhes caberia não menos que a expulsão da força. Entretanto, de um total de dezoito militares reinclusos ao longo da guerra de Canudos, a transferência para o Corpo de Cavalaria foi o destino de seis (33,3%) deles, outros quatro (22,2%) seriam deixados em aguardo para serem levados a Concelho e apenas dois (11,1%) foram presos para posterior expulsão, fim o qual que, contudo, não se pôde confirmar ou descartar pela documentação. Por fim, excluindo os que foram transferidos à Cavalaria, temos que 33,3% dos reinclusos retornaram a seus postos.

A indisponibilidade de fontes que acompanhem os movimentos de alistamento, deserção e reinclusão em um período suficientemente extenso, impede que encontremos um padrão de comportamento da dinâmica destes movimentos no período inicial da república, mas para fins de suposição podemos comparar os índices de campanha, para o qual encontraremos somente o alistamento dos paisanos listado no quadro a seguir:

Quadro de alistados no Regimento Militar durante a campanha³⁹.

Amancio Dias	João Belmiro da Palma	Luis Paulo de Souza
Augusto Artesão dos Santos	João José Guimarães	Manoel Bernardo Gonçalves
Augusto Vaz Sodré	João Lopes Soares	Manoel Fortunato
Entropio Rodrigues de Araujo	João Vieira	Manoel Geraldo da Conceição
Eugydeo Hermes Japrasu	Joaquim Bispo de Santanna	Manoel Virgílio de Castro Lima
Francisco Coelho Cavalcante	Joaquim Jorge Thomaz dos Santos	Paulino Souza de Mendonça
Francisco de Assis Muniz	José Eugydio Pedral	Teophilo Correa dos Passos
Francisco Pires de Aragão	José Francisco dos Santos	Themistocles da Motta Pessoa
Geronymo Machado dos Santos	José Patrício do Nascimento	Thomaz Correa Cardrim
Jascintto Corrêa do Nascimento	Luis Esmeraldo de Assis	

Como o quadro acima demonstra, encontra-se uma considerável participação de desertores em relação a de novos alistados, sendo o número de militares reinseridos no período o de vinte, temos o alistamento em vantagem de apenas onze homens, totalizando vinte e nove paisanos alistados. A isso podemos comparar que do número total de desertores durante a 4ª Expedição, relacionados ao número de militares trazidos de volta ao serviço ativo, no qual temos um percentual de 23,37% de desertores retornando ao Regimento e que, levando-se em conta as entradas de militares, contudo que não ultrapasse o alistamento como

³⁹ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / nº 543, 546, 547, 549, 550.

forma de reposição de homens no regimento, a reinclusão de desertores corresponde a 38,29% do total, um número realmente considerável.

Outro ponto a se considerar em favor do retorno dos desertores é que todos os dezoito alistados foram incorporados à força apenas no mês de Outubro, no período que varia do dia 18 ao dia 25, durante o retorno da tropa dos sertões canudenses, haja vista que campanha dera-se por terminada em 05 de Outubro, enquanto que o ápice deserções e reinclusões, como já foi mostrado anteriormente, situa-se inversamente no início das operações. Interessante também notar que foram alistados ao 1º Corpo de Infantaria apenas Luís Esmeraldo de Assis e João Lopez Soares, o restante, os outros dezesseis presentes na lista acima foram todos ao 2º Corpo de Infantaria. O fato do 2º Corpo ser justamente a força principal em ambos os combates de 25 de Setembro e de 1 a 5 de Outubro e de ser, por isso, o Corpo que mais sustentou baixas em ação, tendo segundo Orlando Rego treze mortos e vinte e um feridos⁴⁰, leva a crer que justamente em reposição a estas baixas o processo de alistamento se fez a única alternativa. Diante da impossibilidade de contar com a reinclusão destes homens o Cmdo do Regimento viu-se forçado a recorrer ao alistamento de novas praças.

Tendo-se compreendido em Nogueira a força das redes sociais de proteção e do papel da família no processo de deserção do século XVIII, podemos considerar que, contudo as causas possam divergir, a perpetuação destas redes de proteção até o século XIX são alvo de poucas dúvidas. Porém, ao contrário do século anterior, no qual a reinserção na sociedade e no mundo do trabalho dava-se majoritariamente a nível extra-oficial, nestes fins do século XIX a reinserção a nível oficial pelo reengajamento na força militar aparecia como uma realidade bem mais palpável.

A isso podemos atribuir obviamente o processo em curso desde o século anterior de crescente valorização do soldado. Os exércitos ocidentais passavam por um lento e prolongado processo de modernização e profissionalização que veio exigir um novo nível de técnica do militar, fazendo com que o olhar sobre o soldado alcançasse mais do que apenas a percepção de um agente isolado.

O grau de aperfeiçoamento, o tempo e os gastos inerentes à tarefa de preparar os homens para atirar corretamente, recarregar com destreza, manter forma, acompanhar as marchas e o dobrados, manter posições, compreender e efetivar ordens e hierarquias afastavam o soldado cada vez mais das capacidades combativas do homem comum e o

⁴⁰ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Op. cit.* pp. 69-71.

tornavam de fato um investimento⁴¹. A isso corrobora o elevado índice de reinclusão do Regimento Paraense.

Mesmo quando ferindo as iniciativas de disciplinarização e os esforços de fazer cumprir o regulamento vigente, percebemos então a relutância dos oficiais do Regimento em perder estes valiosos soldados quando se dava a oportunidade de trazê-los de volta ao serviço mesmo fora do campo de batalha, levando a crer que este comportamento não estava relacionado com o estado de guerra no qual a tropa se encontrava, mas que reflete uma prática dinâmica de deserção e reinclusão à guisa das penalidades, talvez no intuito de compensar uma provável falta de contingente.

1.3 – A indumentária militar.

Os números do Regimento na tarde de 05 de Agosto de 1897 são incertos. A julgar pelas tabelas de vencimentos de Outubro de 1897 do Regimento, que estão disponíveis no APEP⁴², contam-se, para o 1º Corpo, 314 praças e 229 para o 2º, totalizando 543 praças nas 8 companhias.

O testemunho de Euclides da Cunha⁴³ concorda com a obra de Marreca⁴⁴, que haveriam 640 homens no “punhado de bravos [...] forçados a abandonar seus lares”. Mesmo considerando o intervalo temporal entre ambas as publicações, a coincidência parece apontar para a afirmação de terem ambos se baseado em números oficiais. Rego, porém, em seu segundo livro⁴⁵ contabiliza 547 homens ao todo, o que se pode somar ao número de desertores, os quais o autor não lista à exceção do Cb d’Esq Polycarpo Francisco Rodrigues, nos dando um total de 623 homens em ambos os Corpos.

Em termos legais a Lei nº 514 de Maio de 1897⁴⁶ fixa a força paraense em cinqüenta e cinco oficiais, além de 938 praças e nove oficiais do Estado Maior General do Regimento. Em seu regimento, publicado pelo Decreto de Setembro de 1894, dispõe-se que o Regimento se forme de um “Corpo de cavallaria” com 209 homens, e dois “Corpos de infantaria” com 392

⁴¹ NOGUEIRA, , Shirley Maria Silva. *Op. cit.* p.88.

⁴² APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Folhas de Pagamento / Vencimentos do 1º & 2º CI de Agosto de 1897.

⁴³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 2003.p. 83.

⁴⁴ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 76.

⁴⁵ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Op. cit., Loc. cit.*

⁴⁶ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis de 1897.

homens cada, mais um Estado Maior General do Regimento composto de sete oficiais superiores, totalizando um efetivo de 1000 homens⁴⁷.

Obviamente nem todos foram à Canudos, ficando um número ainda indefinido adidos ao Corpo de Cavalaria, como o Músico de 2ª Classe 1ª Cia/1º CI Manoel Francisco do Nascimento e o Carpinteiro Alexandre Alves da França⁴⁸, e contudo que o efetivo estabelecido pelo legislativo estadual mantenha sua constância ao longo deste período até meados de 1900, quando receberá pequeno incremento com a criação de um Corpo Auxiliar⁴⁹, é igualmente óbvio que, tomando por exemplo os efetivos apresentados anteriormente, todas as estimativas quantitativas de membros dos Corpos Infantes se distancia em muito do ideal estabelecido pelo regulamento e pela legislação estadual de 793 militares estaduais paraenses entre praças e oficiais de infantaria rumando à Canudos.

Podemos considerar ainda a questão da interiorização da força com Mappa Demonstrativo de Guardas Locais e praças no interior do Estado, que, contudo sem data, consta no Arquivo Público do Estado do Pará, em caixa com intervalo de 1894 a 1901. Problema que pode ser solucionado ao perceber-se que, quando da reformulação que sofreu a força pública em 1894, ficou estabelecido pela Lei nº 191 de 20 de Junho que:

“Art. 9.º – Extingue[-se] as guardas locais.

§. Único. Para a polícia das localidades do interior do Estado o Governo fornecerá destacamentos tirados dos dois corpos de infantaria de acordo com a tabela que servia à guarda local, devendo nas cidades, e sempre que for possível, ser esses destacamentos comandados por oficiais.”⁵⁰

Ficaria então sob o encargo exclusivo dos corpos de infantaria o policiamento das regiões interioranas do Estado em substituição às guardas locais. Estas guardas, estabelecidas no ano de 1892⁵¹, seriam forças de segurança fardadas, armadas e remuneradas pelo governo estadual e instaladas na sede de cada município, excetuando-se a Capital, sujeitando-se às autoridades de segurança.

Contudo esta missão parece ter excedido as possibilidades da força, já que, no ano de 1897, as guardas locais são recriadas pela Lei nº 514 de 22 de Maio⁵², agora sob a tutela do Regimento Militar, que terá por responsabilidade o treinamento e a fiscalização de tais

⁴⁷ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894.

⁴⁸ APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Folhas de Pagamento / Vencimentos do 1º CI de Agosto de 1897.

⁴⁹ MARRECA. Orvácio Deolindo da Cunha. *Opt. cit.* p. 129.

⁵⁰ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis de 1894.

⁵¹ *Idem* / Leis e Constituição de 1891 a 1900. p. 51.

⁵² *Idem* / Leis de 1897.

guardas, que apenas cinco anos depois desaparecerão da estrutura de segurança do Estado, no ano de 1902, levando a crer que, ao contrário do que se possa pensar em um primeiro momento, as guardas locais não foram recriadas antevendo a saída do Regimento em campanha, mas para acorrer a um problema mais duradouro, possivelmente a falta de contingente para o policiamento do interior.

A recriação das guardas locais, sob o comando de seus próprios inferiores⁵³ ou de oficiais do Regimento Militar, comprova o esforço em uma gradual interiorização do Regimento que, mesmo levado a recorrer novamente a elas, permaneceu paralelamente realizando o policiamento interiorano. E mesmo estando disposto na citada lei de 1897 que devam oficiais do Regimento Militar comandar estas guardas interioranas, nas relações de militares interiorizados estes aparecem apenas a partir de 1900⁵⁴.

Nesse sentido, ao considerar a ausência de oficiais superiores ou inferiores no Mappa sem data, ele apenas pode se situar entre os anos de recriação das guardas, 1897, e o de 1899, período no qual, o efetivo do Regimento foi praticamente inalterado como se atesta pelas leis nº 270 de 07 de Junho de 1895, nº 412 de 8 de Maio de 1896, nº 514 de 22 de Maio de 1897, e a nº 575 de 18 de Junho de 1898 que fixa também o efetivo para 1899⁵⁵.

Então, retornando por fim à questão do efetivo da campanha, a recente recriação das guardas locais permite inferir que o contingente interiorizado não pôde ser disponibilizado para a guerra de Canudos, reduzindo parcialmente a lacuna entre o contingente estabelecido por lei e os números que se encontra para a campanha, contudo que a soma de 65 praças que estavam diligenciados ao interior⁵⁶ com os 640 da numeração “oficial” de Marreca e Euclides ainda resulta em um número relativamente inferior ao ideal de quase 800 que se lê no regulamento.

Principalmente considerando que quando se trata dos homens e campanha os relatos variam, como já mostrado anteriormente, dos 543 praças nos vencimentos, e chegando aos ditos 640. Contudo, se somarmos os 543 praças pagos em Outubro aos 39 oficiais de Rego e aos 65 praças interiorizados teremos um total de 647 que se aproxima bastante da estimativa da primeira obra de Rego⁵⁷, quem publica serem 650 militares, dos quais 39 oficiais, no

⁵³ À época os 1º e 2º Sgt estavam dentro da categoria de “oficiais inferiores”, podendo esta ser estendida sem o termo “oficial” aos Cb.

⁵⁴ APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças / Relação dos Srs. officiaes e praças que se acham destacados em diligencia no interior do Estado_1900 & 1901.

⁵⁵ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis e Constituição de 1891 a 1900.

⁵⁶ APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças / Mappa demonstrativo de guardas locais e praças do Regimento Militar do Estado exixtentes no interior do Estado.

⁵⁷ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *A Brigada Policial do Pará na Campanha de Canudos*. Belém. IHGB. 1965. p. 9.

embarque, levando a crer que este mais provavelmente era o efetivo total dos infantes do Regimento que o de embarcados no vapor Pernambuco.

Assim como os números, o perfil dos componentes dessa tropa era igualmente pouco uniforme. O regulamento do Regimento estabelece que para a composição de praças dos corpos, concorreriam voluntariamente cidadãos brasileiros entre 18 e 40 anos e com a “preciza robustez verificada em rigorosa inspecção de saúde”, além de lisura criminal, ou “provada moralidade”⁵⁸. Sob estas circunstâncias o voluntário estaria alistado por três anos, ao final dos quais, caso houvesse interesse, este poderia se engajar por três anos, incorporando uma bonificação de um décimo de sua praça ao seu soldo.

É justamente nesse sentido que se percebe um pouco da dinâmica desses alistamentos e as diferenças entre os soldados do 1º e do 2º Corpo. As informações acerca do tempo de serviço⁵⁹ demonstram o perfil significativamente mais experiente dos praças do 1º Corpo, de seu total de 314 praças, a maioria destas é qualificada como “engajado”, ou seja, haviam já servido por três anos e optado por permanecer na força, muitos engajados nos anos de 1895 ou 96, indicando sua entrada nos anos de 1892-93, anteriores mesmo à formação do Regimento Militar em 1894.

Ainda para o 1º CI tem-se outro número que demonstra o tempo de serviço de seus praças. Em termos percentuais, mais de 26% correspondem aos praças engajados, que tendo prestado 3 anos de serviço voluntário, optaram por permanecer mais 3 anos, outros mais de 25% dos praças pertenciam à categoria dos que estavam servindo “de tempo acabado”, em outros termos, findo seu tempo de serviço voluntário, não haviam ainda recebido sua baixa. O restante do corpo está dividido entre os “Engajados de tempo acabado”, tendo servido seus seis anos de voluntariado e engajamento, e ao fim, ainda não haviam saído do estado efetivo; alguns poucos são determinados “praça[s] indutado[s]” e algumas dezenas de soldados são denominados “voluntários”, indicando sua entrada mais recente, variando entre os anos de 1895 a 1897.

Para o 2º Corpo, do total de 229, percebe-se o comportamento inverso. Os já engajados e, portanto, com mais de três anos de serviço computado eram apenas 18,7%. Pouquíssimos, como o Cb d’Esq da 1ª Cia Antonio Fernandes Ramos, podem ter sua data de entrada retroagida a 1893, levando a crer que, alistado antes da criação do 2º CI, pode ter a talvez a oportunidade de alguma ascensão transferindo-se para o novo corpo já com algum

⁵⁸ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 65-66.

⁵⁹ APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Folhas de Pagamento / Vencimentos do 1º & 2º CI de Agosto de 1897.

tempo de serviço. Mas a maioria destes engajados deu sua entrada justamente no ano de 1894 e, se mantendo na unidade desde sua criação, optaram por permanecer quando do fim de seu período de alistado.

As praças que se encontram servindo além do seu tempo estabelecido correspondendo a apenas 6,5%, dentre os quais encontramos motivos bem específicos para tal, como o exemplo do Corneta da 1ª Cia Manoel Euclides da Silva, que deveria justamente receber sua baixa no ano de 1897, estando porém em débito não definido com a tesouraria, prestaria serviço com desconto no soldo até abater a dívida. Semelhante situação passava o Sd da mesma Cia Antonio dos Santos Andrade, o qual se alistara voluntariamente quando da criação do Regimento e 2º Corpo em Junho de 1894, e quase exato um ano depois deixou o quartel, só retornando dali a mais um ano e 14 dias, débito de tempo que deveria ser pago. Já o caso do Sd também da 1ª Cia João Theodósio de Souza parece bem mais desesperador, pois além de ter se ausentado do quartel por um ano e 28 dias, ainda incorria em débito a ser quitado tal qual o Corneta Manoel. Interessante notar o Cb d'Esq da 3ª Cia Joaquim José Gomes, que ainda consta como alistado, mesmo tendo entrada em 1892, sem qualquer tipo de justificativa para a sua permanência.

A predominância era, *in facto*, dos voluntários representando a parcela de 69,4% das praças, tendo por data de entrada as mesmas dos voluntários do 1º Corpo, com o adendo do caso dos Soldados da 1ª Cia Raymundo Zacharias Samo Tavares e Clementino José Monteiro de Freitas, voluntários respectivamente desde Abril e Julho de 1897, ou do da 2ª Cia Eugênio José Raymundo Monteiro de Fevereiro do mesmo ano. O subtópico “Da Escola de Recrutas” do Capítulo IX do regulamento⁶⁰ estabelece que, entrando para o Regimento, os recrutas serão instruídos pelos inferiores do corpo por um período de até seis meses. E determina ainda que:

“Art. 148 – Os recrutas enquanto não passarem a promptos, só serão escalados para serviço interno do quartel, sendo durante as horas do ensino substituídos por praças promptas; mas si a necessidade for tal que exija o concurso dellas no serviço externo, deverão ser escolhidos para este fim os mais adiantados”⁶¹

Estes praças, tais como alguns outros de outras companhias, a julgar pela data de entrada, tiveram pouco ou nenhum tempo para serem instruídos na “escola do soldado”, nas formas, unidades militares, postura e combate, contribuindo para a impressão de que tão proporcionalmente o 1º CI era formado por veteranos quanto o 2º era predominantemente constituído de militares menos experientes e até mesmo novatos no sentido restrito do termo,

⁶⁰ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 104-105.

⁶¹ *Idem. Loc. cit.*

e teriam então suas primeiras experiências militares justamente no campo de batalha, “honrando a farda”.

Outro ponto característico dos militares em campanha era justamente o fardamento. Este era estabelecido pelo Capítulo XII do regulamento de 1894, sendo cedida ao militar em serviço e substituída periodicamente de acordo com a tabela, que considerava o tempo de duração e a frequência de uso da peça de fardamento, e devolvidas ao fim do serviço, ficando a cargo do militar o pagamento da peça em caso de destruição ou extravio⁶². Talvez com uma documentação abrangente possamos situar justamente aqui casos como das praças servindo além do tempo por dívida com o comando mostrados a pouco.

Este fardamento, pelo regulamento, se constituiria de diversas peças da indumentária militar que iam de luvas a botas de couro da Rússia para montadas, entretanto o mappa de distribuição de fardamento do mesmo ano de 94⁶³ apresenta para cada praça apenas um par de botinas ou botas de montada, pares de meias, ceroula de algodão, calça de brim branco e de pano azul monocromática (infanteria) e com lista amarela (cavallaria), camisa de algodão, blusas de pano azul, dolman de pano azul, bonet redondo de pano, kepi e capa para kepi, gravata de polimento, lenços de chita. Em Canudos, apenas três anos depois, o quadro já se mostrava significativamente diferente.



*Foto do 1º e 2º Corpos do Regimento Militar Paraense em Canudos*⁶⁴

⁶² *Idem.* pp. 119-120.

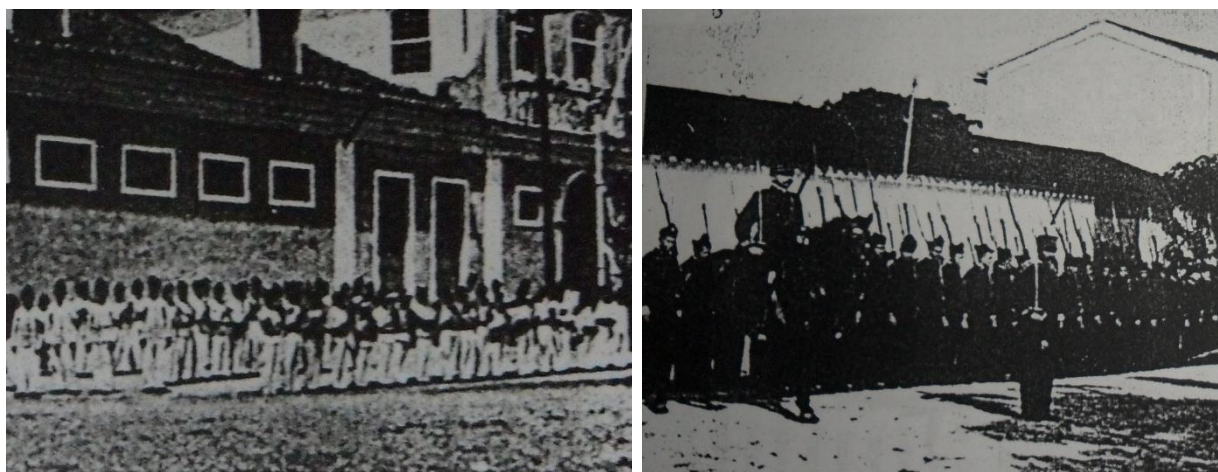
⁶³ APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças / Regulação da distribuição de fardas de 1894.

⁶⁴ Portfolium: Laboratório de Imagens/ Imagens da Guerra /Foto32.

Aqui se vê o fardamento de campanha, com o adendo de que a fotografia traz alguns traços característicos para o fardamento. Primeiramente notando-se a propriedade, por parte da totalidade dos militares, de chapéus de abas largas variando em de diversos tamanhos, em substituição a “kepis” e “bonet’s”. Segundo Euclides este era o “uniforme característico” que o Regimento adotara desde a chegada à Bahia, cobrindo-se todos, praças e oficiais, com chapéus desabados de palha de Carnaúba, o que dava a impressão à distância de serem antes um “numeroso bando de mateiros”⁶⁵.

Outra diferença está na escolha das calças, onde predomina a cor clara e o tamanho mais folgado, e ainda a presença de bombachas, calças tradicionalmente gaúchas e que, a julgar pelas fotos de campanha existentes, foram recorrentes para soldados e praças, não apenas do Regimento Militar paraense, mas de toda a força em campanha, identificadas em atesto a isso mais claramente na foto acima com o segundo homem da esquerda para a direita, e o segundo homem de pé à direita da bandeira.

É possível então perceber aqui o reflexo da campanha sobre o fardamento do Regimento, haja vista que nas poucas fotografias que nos chegam pela obra de Rego o 1º Corpo é retratado com o uniforme inteiramente branco, e igualmente o 2º Corpo apresenta um uniforme que, contudo esteja em uma foto em preto-e-branco, por associação do uniforme do exército supõe-se que seja inteiramente azul.



*Forma em frente aos quartéis do 1º (esquerda) e do 2º (direita) Corpos de Infantaria do Regimento Militar do Estado*⁶⁶.

⁶⁵ CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, 2003. p. 97.

⁶⁶ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Op. cit.* 1982.

O sertão árido nordestino, com parca vegetação e sol inclemente sob os quais a tropa marchou, estaria sem dúvida exigindo seu próprio pedágio das forças estaduais. Ao voltar para a primeira foto é perceptível o fato de que, dentre os que estão ainda completamente fardados, a aparente maioria traja o uniforme branco, e por isso provavelmente mais fresco, do 1º Corpo.

Nesse sentido percebe-se aqui uma negociação acerca do dolman. Esta peça de vestuário européia e tipicamente trajada por membros da cavalaria, em especial os eqüestres das Cavalarias Ligeiras, fora copiada do modelo português, este por sua vez sendo derivado do modelo inglês, e trazido para o Brasil pelo Decreto n. 1.729 do ano de 1894⁶⁷, o qual reformulou totalmente as fardas do exército, impondo o dolman azul-ferrete indistintamente a todos os militares, oficiais ou praças, e de todas as armas, montados ou não, tornando a vestimenta identificada como eminentemente militar brasileira neste período.

Walnice Galvão acentua como, devido às condições insalubres que se faziam no palco da campanha, na qual soldados rasos marchavam sem calçados, e trajavam uniformes cujas cores se destacavam contra o fundo da caatinga, tornando-os alvos imediatamente identificáveis⁶⁸. Ao se aproximar do fim do conflito, oficialato e soldadesca abandonaram as fardas e passaram a combater à paisana.

Tendo o 2º Corpo sido criado no mesmo ano da reforma, parece ter incorporado o mesmo padrão. Contudo, a disposição do comando quanto à troca dos bonés e kepi's reflete certo nível de flexibilidade em termos de vestimenta e a tentativa de adequação ao novo ambiente cuja escassez de água, de vegetação e a conseqüente grande exposição à luminosidade, não estavam preparados os militares amazônicos.

O mesmo valeu-se para a calça, na qual o modelo branco e as bombachas mais condizentes com os sertanejos da região se tornaram peça comum, entretanto o uso do dolman parece ter sido considerado indispensável, dado que foi acentuado a partida das praças perfeitamente fardadas pela tabela em vigor, equipadas e municiadas desde o Estado do Pará⁶⁹.

Contudo, no dia 06 de Setembro, quando a tropa já estará acampada em Monte Santo, encontraremos grave admoestação do comando do 1º CI acerca da formatura feita que, a bem da recomendação de “toda a correição no uniforme”, identificou o Cmdo grande número de praças e alguns oficiais em forma desuniformizados, e mesmo com uniforme estranho à

⁶⁷ BARROSO, Gustavo. (Org) *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Ministério da Guerra, 1922. p. 69.

⁶⁸ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op. cit.* p. 90.

⁶⁹ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Op. cit.* 1982. p. 112.

tabela, o que “vem depor contra a disciplina desse corpo” e que, por tanto espera “já mais se reproduza”⁷⁰. Tendo como agravante a presença em inspeção do Marechal Ministro da Guerra.

Seria então esta uma dupla negociação que visava alcançar um meio termo entre o princípio disciplinar e uniformizador que o uso do fardamento representava e as necessidade que se impunham pelo próprio contexto de campanha para o qual a indumentária, tal qual os soldados não foram preparados. Esta negociação parece variar de nível mesmo dentro da própria força como dá-se na diferença de exigências entre os comandos do 1º e 2º corpos, que refletem claramente níveis diferentes de flexibilidade acerca da aparência e equipagem pessoal da soldadesca.



Ilustração de militares em campanha no sertão Baiano⁷¹.

Na ilustração se percebe os detalhes em cores nos uniformes e já uma adaptação às necessidades do palco de operações, com o oficial já trajando bombachas e chapéu de aba, e o lenço ao pescoço à gaúcha. O soldado além do chapéu usa sandálias de tiras tipicamente nordestinas e traz seu sobredito equipamento pessoal, este consistindo de um cantil para a reserva individual de água.

⁷⁰ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / nº 186.

⁷¹ BARROSO, Gustavo. (Org) *Op. cit.* Recorte e montagem da Estampa nº 176.

Como armamento, o Regimento Militar paraense já portava o fuzil belga Mauser 7mm modelo de 1895, o mais moderno fuzil militar brasileiro da época. O fuzil Mauser fora escolhido devido ao fracasso do modelo alemão/austriaco Mannlicher modelo 1888 que deveria substituir o também belga Comblain⁷².

O modelo Comblain tinha funcionamento extremamente simples, com uma alça de mira sobre o cano e alma raia, o que significa que possuía o interior de seu cano trabalhado em espiral, de modo a levar o projétil a executar movimento giratório quando de sua saída, e conseqüentemente aumentando sua precisão e alcance. A característica desta arma criada para a Guarda Cívica Belga e que fora adotada pelas forças armadas brasileiras desde 1873 era seu bloco da culatra, a caixa que guarnece o mecanismo de disparo, que era móvel e descia verticalmente quando o guarda-mato, a estrutura metálica que protege o gatilho e que nesta arma também era a alavanca de armar, era puxado para baixo, expondo a câmara de munição e permitindo a colocação de um projétil encartuchado.

A Comblain passou por diversas modificações nacionais menores que criaram um modelo caracteristicamente nacional, como a trava de segurança do gatilho e da alavanca de armar, e a “telha” de madeira sobre o cano, que antes ficava exposto e, em fogo rápido, superaquecia e criava risco de queimadura para o atirador. A principal vantagem da arma era sua alimentação, pois aceitava o cartucho de *ouropel*, ou folha de latão enrolada fabricado localmente.



Caixa & Cartuchos de Comblain 11x50 mm fabricados no Laboratório de Campinho. Acervo do Museu de Armas Ferreira Cunha.

O fuzil Comblain foi apenas muito lentamente substituído por armas mais modernas, sendo ainda arma padrão da força pública paraense constante no seu regulamento de 1891⁷³, com os custos das peças para reembolso por parte do praça que destruísse ou a extraviasse, e era igualmente a arma usada pelo Regimento Militar amazonense em 1897, quando da viagem à São Salvador, onde foram trocadas por Mauser's⁷⁴ do Exército Nacional. Somente será iniciado seu gradual processo de troca pelo Mannlicher nas forças armadas em

⁷² Armas Brasil.

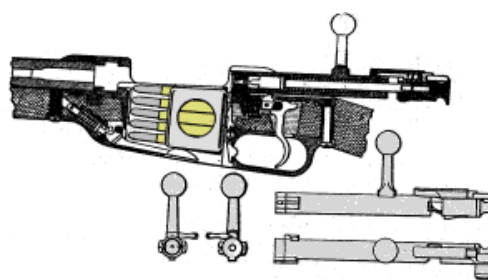
⁷³ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Decretos do Governo Provisório de 1891. pp. 313-317.

⁷⁴ MARIANO, Cândido José. *Apud*. GOMES FILHO, Gregório Ferreira. *Extremos na Historiografia Brasileira: Marreca e o Regimento Militar do Pará na Campanha de Canudos*. Monografia (História Bach/Lic.). UFPA. Belém. 2006

1892, mas ainda perdurará se fazendo presente na Revolução Federalista e no arraial de Canudos, em ambas as mãos, de legalistas e canudenses.

O modelo substituto das tradicionais Comblain imperiais a partir da Proclamação fora o já usado pelo Chile, Bulgária e Grécia⁷⁵, Mannlicher modelo 1888, o *Reichsgewehr* (fuzil do Império em alemão) ou *Comission Rifle* (rifle da comissão em inglês, em alusão à comissão austro-prussiana que o projetara). Este rifle fora o primeiro fuzil da república e, visto que os Kropatschek de carregador tubular, no qual os cartuchos, carregados um por vez, ficavam armazenados abaixo do cano, haviam sido comprados apenas à marinha, estreou o conceito de arma de repetição para o Exército brasileiro.

Com sistema de ferrolho, as grandes inovações da Mannlicher foram a utilização de munição de menor calibre (7,96x57mm) em relação às anteriores, que sendo mais leve, possibilitava um número maior de cargas por pessoa, além de trazer a pólvora sem fumaça e o mais importante, cliques para cinco cartuchos que, como vistos no diagrama⁷⁶, ficavam sobrepostos possibilitando tiros consecutivos após os quais o clipe de munição era expulso automaticamente por uma abertura inferior no bloco.



Sistema Mannlicher com ferrolho em posição aberta e clipe de balas inserido.

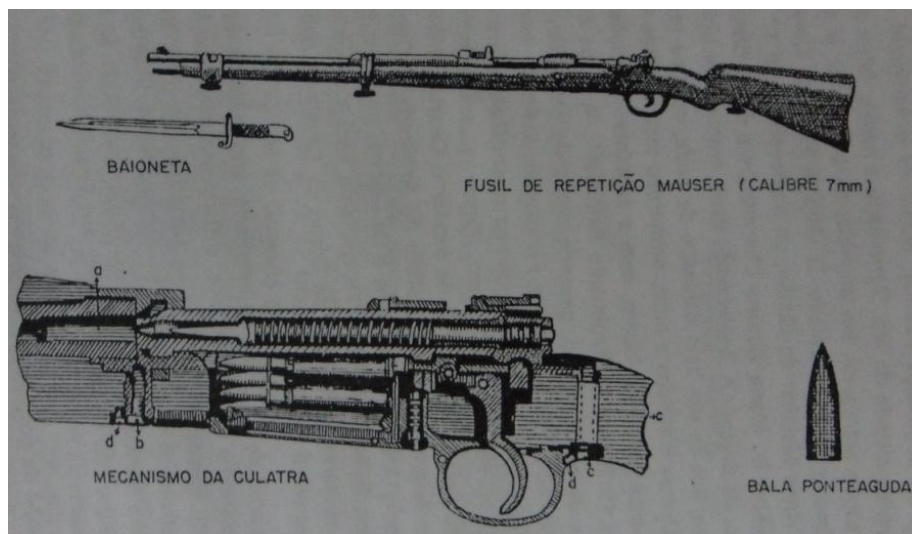
Contudo, percebeu-se que a arma sofria com problemas de superaquecimento do cano, este se deteriorava rapidamente pelo acúmulo de água entre cano e sobrecano, a culatra estava sujeita a deixar escapar os gases da ignição com risco ao atirador e a abertura de saída do clipe expunha o mecanismo todo ao ambiente e criava problemas de manutenção, o que levou à sua substituição já em 1894 pelo Mauser. Mesmo em seu curto tempo de operação, o Mannlicher se popularizou pelo país e chegou à uso em algumas polícias, contudo a paraense não seja uma delas, esta terá repetido contato com a arma em mãos canudenses.

Por fim temos o modelo Mauser belga de 1895, que fora recentemente adotado no Brasil, e já estaria em posse do Regimento Militar paraense quando de seu embarque⁷⁷. Este modelo supria as deficiências do Mannlicher e, no caso dos militares do Pará, representava um considerável avanço em relação ao sistema Comblain.

⁷⁵ Military Rifles in the Age of Transition.

⁷⁶ Armas on Line.

⁷⁷ REGO, *Op. cit. Loc. cit.*



Rifle Mauser M1895 com a caixa da culatra em detalhe⁷⁸.

O sobrecano fora eliminado e adotada uma telha de madeira para proteção do cano como a Comblain nacional. Quanto à alimentação, igualmente à arma anterior, era feita com um carregador de cinco cartuchos sobrepostos, porém este era expelido no momento da recarga, eliminando a problemática abertura inferior, além de manter o pequeno calibre (7x56mm), inovando em um ponto simples, mas extremamente importante, a posição dos cartuchos. Com os projéteis postos alternadamente aproveitando o espaço horizontal da caixa da culatra, estes eram dispostos escalonados, ou em *zig-zag*, reduzindo o tamanho vertical da caixa e possibilitando que todo o sistema ficasse protegido encoberto pela coronha da arma, aumentando a confiabilidade e a vida útil da arma.

Sams Stanhope, colunista do New York Times para assuntos militares, à época da guerra hispano-americana, diante da experiência de combate contra a variante espanhola do Mauser de 1893, insiste na superioridade do fuzil em relação aos outros diversos modelos da época, inclusive o Krag-Jorgensen de uso americano na guerra⁷⁹. Segundo Stanhope, a velocidade de recarga dada pelo sistema de ferrolho e cliques de munição seria um ponto forte da arma sendo que *“the package containing five shells can be inserted in the magazine as quickly as, possibly more quickly than, a single cartridge can be put into the chamber of Krag”*⁸⁰, aumentando o potencial de fogo rápido.

⁷⁸ *Idem.*

⁷⁹ STANHOPE, Sams, *The Krag-Jorgensen Gun: It Is Inferior In Many Respects To The Mauser Used By The Spaniards*, The New York Times, 1 August 1898.

⁸⁰ “o pacote contendo cinco projéteis pode ser inserido no depósito tão rápido quanto, possivelmente mais rápido que, um único cartucho pode ser posto na câmara do Krag”

Além disso, a alta velocidade inicial do projétil (697 m/s)⁸¹ permite um alcance linear muito superior à maioria das armas, alcançando uma distância quase 230m (250yd) superior à arma americana, estabelecendo sua superioridade no fogo à distância. A velocidade também trabalharia aumentando a penetração em tiros de proximidade, possibilitando a transposição de coberturas e aumentando a “humanity”⁸² da arma, podendo atingir adversários em fila, de modo a ser letal apenas ao primeiro, este ainda assim em menor medida, dado ao pouco prejuízo do projétil de menor calibre, possibilitando neutralizar maior número de inimigos com um nível de letalidade potencialmente menor, afinada com a lógica de que “*we should prefer to disable men in battle to kill them or inflicting upon them lacerated wounds*”⁸³.

Esta velocidade de variação de armamentos e munições e o nível de melhoramento que estas armas trazem seqüencialmente demonstram o período pelo qual as técnicas de combate passavam já desde o século XVIII, de constante desenvolvimento técnico do armamento, aumentando seu alcance e taxa de repetição e, por conseqüência, sua letalidade, um ritmo de inovação na arte da guerra que as forças militares da época apenas penosamente conseguem acompanhar.

No arraial de Canudos esse desenvolvimento técnico terá uma faceta característica, pois os canudenses, até o final da terceira expedição, não contarão para sua defesa de mais que o equipamento rústico sertanejo como facões, machados, cacetes, chuços ou zargunchos⁸⁴ que originaram o termo jagunço, e armas de fogo como bacamartes⁸⁵, ronqueiras⁸⁶, e clavinotes⁸⁷, além de seu próprio ímpeto.

Será apenas com a morte do Cel Moreira César na 3ª Expedição que mudará, e significativamente, esse quadro de abismo técnico. O falecimento de seu comandante e os fracassos das investidas desencadearam a conhecida debandada desesperada da tropa que, em pânico, deixara para trás tudo que pudesse representar atraso na fuga, largando atrás de si uma trilha de enorme quantidade de armas, equipamentos e munições que representará o “maná caído do céu”⁸⁸ para os defensores do Belo Monte e com o que começarão a ter os piquetes canudenses contornos de força armada de defesa.

⁸¹ Armas Brasil.

⁸² “Humanidade”.

⁸³ “devemos preferir incapacitar os homens em batalha à matá-los ou infringir sobre eles ferimentos lacerantes”.

⁸⁴ Armas de corte fabricadas artesanalmente”.

⁸⁵ Arma de fogo do século XVIII conhecida pela boca larga do cano, de uso montado em suporte de superfície, em geral amuradas, com carregamento pela boca do cano, atirando esferas de chumbo ou fragmentos de outros materiais sólidos.

⁸⁶ Arma de fogo fabricada artesanalmente.

⁸⁷ Modelo de espingarda projetado para uso montado, tendo um desenho mais curto e manogrável para o soldado à galope, além de dispensar o suporte de baionetas e acompanhar ferramenta para ser presa à cela.

⁸⁸ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op. cit.* pp. 75-76

Dentre estas peças destaca-se em especial o uso do rifle Mannlicher, ou “Manulinche” como eram conhecidos, que ainda era a arma predominante na força invasora e será identificado em diversas documentações da 4ª Expedição, sendo o mais próximo de uma “arma padrão” dos conselheiristas e maiores motivos de temor às forças legais. Se estes temores terão correspondência com a capacidade de flexibilização das forças de Conselheiro para se adaptar às novas possibilidades táticas que essa inovação técnica das armas de fogo trouxe e o processo correlato para com as tropas legalistas, isto apenas perceberemos ao analisar seu desempenho em combate.

1.4 – Breve retrospectiva.

Este modelo de força pública caracterizado anteriormente acompanhou uma sucessão de órgãos que se destinavam aos afazeres que hoje nomeamos de “atividade policial”⁸⁹ na região da Amazônia Ocidental e que tem por *práxis* a manutenção da ordem.

Podemos compreender que durante o período colonial a defesa na região estabelecida pelo Regimento Geral das Ordenanças (1570), reproduzia no sistema de proteção à ordem social então vigente, e mantinha indistintas a manutenção da ordem interna e a segurança da província contra a intervenção de outras metrópoles rivais a Portugal⁹⁰. Este mesmo sistema e a indistinção entre órgãos com atividades de defesa territorial e/ou policiamento se estenderá ao longo período colonial.

Silva & Charlet identificam a presença “extra-oficial” e sazonal, posto que eram criados e dissolvidos periodicamente, de corpos militares pelos governadores, sendo estes de certo modo oficializados em 1817 com a criação de um Esquadrão de Cavalaria pelo então Governador e Capitão General do Grão-Pará Conde de Vila-Flor neste ano⁹¹. Embasados na obra de Dantas de Feitosa, estes autores estabelecem para o ano seguinte, de 1818, um corpo de polícia formado de praças de diversas unidades militares e sob comando de um oficial da

⁸⁹ Por atividade policial trato da efetivação de rondas, preservação da ordem pública e manutenção da paz social, em suma, do policiamento ostensivo, ou “pré-crime” que visa a dissuadir o ato criminoso através da imposição do poder estatal personificado pelo seu agente automaticamente identificável pela sua carga simbólica, seja o fardamento ou outra forma de distinção.

⁹⁰ Para maiores informações sobre o sistema de ordenanças e a defesa da colônia ver: PUNTONI, Pedro. *A Arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da américa portuguesa (1550-1700)* In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Op. cit.* pp. 43-66.

⁹¹ SILVA, Carlos Eduardo B. & CHARLET, Ronaldo Braga. *Memórias Reveladas: resgate histórico das origens da Polícia Militar do Pará*. Portal da Polícia Militar do Pará, acessado em 01/06/2011.

Artilharia, e identificam que ainda que fossem tropas destacadas para o policiamento de modo a desobrigar o restante da tropa de tal função, na contagem de tropas de defesa da província o corpo de polícia aparecia ainda na 1ª linha, ou seja, atrelado à tropa paga que formava o “exército oficial”⁹².

Contudo será o advento do Império que estruturará o serviço de policiamento interno, quando Rosemberg identifica para as décadas de 1870 e 1880 a existência em São Paulo de duas instituições policiais distintas, a primeira encarregada da maioria das medidas pós-crime e com caráter fortemente jurídico se concentrava na figura maior do chefe de polícia, além de apresentar delegados e subdelegados, e por fim carcereiros e inspetores de quarteirão. Esta polícia criada na década de 1820, apenas perto do período tratado ganhou autonomia e poder para se impor sobre os outros mecanismos jurídicos imperiais⁹³.

A segunda força policial tinha caráter mais administrativo, constituindo os homens fardados e armados que estavam encarregados de manter a ordem pública, estando em contato direto com a população. Esta força teria maior identificação com a *gendarmarie imperiale*⁹⁴ da França napoleônica, corpo eminentemente centralizado e militarizado que fora criada em atendimento à demanda de “levar sua burocracia administrativa unificada às regiões recalcitrantes”⁹⁵ do meio rural francês. Associando a manutenção da ordem à estabilidade e a preservação do *status quo* a *gendarmarie* napoleônica como sistema de controle e subjugação das forças locais sobreviveu à queda do império napoleônico e disseminou-se pela Europa, encontrando reflexo tardio na América pelo Chile e os Corpos de Polícia do Império do Brasil.⁹⁶

Em seu primeiro capítulo Rosemberg analisa no sistema de policiamento justamente as características de ambas as “linhagens” policiais, encontrando peculiaridades particularmente interessantes na relação entre ambas e principalmente no Corpo de Polícia Paulista – CPP, a cerca de seu perfil militarizado. Auto-suficiente administrativamente, o CPP era estruturado como unidade de exército, obedecendo a patentes e hierarquias similares, seu comandante tinha igual proeminência ao Chefe de Polícia não sendo subordinado à modalidade jurídica de polícia. Era militar em sua essência e em sua forma, com uma organização regida por um regulamento e administrada por Estados Maior e Menor, formados por oficiais ativos ou reformados do exército, e tinha uma estrutura física de aquartelamentos, seu modo de

⁹² SILVA, Carlos Eduardo B. & CHARLET, Ronaldo Braga. *Op.cit.*

⁹³ ROSEMBERG, André. *Polícia, Policiamento e o Policial na Província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese (Doutorado em História Social. USP. SP, 2008. pp. 41-46.

⁹⁴ Em uma tradução livre: “guarda militar imperial”

⁹⁵ *Idem*, p. 38.

⁹⁶ *Idem*, *Loc. cit.*

operação apresentava uma grande rotatividade, com unidades distribuídas pelas localidades em equivalentes de companhias ou pelotões comandados por oficiais ou inferiores, sua ação baseava-se na onipresença, mantendo seu efetivo disperso pelo interior em rondas constantes por localidades menores realizando o trabalho que hoje se denomina policiamento ostensivo.

Contudo, ainda que esta polícia militarizada guardasse um *ethos* e um *modus operandi* eminentemente militar, em sua constituição individual ela buscava outro nível de comprometimento. Primeiramente em suas penalidades disciplinares menos rígidas que o contraposto do exército, notadamente a absoluta proibição de castigos físicos, neste mesmo sentido segue um tempo reduzido de serviço em relação ao do exército, geralmente entre apenas quatro ou seis anos, e talvez a principal diferença, o voluntarismo.

Mendes trata da forma de alistamento nos séculos XVIII e XIX, demonstrando como as limitações da rede burocrática do Estado e a conseqüente necessidade de negociação entre poder central e potentados locais estruturou um sistema de controle social baseado na capacidade de alistar ou isentar⁹⁷. De mãos atadas administrativamente, o Império que teve como forma predominante de aquisição de praças o alistamento forçado, levado a cabo pelas elites locais e seus representantes na ordem jurídica e, como reflexo, na constituição dos contingentes alistados levavam a predominar um misto de criminosos e indivíduos indesejados pela sociedade da época, e sujeitos que não eram alcançados pela extensa rede de proteção social que estruturava o poder da elite local⁹⁸.

Diferentemente da imagem deste contingente de trabalhadores compulsórios angariados de forma violenta e por motivações das mais diversas que formavam o que Beattie chama de “caráter protopenal”⁹⁹, que não gozava de grande popularidade entre o povo brasileiro¹⁰⁰, as especificidades da *gendarmérie* e dos CPP buscavam uma alternativa moralizante. O uso do termo “engajamento”, em oposição ao termo militar “recrutamento” demonstra a importância de sua forma de aquisição de soldados quando consideramos que este voluntarismo invertia a relação de imposição natural do Império centralizador e o indivíduo.

“Em teoria, o Corpo deveria ser a expressão mais bem acabada de uma força burocratizada e moderna, que respeitava a vontade do postulante e valorizava

⁹⁷ MENDES, Fabio Farias. *Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Op. cit.* pp. 111-137.

⁹⁸ PAGANO DE MELLO, Christiane Figueiredo. *A Guerra e o Pacto: a política de intensa mobilização nas Minas Gerais*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Op. cit.* pp. 67-86.

⁹⁹ BEATTIE, Peter M. *Op. cit. Loc. cit.*

¹⁰⁰ Para um quadro mais profundo sobre recrutamento ver: BEATTIE, Peter M. *Op. cit. Loc. cit.*, e também KRAAY, Hendrik. *Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil*. In *The Americas*, v. 55, n. 1.

princípios cidadãos e liberais (no sentido que restringiam os canais arbitrários), quais sejam, a individualidade e a liberdade – a ação individual – do indivíduo em primazia em relação ao Estado (...)”¹⁰¹.

É clara a intencionalidade da organização que pretendia uma “força de manutenção da ordem cujo espírito, filosofia e administração fossem dissociados daqueles inerentes à tropa de linha”¹⁰².

A julgar pelas obras de Marreca e Rego, como era de se esperar, a Província do Pará teve seu equivalente. Tal qual o processo que Rosemberg encontra em São Paulo, será a mobilização para a guerra do Paraguai a responsável pela introdução desses modelos de policiamento¹⁰³. No ano de 1865 o legislativo da Província do Pará transforma o Corpo Provincial de Caçadores de Polícia, que então era o incumbido da segurança provincial na tarefa de policiamento e manutenção da ordem, na qual se sucederam diversas outras organizações antes, em Corpo Paraense de Voluntários da Pátria para assistir ao esforço de guerra e deixando a guarda da província à Guarda Nacional¹⁰⁴.

O fracasso da Guarda Nacional em reunir um contingente necessário levará a organização de um corpo de polícia provisório trazendo à capital as praças interiorizadas ao longo da província em 1867, na primeira metade da década seguinte este corpo é fixado como Corpo Policial Permanente¹⁰⁵ e na segunda a força é reorganizada em um Corpo¹⁰⁶ de Polícia e uma Guarda Urbana que, igualmente à sua contrapartida paulista¹⁰⁷, ficaria responsável pela capital, deixando ao segundo o policiamento do interior, mas a Guarda Urbana teve vida mais curta, sendo incorporada ao corpo mais militarizado e posteriormente suprimida nos primeiros anos de 1880 devido a “grande falta de disciplina”¹⁰⁸, mantendo-se esta organização de policiamento apenas com o Corpo de Polícia do Pará responsável pelo policiamento rural e urbano auxiliado pelas guardas locais.

Percebe-se aqui uma possibilidade estabelecer paralelos entre ambos os Corpos paulista e paraense, ainda que obviamente resguardadas suas especificidade que podem ser

¹⁰¹ ROSEMBERG, André. *Op. cit.* p. 56.

¹⁰² *Idem*, p. 53.

¹⁰³ *Idem*, pp. 51-52.

¹⁰⁴ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Op. cit.* pp. 31-32.

¹⁰⁵ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 59.

¹⁰⁶ A unidade militar denominada “Corpo”, como comumente usada no início do período Republicano e recorrentemente vista neste trabalho tem a equivalência organizativa do que seria à época um Batalhão, mas sendo usado como forma de acentuar a proveniência policial da unidade, que pouco difere do modelo de Batalhão atual. Entretanto, neste caso existe uma discrepância já que, no Império parece essa denominação ter a conotação de tropa administrativamente autônoma, pois, contudo se denomine Corpo de Polícia, sua estrutura encontraria melhor equivalente em uma Companhia.

¹⁰⁷ ROSEMBERG, André. *Op. cit.* pp. 46-50.

¹⁰⁸ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Op. cit.* p. 70.

inerentes à diversidade histórica de ambos, por exemplo, quando se considera o caráter mais urbano que a variante paraense adota, talvez devido à necessidade de se retirar do interior que foi trazida pela mobilização para a guerra, o que demonstra simultaneamente similitudes entre o Corpo de Polícia do Pará e o Regimento Militar do Estado do Pará em 1897, como se percebe no caso da recriação das guardas locais para o policiamento interior e os baixos números de soldados interiorizados, assuntos já mostrados tangencialmente neste trabalho.

Não apenas esta comparação se faz útil, mas também a das formas de organização e de operação do Regimento paraense na República, que ilustram o mesmo caráter misto que Rosemberg encontrou para os policiais paulistas de três décadas antes, ainda no Império, como fica bem demonstrado ao longo de todo este capítulo pela compreensão do discurso civilista que tem o Regimento e a sua organização pautada no esforço de disciplinarização e hierarquização.

É igualmente útil, pra não dizer necessário, estabelecer igual relação entre o Corpo de Polícia do Pará e o Regimento Militar de como guardam este mesmo caráter misto em termos de organização, ideologia e operação, compartilhando inclusive um comandante geral já que o Cel Sotero, Comandante Geral do Regimento em 1897 fora dez anos antes, como Ten Cel, comandante do Corpo de Polícia em 1887¹⁰⁹ sendo este oficial proveniente do 15º Batalhão de Infantaria que se situava em Belém¹¹⁰.

Estabelecer um vínculo entre estas polícias pode parecer *a priori* uma obviedade quando levamos em consideração a existência atual da Polícia Militar do Pará e ainda, que esta corporação moderna tem em seu discurso a retroação de suas atividades ao longo da história paraense desde o ano de 1818 como traz gravado em seu Brasão de Armas¹¹¹. Entretanto, dada a necessidade de, neste trabalho se considerar as sucessões de mecanismos de policiamento de modo mais específico, entendo serem as novas construções ou reformas pela qual estes mecanismos passaram as norteadoras de processos que, igualmente, guardarão mudanças e permanências, ao encontrar a substituição deste Corpo de Polícia da província pelo Corpo Provisório de Linha¹¹², criado em assistência ao exército em 1889 no quadro da proclamação da república, sendo recriado em 1890¹¹³ e reformado em 1891¹¹⁴ e 1894¹¹⁵, tem-

¹⁰⁹ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 61.

¹¹⁰ REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Op. cit.* p. 80.

¹¹¹ SILVA, Carlos Eduardo B. & CHARLET, Ronaldo Braga. *Op. cit.*

¹¹² MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 62.

¹¹³ *Idem.*

¹¹⁴ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Decretos do Governo Provisório de 1891 / Decreto nº 371 de 11 de Julho de 1891.

¹¹⁵ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis e Decretos de 1894 / Decreto de 11 de Setembro de 1894.

se por base argumentativa que ainda considerando a autonomia de cada uma das “corporações”, se é que o termo pode ser utilizado sem a conotação de uma uniformidade constituinte que é mais comum aos seus correlatos modernos que aos órgãos do século XIX agora tratados¹¹⁶, as relações que elas guardam entre si estabelecem uma continuidade que será justamente o fator que levará a Polícia Militar moderna a adotá-las como iguais, a manutenção da ordem social e o militarismo.

¹¹⁶ Para um debate aprofundado sobre a diversidade da formação do Oficialato ver: SOUZA, Adriana Barreto. À Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Op.cit.* pp. 159-178.

CAPÍTULO II: BATIZADOS EM SANGUE.¹

2.1 – Rumo a Monte Santo: conflitos a bem da ordem.

Sucedeu-se o desembarque do Regimento paraense na capital da Bahia no dia 16 de Agosto, descendo do vapor Pernambuco contabilizando, afora os desertores já tratados, apenas uma baixa, a citada morte aparentemente natural do soldado Emiliano a 13 do mesmo mês. Antes da descida o comando em Ordem do Dia recomenda à tropa “o máximo asseio, a maior soma de respeito possível para com a sociedade Bahiana”, de maneira que buscava por meio deste conselho se precaver de quaisquer incidentes que pudessem ocorrer, afim de não ser forçado “com profundíssimo pesar” a usar dos “meios facultados pelos Regulamentos a fim de punir quaisquer faltas que venham em desabono á tradicional ordem e disciplina”².

Uma primeira leitura levaria a crer que, tendo o Cel Sotero plena ciência de que após seu desembarque no Arsenal da Marinha, seria de boa feita, e mais que esperado, que o Regimento Militar paraense vindo em auxílio à campanha contra Canudos no Estado da Bahia efetuasse forma e marchasse em desfile pela capital até seu aquartelamento no Forte São Pedro, estivesse com esta admoestação se precavendo de possíveis excessos de seus praças em um “Estado estranho”. Entretanto, ainda que a fala seja discursivamente dirigida aos praças, ao analisar os problemas disciplinares que não a deserção, outras conclusões são possíveis.

Na tarde de 19 de agosto, ainda na capital baiana, o Regimento realizará exercícios de tiro preparando-se para o combate³, exercícios que se tornarão recorrentes no caminho à Canudos, e se farão úteis sempre que houver ocasião enquanto ainda estiver em rota o Regimento. Estes homens integrantes da força paraense, contudo sendo muitos deles, especialmente no 1º CI como já visto no capítulo anterior, soldados experientes, provavelmente em maioria jamais passaram por uma situação de guerra na escala que o combate no sertão baiano havia assumido, e por este motivo, estes exercícios de combate

¹ Expressão do Cel Fontoura encontrada em “Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 538.” e popularizada na obra de MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha, *Op. cit.*, p. 87, § 4.

² Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 511.

³ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, p. 112.

simulado era a melhor esperança de garantir o bom desempenho desta tropa quando finalmente estivesse diante do inimigo.

Contudo, para concorrer a este esforço o comando do Regimento dependia não apenas, mas especialmente de um grupo específico, seu oficialato. O grupo que, por regulamento estava designado para instruir e observar a boa conduta dos membros da força, sendo o Cmdt de Corpo o encarregado, de forma sucinta, de “Providenciar para que os officiaes e praças de seu corpo tenham a instrucção necessaria da arma a que pertencem, e para que se faça exercicios...”⁴, tando como aos Cmdt de Cia “Fazer tudo quanto poder e fôr justo em favor das suas praças [...] cuidar da instrução [...] protegê-los...”⁵, além de fazerem parte da malha administrativa do Regimento, como nos postos de Fiscal, Secretário e Quartel-Mestre.

Porém, o que temos do oficialato do Regimento são recorrentes queixas dos respectivos comandos em relação ao seu “exemplo” disciplinar pouco condizente com o discurso militar. Logo após o embarque, em 07 de agosto, o comando proíbe dali por diante, até o fim da viagem, ao Alf Luiz da França de Oliveira de desembarcar à terra, pois este havia embarcado ocultando bebida alcoólica.

No dia 8 de Agosto outra falta, já mandando prender por oito dias o Alf João de Deus da Silva Cruz, Inspetor da Banda de Música, transferindo-o da inspetoria para o comando da 1ª Cia após a soltura. Este teria sido reincidente em extraviar dinheiro que estava sob sua guarda e de fazer incorretamente o pagamento das gratificações. E, contudo seja penalizado, é igualmente reprimendada a “complacência” de seus superiores e companheiros que chegaram ao ponto de que “se quotizem para amortizar os extravios [...] a fim de que elles não cheguem á sciencia do comando do Regimento”⁶. Demonstrando por um lado conivência da banda de música para com o oficial, mas também o companheirismo dentre os colegas que assumiram o prejuízo monetário em ajuda ao agora penalizado Alferes.

Entre o desembarque e o treino de tiro, no dia 18, fora a vez de um oficial superior, o Maj Fiscal do 2º CI Calixto Malaquias Mendes que tinha por dever “Fazer com que a escripturação esteja sempre em dia e feita com a maxima regularidade, certeza e asseio”⁷. Porém este estava oficialmente advertido pelo Cmdo do Corpo por recusar-se a realizar sua obrigação regulamentar de dar à vista o pecúlio da 3ª Cia do Corpo, dando “pouco edificador exemplo aos subalternos”⁸, em especial pelo nível de autoridade de seu posto.

⁴ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894, p. 80.

⁵ *Idem.* p. 87.

⁶ *Idem.* / OdD nº 507.

⁷ *Idem.* p. 82.

⁸ *Idem.* / OdD nº 512.

O Regimento partiu de Salvador no dia 21, seguindo de trem da Estação da Calçada, mas não sem antes deixar um seu oficial, o Alf Antonio Frederico de Macedo, que preferira deixar o Regimento à seguir campanha. Em 25 de Agosto por telegrama do Governador Paes de Carvalho este foi exonerado “como pedio”, e com o adendo do Cmdt Sotero de que este “soldado degenerado” não se achava em possibilidade moral de fazer parte do Regimento “cujas tradições honrosas, com o procedimento que teve pretendeu desvirtuar”⁹. Acentua o Cel o papel moralmente exemplar do oficialato e as expectativas sobre aqueles que exerciam tal posto, já que dos praças desertores pôde-se incorrer a transferências e reincusões, contudo ao Alferes, ainda que quisesse, tendo fugido ao dever, não poderia continuar fazendo parte da força.

O trem seguiu até estação de Alagoinhas, cidade que Euclides da Cunha, dali a alguns dias chamaria de “talvez a melhor cidade do interior da Bahia”¹⁰, extensa e cômoda, de ruas largas e praças numerosas e na qual a única desordem a perturbar era o constante movimento de tropas ao sertão e de feridos retornando dele, todos forçados à parada para trocar de vapor visto as linhas férreas serem, a partir de lá, de bitola diferente. Justamente nesse processo deu-se o inusitado episódio da queda do Asç do 2º CI Raymundo José da Silva de seu respectivo vagão, apresentando-se ele no dia seguinte ao seu posto e sendo louvado pelo “procedimento mais que correcto que teve”¹¹. Desembarcou dos vagões o Regimento na noite de 22 em Queimadas, onde estivera situada a primeira Base de Operações da campanha, e onde o 1º CI substituiu seu Ajudante de Corpo, o Ten João Ramgsferts, ou Ransgsferte, que faltara a todos os toques do comando desde o acampamento, por não ter a “necessaria autoridade para o cargo [...], maximé em campanha”¹², substituindo-o pelo Ten Levino Monteiro de Oliveira e ordenando sua prisão por 48 horas.

Os problemas de abastecimento e transporte em Queimadas, lugar “pequeno e atrasado, vivendo em função da estação da estrada de ferro”¹³, já eram desde muito conhecidos, e não haviam sido solucionados. Haja vista a estação ferroviária representar a principal zona de acesso ao palco de operações pela frente Sul, tendo sido anteriormente o ponto de concentração da 1º Coluna do General João da Silva Barbosa que, ao contrário do que se viu na 2ª Coluna, do Geneneral Savaget, confiara em conseguir os suprimentos

⁹ *Idem.* / OdD nº 517.

¹⁰ CUNHA, Euclides da. *Canudos: Diário de uma Expedição*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 66.

¹¹ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 515.

¹² Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / OdD nº 164.

¹³ *Idem.* p. 69.

necessários em rota, levando à desertificação da região pela população em fuga temendo saques e alistamento forçado, o que deixou os homens da tropa desaprovisionados e à míngua¹⁴.

A estrada de ferro sendo o meio mais rápido de se aproximar da região, esta tornara Queimadas o primeiro nó na rede de apoio das tropas legalistas, será a rota dos reforços e do aprovisionamento, e por esta mesma razão, estacionou ali o Regimento paraense por oito dias, aguardando transporte para a oficialidade, o pessoal médico e para os suprimentos. Justamente neste tempo ocioso encontramos novamente o Major Fiscal Calixto repreendido, desta vez por exceder-se em bebida alcoólica, dando “exemplos perniciosos a disciplina e desmoralizadores a um oficial, maxime em sua posição...”¹⁵. Acertados para partir em 30 de Agosto rumo a Monte Santo, não seria este, contudo, o único incidente engendrado no tempo de espera.

No mesmo dia em que saía a tropa em marcha registrou-se mais uma prisão, novamente o Alf João de Deus, desta vez, em episódio pouco claro, foi acusado pelo Ten Benedicto Rolando Cearense de ter desrespeitado este seu superior com “indirectas pesadas” e mesmo chegando a ameaçá-lo de espancamento, tudo em presença dos Cap Baptista Cordeiro e Alexandre da Camara, e ainda, o que parece especialmente agravante, de oficiais do Exército¹⁶. Este comportamento “intolerável em todos os sentidos” fora repreendido com prisão de 24 horas e a advertência de que o comando não se deterá ao determinar maior castigo em caso de reincidência, especialmente no momento em questão, de iminente confronto.

Ainda no mesmo dia 30 de Agosto, houve tempo para mais uma transgressão disciplinar e mais outra prisão, esta foi a do 1º Sgt da 1ª Cia Cícero Moraes que, tal qual o Maj Calixto excedera-se na bebida, com o agravante de ser reincidente sua apresentação ao posto deste modo, e ainda de provavelmente seu excesso ser bem mais grave que o do oficial superior, pois este inferior chegou ao nível de “se tornar espetaculoso”, e procedendo de forma escandalosa de forma a “desmoralizar a farda que veste e as divisas que lhe foram confiadas”¹⁷.

Dado finalmente o início da marcha, os episódios envolvendo oficiais continuaram. Primeiramente a do Alf Quartel-Mestre da do 1º CI Feliciano Toscano de Britto, quando

¹⁴ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op. cit.* pp. 86-87.

¹⁵ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 518.

¹⁶ *Idem.* / OdD nº 519.

¹⁷ *Idem.*

acidentalmente perdeu-se a carga de sal que o comboio levava, sendo ordenado pelo Cel Sotero a este oficial retornar alguns quilômetros em busca do dito sal. Ainda no mesmo Corpo identificou-se que um dos Comandantes de Companhia conseguira em Queimadas um cavalo, no qual seguia montado enquanto todos os outros oficiais de Comando de Cia avançavam a pé, e ainda assim marchava com atraso, pelo que o Cmdo ordenou que apeasse e seguisse viagem a pé como os demais¹⁸.

Os acampamentos se seguiram para que o comboio pernoitasse, assentando-se o Regimento em Contendas no dia 31 de Agosto¹⁹ e em Serra Branca em 1º de Setembro, local no qual repreende o Cel Fontoura ao seu Alf Quartel-Mestre do 2º CI Severiano Ribeiro Pampulha²⁰, pelo motivo de ter se extraviado durante a viagem a barraca do Maj Fiscal Calixto, sendo a “integridade e exactidão” da bagagem do Corpo de responsabilidade daquele oficial²¹, é advertido de que dirija o dito serviço a fim de não ser novamente constrangido à exercer a “obrigação que lhe é competente”, indicando que o Alferes tenha delegado sua responsabilidade a outrem.

No dia seguinte, 2 de setembro, pernoitam em Canção²², povoação familiar de onze casas que desponta em uma baixa colina formada em uma mancha de solo argiloso em meio à planície deserta que a rodeia²³. Onde se repreende desta vez o Cap Francelino Gil de Souza, que fora apontado pelo Maj Fiscal Calixto por uma falta administrativa, pois sendo o Oficial de Dia no 31 último, e devendo, portanto, fazer visitas e rondas pelo Regimento e dar Parte das ocorrências encontradas no fim serviço²⁴, ainda não encaminhara a dita parte ao Major. É então advertido “com severidade” pelo descumprimento do dever.

Passa a 3ª noite do mês de setembro em Quinquá, ou Quirinquiná, onde o ambiente perde gradativamente as características de caatinga e assume as de serrado, pousando em uma região de solo granítico com caldeirões que reservam água da chuva e de cujo horizonte já desponta a Serra de Monte Santo²⁵. Lugar onde novamente aparece o nome do Alf Quartel-Mestre Pampulha, desta vez sendo condenado à prisão por 24 horas por ter alcançado o assentamento antes do respectivo Corpo, levando o comboio a não chegar reunido. Pena que, contudo, não será integral vista a saída em marcha no dia seguinte, em que

¹⁸ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha, *Op. cit.* p. 78.

¹⁹ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / OdD nº 167.

²⁰ *Idem.* / OdD nº 520.

²¹ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 85-86

²² *Idem.* / OdD nº 521

²³ CUNHA, Euclides da, 2006, *Op. cit.*, p. 80.

²⁴ *Idem.* p. 80.

²⁵ CUNHA, Euclides da, 2006, *Op. cit.*, p. 81.

chegam à 4 de Setembro à segunda Base de Operações, desde 29 de dezembro de 1896, em Monte Santo.

Interessante notar primeiramente que as punições tanto a praças quanto a oficiais perdem considerável constância a partir da aproximação do campo de batalha. Fenômeno que poderia sugerir que a pressão gerada pelo confronto com o inimigo agiu como estímulo à oficialidade do Regimento a se ater com maior afinco às suas respectivas obrigações pelo risco eminente de cair em combate. Ou ainda que o comando, tendo em vista a necessidade de máxima mobilização e constante prontidão adotou uma linha bem mais flexível em relação à oficialidade.

Outro fenômeno a se perceber é a predominância, nestes casos de punição aqui apresentados, do posto de Alferes. A procedência destes, tratada no regulamento²⁶, leva a crer que seriam militares experientes, podendo advir primeiramente dos Sargentos do próprio Regimento que galgarem os degraus da hierarquia, igualmente de inferiores do Exército ou de oficiais honorários do Exército com experiência em campanha, o que levaria a crer que, habituados às exigências disciplinares da vida militar, de forma alguma incorreriam com tanta frequência nestas transgressões. Contudo, a completa ausência de informação sobre a efetiva proveniência e formação etária ou social desta patente não permite uma explicação satisfatória a esse fato.

Mas o ponto importante é perceber como, por meio destas seguidas punições, é passível a suposição de um constante esforço de disciplinarização e moralização dos oficiais do Regimento Militar paraense, principalmente no trecho da viagem feito em comboio, quando as manobras de marcha, montagem e desmontagem de acampamento, guarda e transporte de provisões entre outras se fazem mais necessárias e, portanto, se faz mais sentir a necessidade da administração da situação, função dos oficiais dos Corpos.

Esta investida de disciplinarização aparenta ter um caráter fortemente moralizador, como nos casos da repreensão do Maj Calixto e punições dos Alf Luiz da França e Sgt Cícero Moraes por envolvimento com bebida alcoólica em contextos indesejáveis, ou nas responsabilizações, dos Maj Calixto, Alf Pampulha, do Cap Gil de Souza e Alf Toscano de Britto, por terem faltado com as suas responsabilidades e deixado de cumprir, ou efetivado-as de forma errônea, suas respectivas obrigações

Em outro nível este esforço também parece objetivar a possibilidade por parte dos Comandos dos Corpos de bem administrar e manter sob estrito controle suas forças, de modo

²⁶ *Idem.* pp. 68-69.

a poder confiar na empregabilidade de suas tropas pela exatidão no cumprimento de suas ordens e a eficácia do desempenho destes oficiais quando se fizer presente a situação de combate, como no caso do Alf Pampulha punido por se adiantar, ou do Alf João de Deus preso por insubordinação, ameaça e desrespeito à hierarquia e igualmente no evidente apelo à farda, ao brio militar, ao respeito às tradições e ao comportamento ideal que deve constituir exemplo edificador da autoridade imanente à oficialidade.

2.2 – Primeiro contato, a formatura embaralhada²⁷.

Monte Santo, onde se encontrava então o Marechal Ministro da Guerra Carlos Machado Bittencourt, era a vila mais importante da região, tendo contato com o litoral pela linha férrea e por telégrafo, a povoação fora edificada na base de uma serra, com ruas estreitas “como que imensos esgotos sem abóbadas”²⁸ com uma praça central retangular que reúne a feira e a igreja locais, onde “acotovelam-se seres de todos os graus antropológicos”. No alto da serra uma pequena igreja dedicada ao Bom Jesus e, levando a ela, a “via sacra” sertaneja de 3 quilômetros morro acima, ladeada por pequenas capelas e cravada na pedra da formação rochosa, era a principal atração do lugar, e fora alí que alguns membros do oficialato paraense subiram em prece e tiveram a oportunidade de perceber o nível a que chegava a “tenacidade incoercível do sertanejo fanatizado”²⁹ que conseguira tanto o feito de fazer alí suas preces, quanto o ainda maior de construir tal estrutura, fazendo pela representação física uma idéia prévia da resistência da qual aquele povo seria capaz.

Ali estacionou o Regimento realizando os últimos preparativos antes de entrar no campo de batalha, aparecendo ainda as últimas repreensões. A 06 de Setembro o Cmdo do 1º Corpo lembra da obrigatoriedade da Alvorada, a primeira formatura do dia, para todo o corpo, não estando dispensados os oficiais disso, já que na última apenas apareceram três deles, o Ten Clementino e os Alf Guede e Guilherme. No 2º CI rebaixa-se temporariamente o 2º Sgt da 4ª Cia Aristides Wanderley que extraviara as mostras de vencimentos de sua companhia que lhes foram entregues para transportar durante a viagem, tendo depois afirmado não tê-las recebido. Encontradas as mostras pelo igualmente 2º Sgt, mas da 2ª Cia Cypriano Nunes

²⁷ Inspirado em ²⁷ CUNHA, Euclides da, 2003, *Op. cit.*, p. 98, § 1º.

²⁸ CUNHA, Euclides da, 2006, *Op. cit.*, p. 82.

²⁹ *Idem.* p. 84.

Alexandria, o caso deveu louvor a este e uma advertência ao já conhecido Cap Gil de Souza, comandante da dita Cia, o qual ficou avisado de que caso não atentasse pela falta de zelo novamente, seria o Cmdo Geral forçado a suspendê-lo de suas funções³⁰.

Por ordem do Mar Bittencourt, sugestivamente no dia 7 de Setembro a tropa paraense passou então a integrar oficialmente o contingente do Exército para a campanha contra o arraial de Conselheiro, indo fazer parte dos reforços que chegavam com o nome de Divisão Auxiliar, esta comandada pelo Gen Carlos Eugênio de Andrade Guimarães. A Divisão fora organizada em duas Brigadas, 1ª Bda de Linha formada pelos 4º, 28º, 29º, 37º e 39º BI do Exército, e a 2ª Bda de Polícias, composta pelo 1º CI da polícia do Amazonas, 1º e 2º CI do Regimento Militar do Estado do Pará e 4º CI da polícia da Bahia, sendo a Bda de polícia comandada pelo Cel Cmdt José Sotero de Menezes.

Tendo sido organizado o reforço e distribuída a munição e o equipamento necessários à operação, enquanto as outras unidades da divisão chegavam e se aprestavam ao combate os militares paraenses sucederam em práticas de tiro e manobra e em exercícios de combate simulado até a sua partida, o que deveu ao 2º Corpo o louvor do Cmdo da Bda ao Cel Cmdt Fontoura e aos seus oficiais e praças pela performance dos exercícios considerados como executados o “mais satisfatoriamente possível a vista da correição, disciplina e compreensão nítida dos deveres”³¹, às vistas do Marechal Ministro da Guerra, do Gen da Divisão e do Cmdt da Brigada.

No dia 9 pela parte da manhã chegou a Bateria de Artilharia “Canet”, fazendo então à tarde revista às tropas o Cmdt da Divisão Auxiliar e, com as notícias chegadas do acampamento dia 11, após um longo hiato de novas sobre Canudos, iniciaram-se os preparativos à partida³². Partiram as forças paraenses na vanguarda em 13 de Setembro, rumando a Canudos antes da Bda de Linha, deixando para trás o Cap Cmdt da 1ª Cia/1º CI Francisco José Rodrigues Chaves que dera parte de doente tendo, contudo, expressado ao Cmdo grande entusiasmo com a campanha, pede o Cmdt Geral que seja levado em conta o “alarde [que] fez em Belém [...] pedindo transferência para um dos corpos a fim de operar em Canudos”, sem informar, porém de onde ou quando fora transferido.

³⁰ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 522.

³¹ *Idem.* / nº 525 & 526.

³² CUNHA, Euclides da, 2006, *Op. cit.*, pp. 86-87.

Nesta noite acamparam as tropas em Caldeirão, a do dia 14 passou-se³³ em Sussuarana, e em 15 chegava à “zona perigosa”. A agora Brigada avançava não pelo mesmo rumo que seguira a “Coluna Barboza”, mas sim seguia uma rota aberta a poucos dias pelos homens da comissão de engenharia. A descoberta da rota do Calumbí fora uma salvação aos combatentes. Esta estrada havia sido encontrada na investida do Cel Siqueira de Menezes que havia partido do acampamento em Canudos no dia 4 de Setembro com os 22º, 9º e 34º Batalhões e um vaqueano de sua confiança e avançara nela, identificando todo um sistema de trincheiras abandonado e alguma parca presença de inimigos que foram logo rechaçados.

Esta houvera sido uma das boas novas que chegaram pouco antes da partida. O Cel Siqueira havia encontrado o caminho que Antonio Conselheiro acreditava que as forças legais fossem usar e, aproveitando-se do terreno, havia preparado uma emboscada que significaria a derrota certa para a 1ª Coluna, com boa parte da estrada flanqueada pela direita por trincheiras em um grande amontoado de serras, mais a frente encontrariam um desfiladeiro estreito e sinuoso, após o qual, a travessia do Rio do Sargento, tudo seria feito sob fogo jagunço em posições das quais a própria geografia impedia que fossem retirados facilmente. Mas agora o caminho era encontrado pela sua retaguarda e já abandonado por seus projetistas, ele seria então guarnecido e, como fosse mais curto e em melhores condições, usado para o suporte do acampamento.

Justamente ali passando pela região chamada Caxamongó, ou Caxomongó, os paraenses encontravam os primeiros sinais de combate, cadáveres insepultos, de olhos fundos e pele ressequida pelo sol, formavam no cenário “verdadeiras múmias escaveiradas nessa estrada”³⁴, pouco antes de encontrarem as trincheiras de pedra preparadas para fazer a recepção da 4ª Expedição, acompanhando todo o rumo direito da estrada na qual seguiram avante pelos morros até encontrarem aguada perto da qual acampar, no lugar que chamaram Pará-Miri. Ali estacaram e, tendo encontrando um garrote que sangraram, se prepararam para pernoitar já ouvindo o ribombar da Artilharia que já se podia ouvir ao longe.

Aqui cabe lugar a episódio singular narrado tanto por Marreca quanto por Cunha. Entre 22 ou 23h ouviu-se detonar um tiro no flanco esquerdo, um vigia que se posicionava à esquerda do abarracamento julgava ter visado um vulto suspeito, ao que sucedeu-se na narração de Euclides:

³³ Parece tradicional no Exército brasileiro a atribuição do nome dos Cmdt à sua unidade, como no caso da Bia Canet, da 1ª Coluna “Barboza”, da 2ª Coluna Savaget, a Brigada Girard e do 7º BI, o Batalhão Moreira César, posto que deste viera o oficial.

³⁴ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha, *Op. cit.*, p. 81.

“estridularam cornetas, gritos de alarmas, brados de comandos, inquirições ansiosas; despencaram das redes, caindo sobre o lastro do rio, oficiais surpresos, pulando-lhe, às tontas, as bordas; esbarrando-se; caindo; precipitando-se - espadas desembainhadas, revólveres erguidos - entre as fileiras que se alinhavam num longo crepitar de estalidos de baionetas armando-se. E desencadeou-se o tumulto. Pelotões e companhias formando-se ao acaso; quadrados precipitadamente feitos como esperando cargas de cavalaria; seções de armas cruzadas prontas a carregarem contra o vácuo; e entre as seções, e os pelotões, e as companhias, parte dos combatentes pervagando, correndo, em busca da formatura embaralhada...”³⁵

Era este um indicativo do estado de ânimo dos combatentes paraenses que ora rumavam à Canudos. Ao final de minutos nada ocorreu, percebendo a força que fora um alarme falso. Contudo, em nenhuma circunstância, injustificado. Após o choque dos primeiros corpos inimigos deixados para trás e sob o signo da proximidade do campo de batalha, o coro de canhões o atestava, uma contra ofensiva poderia estar em curso, e ademais, caso não o fosse, não seria o primeiro ataque a um comboio levado à frente pelos homens de Antonio Conselheiro, tão pouco a surtida noturna do “inimigo invisível” das palavras do Gen Arthur Oscar³⁶.

Aqui vem à vista a Ordem de Batalha do fim do século XIX, que ainda guardava e continuará a guardar por muitos anos concepções de combate que se concentram basicamente na formação manutenção de formações, e na capacidade de manobra destas mesmas formações.

Esses homens que, imediatamente esperando uma ousada investida surpresa, aprestaram-se em se armar, praças e oficiais, os últimos com seus velhos revólveres Nagant e sabres e os primeiros equipando baionetas de modo a estar prontos ao combate fosse da forma que fosse, seja na troca de fogo, com as companhias formadas, o que bem significaria estabelecer linhas de tiro obviamente postadas a esmo visto que não havia formação planejada e nem notícia de direção pela qual irromperia o inimigo, deixando à companhia preparar mira onde melhor lhe aprouvesse; seja corpo-a-corpo, equipando as baionetas e estabelecendo quadrados defensivos “como esperando cargas de cavalaria”, uma suposição absurda para um cronista que tinha plena consciência de que não possuíam os jagunços este tipo de tropa, mas perfeitamente coerente a uma força que, em meio ao que seria o primeiro combate se percebe atacada de surpresa, ainda mais se noticiados a cerca da 1ª Expedição na qual o Ten Pires Ferreira que fora paralisada em Uauá por homens que em carga, ainda que obviamente sem

³⁵ CUNHA, Euclides da, 2003, *Op. cit.*, pp. 97-98.

³⁶ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 07.

cavalos, avançaram com foices, terçados e tudo quanto pudesse servir como arma. A mentalidade da época os tinha por bandidos brutos, por que não combateriam como tais?

Não se desesperaram, não recuaram ou abandonaram o abarracamento em busca frenética por lugar mais seguro, largando à retaguarda seus pertences e comboio, menos ainda atirara a esmo no pânico de dissuadir um inimigo que ainda nem haviam encontrado ou deram cargas de baionetas inúteis e precipitadas no vazio. *In facto*, onde Euclides usa a palavra “tumulto”, pode-se ver a desordem do momento em que se buscavam unidades e formações feita às pressas para o combate, parecendo haver uma boa prontidão de todos estes homens em se preparar para o inesperado combate em quaisquer de seus desdobramentos, e buscar o que era taticamente correto na época, tentando juntar-se em formação da melhor maneira que a surpresa lhes permitiu, tanto o prova a ausência de quaisquer acidentes que resultassem em mortos ou feridos em meio ao turbilhão.

Talvez os animasse o chamado “medo glorioso” de Cunha, no qual segundo o autor, todos da recém criada Divisão Auxiliar se batiam, com a possibilidade de chegar à Canudos para encontrar tudo em ruínas e “escandalosamente traídos pelos acontecimentos” não mais ter possibilidade de “compartir as glorificações do triunfo”³⁷. Para aqueles dentre os homens do 1º e 2º CI que temiam não encontrar inimigos a combater, com maior probabilidade o alto oficialato originário do Exército, talvez esta surtida se revelasse como a primeira, se não a última chance de igualar os feitos dos conhecidos batalhões como o 7º e o 9º BI que já haviam “provado seu serviço à república” nas revoltas Federalista e da Armada e às que ali faziam seu nome ao expurgar o “reduto de monarquistas”. Indiscutível, no entanto, é a presença da expectativa de entrar em ação, seja ela aguardada ou temida, provavelmente reforçada pela crescente atmosfera de combate criada pelo primeiro contato com o desdobramento de uma batalha, os mortos, e ainda pelo som característico da guerra que ecoava mais forte das bocas de fogo do acampamento quanto mais perto dele estavam.

2.3 – Nas trincheiras de Canudos, acampamento ou campo de batalha?

De resto à noite passou-se sem quaisquer incidentes, e no amanhecer seguinte retornaram à marcha adentrando ainda neste mesmo dia 16 de Setembro no gigantesco

³⁷ CUNHA. Euclides da, 2003, *Op. cit.*, *Loc. cit.*

semicírculo entre as serras no qual se instalara anos antes Antonio Mendes Maciel, o homem agora mais caçado da república, e seu grupo de seguidores.

Avançando paralelo ao Rio do Sargento, a principal e, por muito tempo, única aguada do acampamento, o caminho dobra à direita, rumo ao morro que chamavam *da Favela*, pela vegetação de mesmo nome que ali abundava. Encontraram os militares do Pará o acampamento como “um outro arraial despontando à ilhargia de Canudos”³⁸, com os abarracamentos estabelecidos nas proximidades da estrada, amontoando os tons pardos que os cobriam, alguns, feitos improvisadamente de folhagens para fugir ao calor das barracas padrão, tinham cores mais características. Homens à paisana e mulheres cosendo frente a cabanas. Neste palco pouco militar pousavam as forças sitiadas das quais fazia agora parte o Regimento paraense.

Levara a tropa paraense consigo no comboio desde Monte Santo “munições de guerra e de boca” e 350 reses que eram destinados à tropa acampada por ordem do Ministro da Guerra. Nogueira acentua a estranheza moderna por uma imagem como esta de grandes boiadas conduzidas por militares junto a suas colunas já que, ao contrário das guerras do século XX, sem a possibilidade de acondicionamento do alimento e nem o desenvolvimento da comida enlatada a alimentação da tropa, constituída de farinha, sal e carne era preparada na hora. Isso, sem dúvida, ainda mais confundia o recém chegado que tentasse estabelecer a diferença visual entre os arraiais.

Não seriam, contudo, o 1º e 2º Corpos os primeiros paraenses da Campanha. O 15º BI, sediado em Fortaleza até 1883, por ter participação ativa na política local, em especial na questão abolicionista, foi substituído pelo 11º BI no Ceará³⁹ e transferido para o quartel de Belém onde teria igualmente papel ativo na polícia e historia regionais no Pará quando tomou o partido legalista no combate de Cacaolinho no ano de 1891⁴⁰ sob as ordens do seu Cel Cmdt na época, o ex Gen Cmdt da 2ª Coluna Cláudio Savaget. Este batalhão iniciou a 4ª Expedição na 2ª Bda, que com a 1ª Coluna, do Gen Barboza, avançou de Monte Santo à Favela sob fogo no início das operações. Fazendo o 15º o comboio do canhão Krupp que chegou ao anoitecer de 27 de Junho, foi depois formar as linhas avançadas da vanguarda do alto da Favela, onde no dia seguinte se daria um dos mais intensos combates da campanha.

³⁸ CUNHA. Euclides da, 2006, *Op. cit.*, p. 98.

³⁹ SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. EDUSP: São Paulo, 1994. p. 98.

⁴⁰ Sobre a Revolta de 11 de Junho e o combate no Cacaolinho ver: FARIAS, William Gaia, 2005., *Op. cit.*, pp. 166-265

Mais tarde também ficaria essa unidade conhecida por ter encontrado a “Brigada Girard”, comandada pelo Gen de mesmo nome, que vinha em auxílio às tropas acampadas com víveres e munições do Distrito Federal com os 22º, 24º e 38º BI e que desde Salvador, onde encontrara os primeiros feridos vindo da batalha, vinha definhando em números por um “beri-beri excepcional”⁴¹ que levava a maioria de seus oficiais e grande número de praças a ficar em rota pelas principais paradas, sendo a Bda acolhida pelos combatentes com o insinuante nome de “Mimosa”. Justamente quando já próxima de Canudos, em Juetê, foi emboscada de flanco, atingida a um só tempo em toda a extensão, fora o recém encontrado 15º Batalhão quem tirou a coluna de perigo formando a vanguarda dos “pelotões embaralhados” ante as vozes “desencontradas” de comando, e disparar desesperado das armas.

Ao 1º Corpo da polícia paraense, sob o comando interino do Cap do Exército e Maj do Regimento Militar do Estado Pará João de Lemos, foi entregue a posição justamente no morro da Favela, onde tiveram lugar os combates de 27 e 28 de Junho.

Nesta data chegava a 1ª Coluna acompanhada pelo Gen Cmdt em Chefe Arthur Oscar, a Comissão de Engenharia abria caminho até ali sem maiores problemas à exceção de uma emboscada em um matagal próximo do sítio chamado Pitombas, de onde menos de uma dezena de feridos e nenhum canudense capturado. A resistência na trincheira do morro fora mais cerrada, terminando ao anoitecer do dia, 27 com a misteriosa retirada dos oponentes, deixando o morro à ocupação dos militares. Logo se perceberia a importância da Favela, pois ao raiar do dia seguinte descortinavam-se para o norte rumo a Canudos diversas serranias nas quais se entrincheirariam a coberto as posições jagunças, e mais distante, à frente abria-se o arraial.

Com as posições no morro protegidas à esquerda pela 3ª Bda, à direita pela 1ª Bda e as linhas avançadas do centro sob a 2ª Bda, com a luz do dia irromperam fogo todas as posições nos morros circundantes e dos vales simultaneamente. “Deixando de ser menos leais para serem mais cruéis”⁴², na mentalidade militar da época, os canudenses desonrosamente se furtavam ao combate aberto, “ocultos nas catingas, agachados como tigres, que só atacam de surpresa”⁴³ cruzando fogo sobre a formação do Exército a partir de suas trincheiras onde

⁴¹ CUNHA. Euclides da, 2003, *Op. cit.*, p. 82.

⁴² Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 04.

⁴³ *Idem.*, p. 11.

“almas desumanas [...] resistem porque se ocultam” enquanto sobre o morro se sustentam “homens sinceros e bravos, [...] corações abnegados [...] que morrem porque não fogem”⁴⁴.

Aqui aparece uma característica da atuação militar na campanha de Canudos, na qual a educação do oficialato era herdeira da Guerra do Paraguai, conflito no qual o papel das forças armadas fora muito além da guerra em si, passando por todo o período de ocupação na qual a força coercitiva foi essencial para a estabilização do país e para a política internacional do Império⁴⁵. Para a doutrina militar que vencera o Paraguai, a guerra dava-se com formações extensas de homens a descoberto, em franca troca de tiros, mas esta forma militar estava em um nível técnico diferenciado, com armas de recarga frontal, e o cano raiado sendo ainda novidade.

Para os oficiais do Exército era a desonra o combate como “guerra de matto”⁴⁶ na qual “mata o que se resguarda atrás do páo e se oculta na catinga, e morre o que combate a peito descoberto”. Inadaptados ao potencial individual de cada soldado, agora munido de armas de alta precisão e com alta taxa de repetição, com rápida recarga e pólvora sem fumaça que impedia que o disparo denunciasse a posição do atirador, isto aliado ao domínio do terreno, do qual eram os homens de Conselheiro “grandes conhecedores”, que quando em desvantagem fugiam, “escapando, não para sempre, mas para entrincheirar-se em lugares mais horrorosos e de difícil transposição”⁴⁷, permitia que um mesmo canudense desse repetidos disparos de diferentes lugares, “aumentando” o número de jagunços em combate, e que pequenos contingentes imobilizassem Batalhões inteiros, os oficiais insistiam ainda nas antiquadas formações em linha e de pé contra inimigos invisíveis e de fogo letal.

Para completar a situação crítica do cerco à Favela, o ataque não se concentrara na retaguarda por um único motivo, porque ao contornar o acidente geográfico o bando que faria a retaguarda encontrou o retardado comboio de suprimentos da Coluna, o qual fora atacado duramente por parte deste bando. A única possibilidade ao alcance do comboio foi impedir que o inimigo alcançasse as munições e aguardar auxílio⁴⁸.

Este não seria o último comboio atacado, em 1º de Julho novamente teremos notícias de um no Rosário,⁴⁹ e em 23 de Julho teremos notícias de que o 34º BI saiu às pressas do

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *A Ocupação Político-Militar Brasileira no Paraguai (1869-1879)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.). 2004., *Op. cit.*, pp. 209-235.

⁴⁶ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 128.

⁴⁷ *Idem.*, p. 41.

⁴⁸ *Idem.*, pp. 87-91.

⁴⁹ *Idem.*, p. 96.

palco de operações para socorrer um comboio atacado⁵⁰. Outra cena recorrente no quadro de operações onde o Gen Savaget tomou o partido de que a 2ª Coluna levasse sempre dentro da formação, desde Aracajú, seu ponto de concentração, toda a munição de guerra e de boca necessárias à operação, inverso do que fez o Gen Barboza sob a atenta vigilância do Gen Cmdt Arthur Oscar que, dependente da arrecadação de víveres e transporte pelo caminho, estendeu uma longa linha de suprimentos com comboios que continuamente vinham desde Monte Santo⁵¹, lentos e pouco guarnecidos, cujas operações de salvamento irão constantemente levar os soldados à fome, como bem o prova o comboio da já citada Brigada Girard que, saindo com 102 muares para o acampamento, chegou com apenas 11⁵².

Como reflexo disto naquele momento, na frente principal, ao meio da manhã já começava a rarear a munição das linhas e o Cap João Luiz de Castro e Silva, enviado para aprestar a chegada da salvadora munição estava preso na retaguarda pelo cerco inimigo já fechado.

O auxílio viria da 2ª Coluna, a qual primeiramente tentou-se acionar enviando mensagem pela Ala de Cavalaria, mas esta igualmente não ultrapassou o cerco, tendo por fim sucesso Alf honorário Henrique José Leite que foi paisano solicitar munição ao Gen Savaget⁵³, diante do qual, justamente por estar em “mangas de camisa e em desalinho”⁵⁴ não foi acreditado, sendo enviado de volta com o o Alf Antônio Wanderley, futura baixa de guerra, mas que então se prontificou a retornar à 1ª Coluna para confirmar o pedido. Voltava o Alf Wanderley informado de pior situação, a 2ª Coluna que já vencera em Cocorobó, Trabubú e Macambira, deveria abortar sua instalação a leste de Canudos, onde manteria o cerco e iniciar bombardeio à cidadela, e marchar lateralmente em junção à 1ª Coluna.

Somente com a chegada da 2ª Coluna e a distribuição de parte de sua munição aos homens da 1ª é que a situação se estabilizará, ficando as forças de Savaget postadas também na posição da Favela, a 6ª Bda em proteção da retaguarda e dos feridos, a 4ª Bda em proteção às Peças de Artilharia postadas no pico da formação e a 5ª avançando em socorro ao comboio imobilizado. Ao fim do dia o cerco se abriria e os canudenses cessariam o assalto, chegando logo com a munição a 5ª Bda, iniciando o estabelecimento da posição para o Exército.

Contudo, a vitória não traria segurança, pois as trincheiras nas cercanias ainda não haviam sido desocupadas, e o maior alcance das novas armas somado à melhor visibilidade

⁵⁰ *Idem.*, p. 101.

⁵¹ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op. cit.*, *Loc. cit.*

⁵² CUNHA. Euclides da, 2003, *Op. cit.*, *Loc. cit.*

⁵³ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 05.

⁵⁴ *Idem.*, p. 20.

faria das serras e diversos acidentes geográficos próximos ao novo posto avançado da operação a origem de disparos contra os abarracamentos, esses tiroteios incessantes irão se tornar uma constante ao longo da campanha.

É justamente este posto, o morro da Favela, que o 1º Corpo do Pará foi designado a guarnecer, em rendição ao também paraense 15º BI que ali fazia guarda, contudo a região estivesse agora diferente. Nascera um bairro por entre os vales das serranias conquistadas, o qual a estrada cortava; fora instalado mais à retaguarda o Hospital de Sangue, ou mais um “vasto alpendre coberto de couro” para os feridos, e o Quartel do Comando Geral, os comandos da 1ª e 2ª Colunas não mais estavam aí, e nem a este ponto se restringia mais a área de operações das forças legais, pois no dia 18 de Junho dera-se em um esforço conjunto de praticamente todas as Brigadas, o primeiro assalto dirigido à cidadela.

Os sucessos do Gen Savaget, embora este não mais estivesse em campanha posto que achava-se ferido já desde a batalha de Cocorobó, fizeram escola em um primeiro momento, quando vemos o grande assalto de 18 sendo feito em forma de colunas de pelotões⁵⁵ que avançaram pelo rumo que deveria dominar a 2ª Coluna e então, após atravessarem o leito seco do Vaza-Barris, carregarem em baioneta calada⁵⁶ rumo à primeira linha de casas. Combate duro e de poucos louros, pois o sucesso maior foi este, mantiveram-se entrincheirados na primeira linha de casas, além de terem criado a agora chamada “linha negra” ligando o Comando Geral ao *front* leste⁵⁷.

O posto da Favela, quando designado à guarda do 1º Corpo guardava o primeiro dos dois únicos e insuficientes hospitais, e ainda que os comandos das colunas estivessem agora na retaguarda da região recentemente conquistada a leste, ainda ali se instalara o Comandante-em-chefe e logo que chegasse, o mesmo faria o Marechal Ministro da Guerra, instalações essenciais. Protegia ainda diversos abarracamentos e dominava a estrada de Massacará, além de ser o ponto de concentração para os ataques pelo sul.

Ao 2º Corpo do Pará, comandado pelo Maj honorário do Exército e Ten Cel do Regimento Militar do Estado do Pará Antonio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, fora designada uma posição mais recentemente conquistada, a serra chamada de Tapera ou Fazenda Velha.

Como foi dito anteriormente, no dia 4 de Setembro o Cel Cmdt da Comissão de Eng Antonio Siqueira com esta Comissão e mais três Batalhões saiu desbravando a estrada do

⁵⁵ Formação de profundidade feita em oposição à linha de tiro, na qual os pelotões se sucedem logo atrás uns dos outros, levando as companhias a formarem “quadrados” nos quais apenas os primeiros pelotões tem visão livre para atirar, mas sendo mais compacta, aumenta a eficácia e o choque no combate corpo à corpo. Enquanto a linha de tiro é usada para a troca de disparos a coluna de pelotões é feita e preparação à carga de baionetas.

⁵⁶ Baioneta calada: Carga de bainonetas feita sem a efetivação de disparos.

⁵⁷ *Idem*. pp. 95-100.

Calumbí, desalojando os piquetes de sertanejos das proximidades até percorrer a extensão do caminho pelo qual a Divisão Auxiliar atingiu o acampamento. Após isso o Cel seguiu com sua força na direção noroeste com o vaqueano Domiciano Dantas⁵⁸, em busca da estrada do Cambaio, utilizando de marcha forçada e aproveitando a cobertura das serras para não ser notado, em três dias passou o destacamento pelas serranias vizinhas do Calumbí e de Cambaio, estabelecendo piquetes e trincheiras secretamente para finalmente chegar sugestivamente na tarde de 7 de Setembro ao setor norte-noroeste da cidade, estendendo trincheira da estrada do Cambaio até a proximidade do Rio Sargento, firmando a aguada aos homens e deixando agora livre aos canudenses apenas o norte pela estrada de Uauá.

Enquanto isso, nesse mesmo 7 de Setembro, o Cel Cmdt da Bda de Artilharia Antonio Olympio da Silveira comandou uma operação noturna a frente dos homens da 4ª Bia/2ºRA, praças do 5º RAC e o 27º BI⁵⁹. Seguindo a cartilha militar tal qua fez Savaget em Cocorobó, desceu da Favela após as 2200h com forças de atiradores pelos flancos direito e esquerdo, todos “debaixo da maior ordem e silêncio”, com o Alf do 5º RAC José de Olinda Campello e mais 8 praças ex-alunos 50 metros na vanguarda e o próprio na retaguarda com outros 15 praças ex-alunos. Ao atingir a posição da fazenda velha foram recebidos a fogo por mais de 100 homens, contra os quais carregaram à baionetas e puseram em retirada em alguns minutos, contabilizando apenas dois feridos. Os jagunços restabelecidos na margem esquerda do Vaza-Barris continuaram abrindo fogo pelo resto da noite. E sob fogo a trincheira foi desmontada e remontada de frente para a cidadela e uma Peça de Artilharia que trouxeram da Bia da Favela foi instalada e posicionada durante toda a noite. Ao amanhecer do dia 8 de Setembro havia uma nova trincheira avançada, artilhada e guarnecida pelo 27º BI, em campo, que fora então chamada de Forte 7 de Setembro.

Para este novo Forte foi enviado o Estado Maior da Brigada de Polícia formado pelos oficiais comandantes dos Regimentos paraense e amazonense, e o 2º Corpo do Pará, designado para guarnecer a posição da Fazenda Velha⁶⁰ em substituição ao 37º que à hora a ocupava, de modo a permitir o fogo da Artilharia de proximidade sobre Canudos, além de proteger em sua retaguarda todas as estradas que comunicam as linhas avançadas da trincheira 7 de Setembro com o comando na Favela e assegurar o uso da aguada do rio Sargento e o

⁵⁸ *Idem.*, pp. 114-122.

⁵⁹ *Idem.*, p. 112.

⁶⁰ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha, *Op. cit.*, p. 85.

acesso às fontes que o Cel Siqueira descobriu nas fazendas quando do seu contorno às serras do Cambaio e Calumbi⁶¹.

A tarefa não seria porém sem risco pois, como comprova a noite de tiroteio na qual o ponto foi tomado, bem como as próximas noites, a região estava próxima o suficiente do Belo Monte para alcançar-lhe a distância de um tiro, sendo possível que as tropas ali postadas tirassem a liberdade de sair à rua aos moradores das proximidades da Igreja Nova, uma das regiões mais densas em casa, mas perigava a qualquer momento ser atingida dos tiros que se disparavam do interior do assentamento. Isso mais ainda tendo em vista no dia seguinte à sua tomada, 8 de Setembro, apenas meia hora depois de findos os serviços de entrincheiramento, terem sido destacados 20 praças em piquete para atravessar o Umburanas, a oeste desta posição, e tomar o morro do Pico na margem esquerda do riacho, o que se fez ao custo do comandante do piquete e mais um soldado ferido⁶².

O morro do Pico, pela sua posição dominava a região, já que em frente ao Forte 7 de Setembro se encontrava uma colina que impedia a fuzilaria de alcançar o leito do Vaza-Barris, o que fora solucionado pela tomada do dito Pico, que possibilitava dominar a tiros a aguada no leito do rio, próximo ao cruzamento deste com o Umburanas, com a qual contavam os canudenses até então, além de dominar o flanco da cidade⁶³ pela ausência de coberturas à esquerda, alargando porém a área de operações da força paraense recém chegada, que iria do Forte 7 de Setembro atravessando o riacho oeste até o morro do Pico.

O 1º Corpo amazonense fora enviado a posição recentemente conquistada nas proximidades da linha de frente, próximo à chamada Igreja Velha, que juntamente com a maior e mais alta Igreja Nova formavam os “fortins” de onde os jagunços lançavam fogo sobre margem direita do Vaza-Barris, e que agora, contudo a segunda ainda estivesse guarnecida e formasse um ponto forte da defesa do arraial, estavam em ruínas diante dos bombardeios da Artilharia Nacional. A outra boa-nova que chegara a Monte Santo antes da partida.

Contudo a organização das Colunas em Brigadas fossem, por toda a marcha e pelos primeiros combates da campanha, a forma mais efetiva de fazer desenrolar a Ordem de Combate, o assalto de 28 de Julho comprovou que o mesmo não valeria para a tomada da cidade quando, após a estabilização das posições que foram feitas em um combate caótico e

⁶¹ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 113.

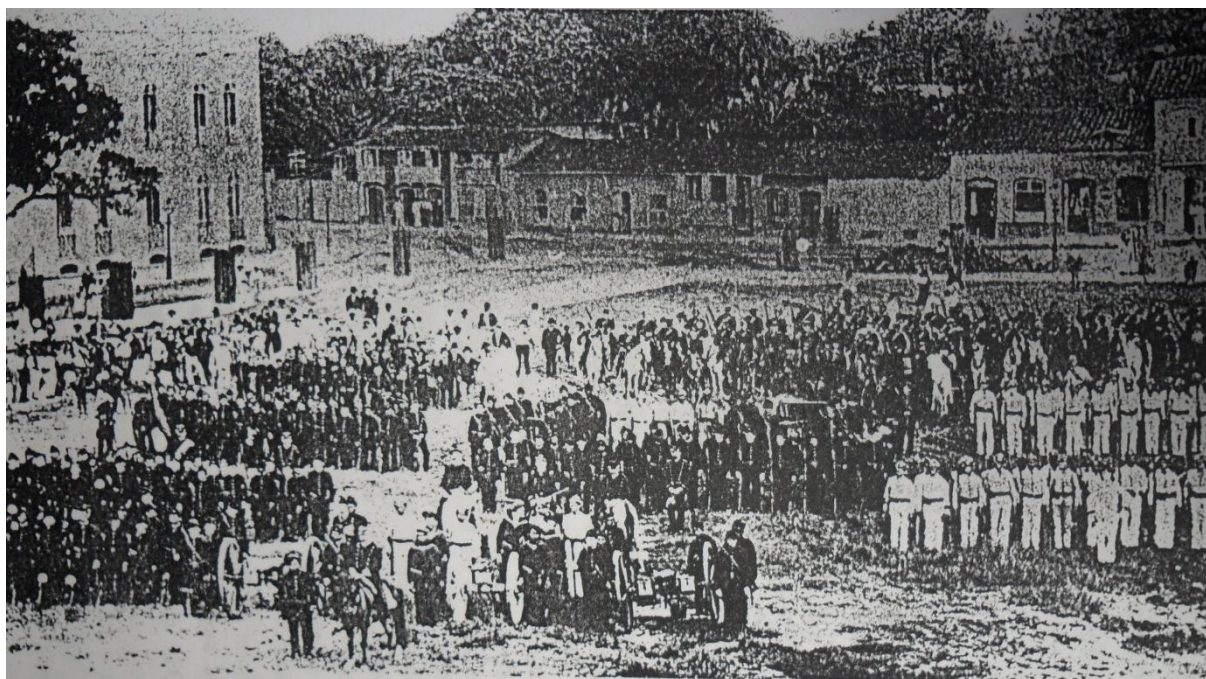
⁶² *Idem.*

⁶³ *Idem.*, p. 114.

cruento, as unidades levaram dias para se reunir e foi necessário reorganizar os Batalhões componentes das Brigadas.

Por fim, o que se vê pelas Partes de Combates das Forças em Operação na Bahia anexadas ao relatório do Ministro da Guerra é que após o mês de Julho as estratégias e mobilizações de combate serão ordenadas ao nível de Batalhão, a exemplo das investidas dos dias 7 e 23 que completaram o cerco no mês de Setembro considerando as possibilidades e a força restante em cada um destes, tendo a Brigada assumido um papel majoritariamente administrativo. Isto talvez explique o porquê da ausência de referências ao destino do 4º Corpo da Bahia que, contudo compusesse a Brigada de Polícia, desaparece da documentação dos Corpos.

Durante os combates percebe-se claramente para que lado a balança estratégica pendia. A forma de combate levada a cabo pelas forças militares era ainda baseada na guerra de posições que teve seu epítome durante as guerras napoleônicas, nas quais formações se mobilizavam buscando a superioridade tática e a debandada do inimigo



Reunião das forças legalistas na Praça da República em 12 de Junho de 1891, entrando em forma para combater os rebeldes na mata do Cacaolinho.⁶⁴

O contexto da revolta não será debatido aqui unicamente porque, não sendo relativo diretamente aos fins pretendidos neste trabalho, restrinjo-me por isso a tratar unicamente do desenvolvimento do combate de modo a demonstrar a forma de combate “oficial” instituída pela formação militar.

⁶⁴REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Op. cit.* 1982.

Associando as informações que Orlando Rego trás à fotografia acima podemos identificar os soldados do 15º BI trajando o uniforme escuro, e o que provavelmente seriam as praças do Corpo de Polícia que não aderiram à revolta vestindo braço à direita. Na retaguarda estão os equestres do Corpo de Cavalaria que igualmente não se uniu aos rebeldes e à frente temos três peças de Artilharia que, contudo a imagem não seja esclarecedora nesse sentido, o perfil aparente de vários canos da peça central leva a crer que seja a metralhadora Nordenfeld da Marinha, sendo as peças da direita e esquerda os dois canhões leves Whitworth do 4º BAP⁶⁵, restando ser o pequeno contingente fardado também de branco entre as peças o pequeno contingente de Bombeiros, haja vista que o seu efetivo só chegará em apoio ao combate bem mais tarde.

Traço marcante e talvez a primeira coisa a se perceber é a organização. São perceptíveis na esquerda da foto em torno de cinco ou seis linhas de soldados, provavelmente Pelotões, que a julgar pela distância diferenciada que tem entre si, parecem formar provavelmente três grupos de duas linhas, levando a crer que seriam três Companhias. Ao centro e na retaguarda da artilharia está mais uma linha, esta no entanto aparenta formar um quadrado com a face da retaguarda constituída de soldados de fardas brancas, sendo talvez outra das quatro Cia do 15º BI reforçada pelo restante de Bombeiros. À esquerda, igualmente em linha encontramos dois grupos de fardas claras que se identificariam com os mais ou menos vinte praças do Corpo de Polícia que não se insurgiram, claro que esta ordem pode inverter Bombeiros e Policiais, mas o fato de o autor colocar as praças da primeira força e a 4ª Cia como protetores da Artilharia torna a posição apresentada mais provável⁶⁶. Por fim, à retaguarda de ambos os flancos encontramos cavaleiros em formação extremamente compacta.

No momento do combate Rego narra de forma sucinta o encontro de um piquete de cavaleiros com o inimigo, e o avanço da 1ª Cia, que podemos supor que formou uma única linha já que uma 2ª linha teria seu ângulo de tiro interrompido pela 1ª, para dar combate ao inimigo e proteger o recuo do piquete⁶⁷. Estes homens, postados no meio da rua e em linha, davam possibilidade ao avanço das peças de artilharia que precisavam ser postadas na frente das linhas, devido à proximidade do inimigo.

O combate foi vencido com uma manobra pela esquerda, das 2ª e 3ª Cia e da Cavalaria que desalojaram os rebeldes do pequeno relevo no qual se entrincheiravam, possibilitando que

⁶⁵ *Idem*, p. 89.

⁶⁶ *Idem*, pp. 89-90.

⁶⁷ *Idem*, *Loc. cit.*

a artilharia atirasse livremente, o que, junto ao bombardeio que a canhoneira da Marinha “Guarany” fazia do rio Guamá, levou à debandada dos amotinados e sua posterior prisão com a ajuda do reforço do Corpo de Bombeiros comandado pelo seu então Alf Manoel Baptista Cordeiro⁶⁸.

O embate na mata do Cacaolinho guarda um paralelo sugestivo do que ocorreria com este mesmo Savaget e a sua 2ª Coluna no Combate de Cocorobó em Canudos seis anos depois, tal qual com os outros combates da Campanha contra Canudos. Repetidamente formações de soldados em linhas, buscando derrotar o inimigo por meio de superioridade de fogo e repousando sobre a capacidade da Artilharia de saturar a área ocupada pelo inimigo, estabelecendo-se o combate a partir disso a força principal mantinha combate com o inimigo bombardeado enquanto outras unidades dominavam posições táticas importantes defensiva ou ofensivamente ou buscavam os flancos ou a retaguarda da formação adversária no intento de levar o inimigo à retirada, debandada ou rendição.

Contudo que este modo de operação tenha surtido efeito na revolta localizada na cidade de Belém, já percebemos que a tecnologia militar nestes poucos anos se desenvolveu significativamente. Pode-se perceber isso a partir de Adler de Castro em seus artigos acerca das respectivas armas apresentadas neste trabalho, no qual identifica o fogo útil das Comblain, arma oficial da polícia paraense até 1894 e provável arma predominante em ambos os lados da batalha do Cacaolinho e ainda encontrada em muitas unidades do Exército na guerra de Canudos, era de 8tpm⁶⁹, enquanto as Mannlicher, comuns à 3ª Expedição e por tabela aos canudenses na 4ª Expedição, e Mauser tinham fogo útil de 22tpm além de uma velocidade inicial mais elevada, levando a um alcance efetivo mais de 100m superior e, por tanto, um nível de precisão sensivelmente maior.

Em Canudos, os jagunços que se assenhorearam do terreno o conheciam pormenorizadamente e em muitos pontos o prepararam previamente de modo que mesmo estabelecida a área de operação e guarnecidos os pontos estratégicos, os ataques não se restringiam à frente de combate, mas alcançavam as linhas de diversos pontos e mesmo da retaguarda ou, como já vimos, os comboios. Isso mostra que mesmo a área dominada pelas forças legais crescendo gradativamente e supostamente restringindo os inimigos cada vez mais, sua liberdade de movimentação não era completamente tolhida. A alternativa encontrada para vencer o inimigo foi a carga de baionetas que, e apenas após a campanha isso se torna claro, nas palavras de Marreca, “apenas em face da incontestável superioridade

⁶⁸ Armas Brasil.

⁶⁹ Tpm: Tiros-por-Minuto

numérica”⁷⁰ é que cediam, contudo se os números os oprimiam no combate corpo-a-corpo, a partir dos seus engenhosos sistemas de trincheiras e coberturas interligadas os canudenses abriam um fogo certeiro e constante de posições indefinidas contra um exército que se recusava a reconhecer o enorme nível de letalidade que a tecnologia bélica havia atingido, negando-se a buscar abrigo.

A tudo isso some-se o fator ideológico que se desdobrou num motivo de admiração mesmo para os combatentes da época, com o cerco fechado apenas em 23 de Setembro. Sob intenso bombardeio e cada vez mais prolongado cerco batiam-se em disparos, temerosos de morrer sem salvação, a “ferro frio” e não se salvar como o Conselheiro pregou⁷¹, lutavam para morrer a bala pela própria salvação, como mostra dramaticamente Euclides:

*“num recanto da saleta invadida, caído de banda, sem alento sequer para sentar-se, adelgado de magreza extrema, um curiboca velho, meio desnudo, revestido de esparadrapos, forcejava por disparar uma lazarina⁷² antiga. Sem forças para aperrá-la, levantava-a a custo. Deixava-a logo descair nos braços frouxos, desesperado, refogada a face ossuda, num esgar de cólera impotente”.*⁷³

Por mais paradoxal que possa parecer, ainda ao se considera as balizas morais e ideológicas de ambos os lados da refrega, é duramente negável que as potencialidades do desenvolvimento técnico bélico do final do século XIX, ao qual se quer se pretendiam os conselheiristas, e que lhes alcançou como um “troféu” pela derrota da Expedição Moreira César foi assimilado de forma muito mais efetiva e teve reflexos imensamente mais arrasadores, talvez mesmo se refletindo na grandiosidade da descrição das “chuvas de balas” que desciam os morros, que igualmente seria inerente à personalidade estilística da redação contemporânea, e talvez representasse o impacto psicológico de uma tropa afeita a um combate muito mais ritualístico do que seu pretenso racionalismo seria capaz de admitir. Não é de se espantar que ao aproximar-se o fim do combate, cada vez mais se confundirão os soldados de ambos os lados, assemelhando-se cada vez mais os soldados aos jagunços seja no ponto de vista estético, seja no estratégico.

“Imóveis largo tempo, um em frente ao outro, abrigados na mesma sombra, parecendo refletir a adinamia do mesmo esgotamento — espiavam-se, solertes, traiçoeiros, tocaiando-se. E não podiam encontrar melhor cenário para ostentarem,

⁷⁰ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op.cit.* p. 297

⁷¹ CUNHA, Euclides da. *Op. cit.* 2003, p. 106.

⁷² Lazarina: espécie de espingarda de carregar pela boca, usando chumbo fino e médio, muito amiga dos homens do campo que saem para caçar. Seu nome teve origem em 1651, quando o milanês Lázaro Caminazzo começou a fabricar essas espingardas que ganharam seu nome.

⁷³ CUNHA, Euclides da. *Op. cit.* 2003, p. 102

ambos, soldados e jagunços, a forma mais repugnante do heroísmo do que aquele esterquilínio de cadáveres e trapos, imerso na obscuridade de uma fumaça.

Seguia-se por ali envolto de um silêncio lúgubre. Percebiam-se os soldados esfrangalhados, imundos, sem bonés, sem fardas, cobertos de chapéus de couro ou de palha, calçando alpercatas velhas, vestidos com o mesmo uniforme do adversário.⁷⁴

2.4 – À baioneta ganha-se o dia.

Em 16 de Setembro se postou o 2º Corpo na localidade da Fazenda Velha em proteção à Artilharia que dali assediava Canudos, e que não era mais apenas uma Boca de Fogo, mas sim o 5º RAC do Exército Nacional⁷⁵. E foram destacadas guardas para a posição do Pico, sob o comando do Ten Raymundo de Oliveira Coutinho, e para a aguada, tendo por Cmdt o ex-Inspetor da Banda de Música, Alf João de Deus como bem prova o reporte do assalto que sofreu o flanco esquerdo da área de operação no dia 19 de Setembro⁷⁶, no qual estas guardas foram reforçadas respectivamente pela 2ª Cia do Ten Cmdt Cearense, que denunciara anteriormente o Alf Cmdt da outra guarda, e pela 1ª Cia do Cap Cmdt Camara, que testemunhou as ameaças do Alferes que ora reforçava⁷⁷.

O cotidiano na Fazenda Velha traz tiroteios constantes de ambas as partes, com baixas esparsas como no dia 22 de Setembro, quando foi morto um jagunço por um disparo vindo da guarda do Pico⁷⁸. Este provavelmente não seria um “jagunço vulgar da horda de fanaticos” como se inferiu a julgar o “asseio e alvura do traje [que vestia]”, e pelos tiroteios que se seguiram na tentativa de resgatar o cadáver, não contando o Batalhão nenhuma baixa se não um fuzil Mauser, do Sd João Lopez de Souza, cuja culatra explodiu enquanto fazia fogo, sem contudo ferir o praça. Terminando o dia o Corpo entrou em posição às 2200h⁷⁹ e a 3ª Cia avançou em proteção ao Forte por motivo do tiroteio noturno de sempre ter desta vez se intensificado, mas, sem sofrer qualquer investida inimiga, a Companhia retornou, cessando o tiroteio como de *praxe* ao amanhecer.

⁷⁴ *Idem.* p. 113.

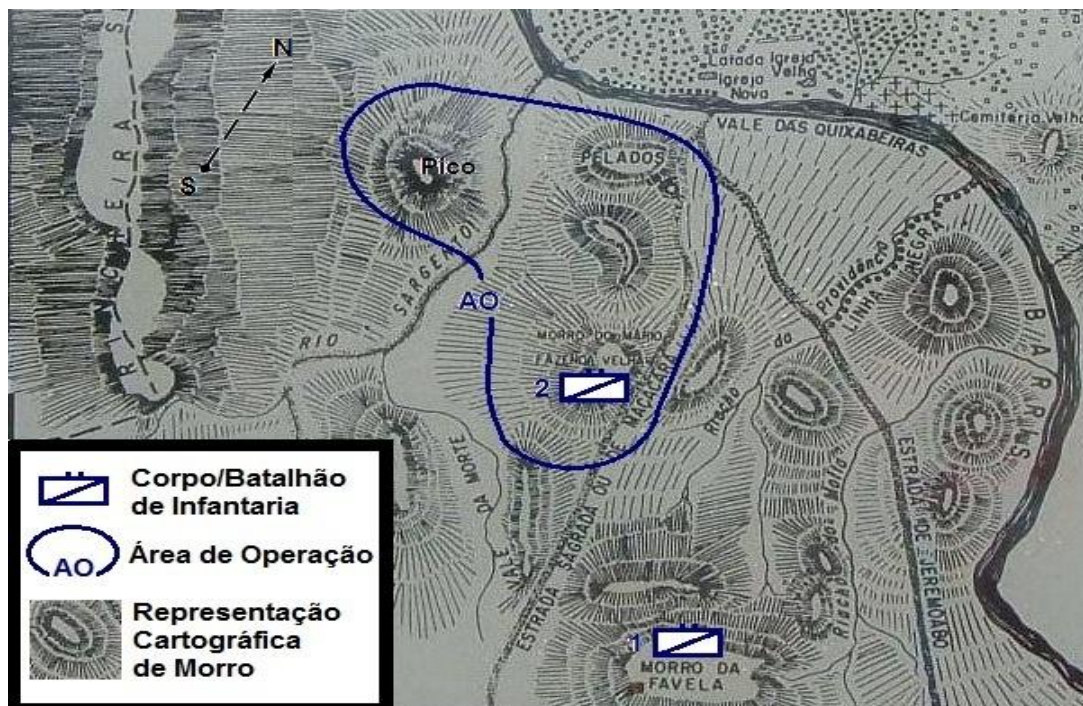
⁷⁵ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 528.

⁷⁶ *Idem.* / nº 530.

⁷⁷ Vide subtópico 2.1.

⁷⁸ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 483.

⁷⁹ *Idem.*, nº 484.



Posições e área de operação dos Corpos de Infantaria do Pará.⁸⁰

Imersos na relativa inatividade das quase infrutíferas trocas de tiros e abrigando-se dos freqüentes tiroteios noturnos como todo o contingente da operação, o batismo da tropa paraense começava a se delinear. No dia 23 de Setembro, pela manhã, ocorreu a passagem de um canhão do Forte para o Pico⁸¹, percebendo a nova disposição da Artilharia os homens de Conselheiro tomaram a ofensiva, e em resposta ao renhido fogo que mandaram, formaram o Cap Camara e a 1ª Cia em proteção à dita Peça de Artilharia no morro oeste, a 2ª Cia do Ten Cearense guardando o Forte e o veterano Cap Cordeiro com a 3ª Cia para a defesa da aguada. Todos mantiveram suas posições sem perdas, exceto a defesa do Pico que perdeu feridos, na perna o Cb Luis Lopes de Mendonça, e no abdômen o Sd José Jeronymo de Mello, ambos considerados sem gravidade pelos membros do corpo de Saúde.

Após uma noite mal dormida e dois dias de tiroteios quase consecutivos o 2º Corpo tinha suas primeiras baixas em combate, que somados aos Sd Tavares falecido no vapor e o Cap Rodrigues Chaves adoecido somava a força quatro baixas que não por deserção. O prejuízo maior não fora o humano, mas o material, pois, justamente devido a tamanhas e tão prolongadas trocas de tiros o Ten Cel Cmdt Fontoura solicita caixotes de munição para completar a necessidade do Batalhão e que seja mandado o suficiente para manter uma

⁸⁰ Edição e recorte de fotografia do mapa de autoria do Ten Cel Chefe da Comissão de Eng que se encontra no Museu de Monte Santo. Fotografia original segue em anexo.

⁸¹ *Idem.*

reserva. Prevenia-se o comandante para os próximos tiroteios que não iriam amainar pois, como anteriormente, a noite trouxe nova força aos tiros dos conselheiristas.

Por toda a noite os disparos persistiram⁸², isso o prova o fato de perto das 2200h ter sido atingido no ombro esquerdo quando, já retirado, estava em sua barraca o Cb Pedro José de Andrade, defensor do Pico. À meia noite foi a vez do Cb Manoel Maximo da Silva da 4ª Cia que guarnecia a barraca do comando da Brigada e caiu atingido na perna. O combate comprovava mais uma vez que os oficiais não estavam isentos, como já mostrava Cunha listando os comandantes antes da chegada da Brigada Auxiliar,

“dos quais dos vinte batalhões de infantaria que lá estavam [...] quinze eram comandados por capitães [quando deveriam ser por Coronéis] e duas das brigadas por tenentes-coronéis [quando deveriam ser Generais], não descendo o das companhias aos sargentos [na falta de Capitães] por ser maior que o destes o número de alferes”⁸³

, o provava o Gen Savaget fora da guerra por ter sido ferido em combate.

A se completar o quadro ainda havia o fogo amigo, pois em posição avançada e na área de junção entre as frentes sul pela Favela, e oeste pela trincheira 7 de Setembro, registrou-se tanto no Pico quanto na Fazenda Velha que parte dos tiros que chegavam à posição não vinham de Canudos, mas do oeste. Fato igual havia ocorrido no dia anterior com a posição do comando da Brigada⁸⁴, por esse motivo resolveu o Cel Sotero ordenar que as posições se mudassem para a parte mais oriental dos respectivos morros.

Enquanto tudo isto se desenrolava na área de operações da 2ª Brigada de Polícias, no *front* oposto, desde o dia 23 de Setembro fechara-se por completo o cerco aos canudenses. As forças atacantes da 2ª Coluna, contornando a cidade pela linha de retaguarda, rumo leste, avançaram sobre a região conhecida por Bairro das Casas Vermelhas, entrincheirando-se de surpresa nas casas ao norte de Canudos e avançou-se até o Cambaio. A isto atribuiu Euclides da Cunha as investidas que logo se veriam como o “estrebuchar dos vencidos”⁸⁵, e para a Brigada de Polícia, isto significará o combate de 25 de Setembro.

Na madrugada deste dia reuniram-se os comandantes Cel Olympio, Cel Sotero e Ten Cel Fontoura no Forte 7 de Setembro e debateram a situação de suas posições. O Cel Olympio constatou a reunião de inimigos em uma trincheira em um capinzal que, anteriormente, era

⁸² *Idem.* nº 485

⁸³ CUNHA. Euclides da, 2003, *Op. cit.*, p. 88.

⁸⁴ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 485

⁸⁵ CUNHA, Euclides da, 2003, *Op. cit.*, p. 104.

usada para proteger suas cacimbas, mas que recebia mais homens agora, motivo que o levou a acreditar que daquela posição planejavam atacar a peça de Artilharia do Pico. De conformidade entre os três comandantes, decidiu-se então pelo ataque para desalojar o inimigo e proteger a posição do Pico.



Peças de suporte do 5º Regimento de Artilharia de Campanha⁸⁶. Canhão de tiro rápido Nordenfeld 37mm⁸⁷ (esquerda) e canhão de Artilharia de Posição Krupp 75mm⁸⁸ (direita).

O 5º RAC do Cel Olympio daria suporte de Artilharia com os quatro Krupp's instalados no Forte 7 de Setembro e mais as duas metralhas Nordenfeld uma sendo postada no morro do Pico a outra estando a norte do Forte em uma elevação mais a frente. O Cel Sotero assumiu o comando da missão, ordenando a o Ten Cel Fontoura que formasse o 2º Corpo e solicitando por intermédio do Sgt José Mariano dos Santos, que descesse em seu apoio uma ala do 1º CI da Favela, a direita, formada pelas 1ª e 2ª Cia desse Corpo.

A força de polícia em operação, combinada com a Artilharia, mas autônoma em relação ao comando da Divisão, partiu da Fazenda Velha tão logo esteve pronta, seguindo a leste atravessou o Umburanas e se posicionou em frente ao Pico, avançando então rumo a Canudos em “ordem de Companhias”, tendo a 1ª Cia do Cap Camara na vanguarda da posição e a formação inteira se localizando entre o 26º BI à direita e o 1º CI do Amazonas à esquerda⁸⁹. Paralelamente, a ala direita do 1º Corpo e mais os voluntários desse mesmo Corpo que insistiram a ir ao combate contornavam o morro da fazenda para alcançar o 2º Corpo.

O combate iniciou-se quando a 1ª Cia buscou atravessar o leito do Vaza-Barris, momento em que os jagunços entrincheirados no alto da margem oposta abriram fogo e

⁸⁶ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, p 122.

⁸⁷ Museu do Exército Forte Copacabana, in: Armas Brasil.

⁸⁸ Exemplar de Krupp 75mm espanhol usado em Cuba na Guerra Hispano-Americana. Associació Cultural de Amigos del Museo Historico-Militar de Valencia.

⁸⁹ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, pp. 118-120.

começaram cair os atingidos e, sob a “chuva de fogo” que caía da margem oposta correram as outras Companhias em seu socorro. O reforço do 2º Corpo encontrou a 2ª e 3ª Cia já avançadas tentando auxiliar a do Cap Camara que recebera sozinha as primeiras salvas, todo o 1º CI e agora o seu reforço do 2º CI estavam postados a descoberto no leito do rio seco, em intensa troca de tiros com o inimigo que, já desalojado do capinzal, concentrava suas forças na posição taticamente superior e guarnecida da trincheira na margem esquerda para repelir a travessia dos paraenses, e despejava sua munição encosta abaixo⁹⁰. Este foi o momento em que as baixas se escalavam, com a tropa presa em desvantagem clara, em meio ao desespero e às saraivadas inimigas foi o momento de os paraenses provarem da experiência que quase todos os outros Batalhões já haviam passado, caindo sob o fogo ao qual eram expostos de peito descoberto praças e oficiais⁹¹, incluso o experiente Cap Manoel Baptista Cordeiro ficou morto em campo, e o Cel Cmdt Sotero que, ferido na perna, retirou-se passando o comando ao Cel Fontoura.

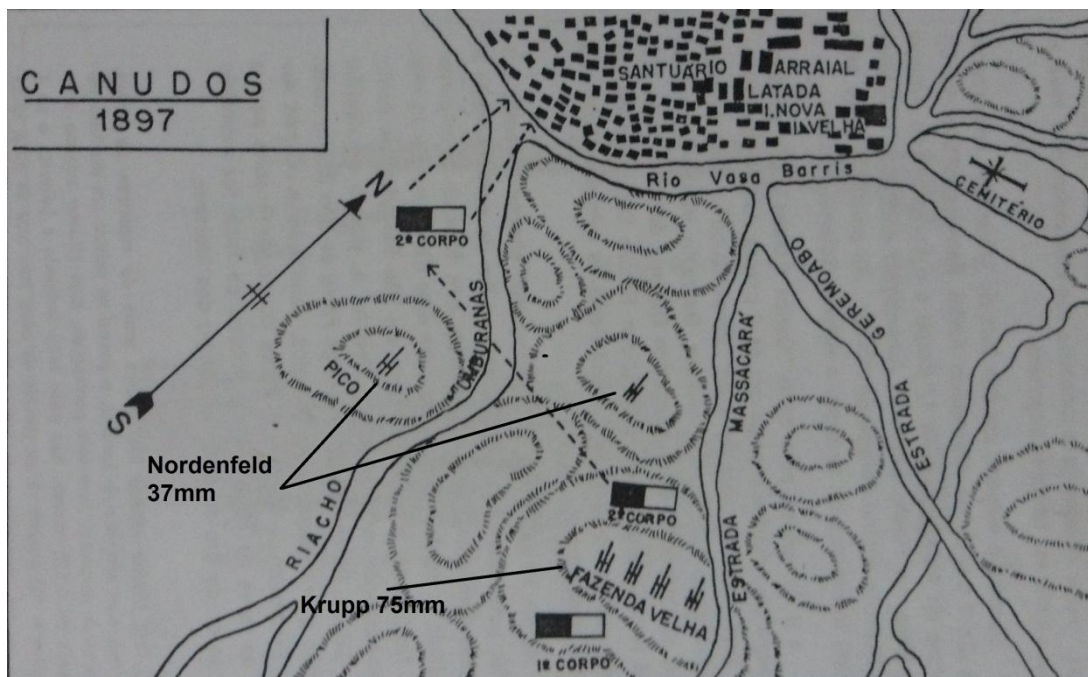
Fontoura assumiu o comando tendo como primeira medida a organização da tropa e, sob fogo, tomou a frente de seus homens e os incitou ao enfrentamento, ordenando a linha de tiro e conseguindo colocar e manter os homens e posição com a ajuda do Maj Calixto e o Cap Asclepiades Pontes para fazer frente aos disparos⁹² e então, como mais uma vez a troca de fogo se mostrava, como havia ocorrido em todos os combates do Exército ali, mais aliada dos inimigos guarnecidos, acatou a sugestão do Ten Levino Monteiro de Oliveira e ordenou o toque de carga. Com o toque feito à custa da vida do primeiro corneteiro, a linha inteira enfrentou o fogo em corrida para engajar o inimigo em luta corpo-a-corpo. Uma vez subida a margem oposta a carga de baionetas mostrou-se extremamente eficiente em fazer recuar os jagunços que evitavam a todo custo o combate homem a homem, tanto quanto aos outros oficiais que a ela recorreram ao longo da campanha, conseguiram então as tropas dominar a trincheira inimiga e assegurar a travessia do Vaza-Barris. A partir dali, contudo que já estivessem os canudenses em recuo e a posição do Pico fora de perigo, a investida tomou prosseguimento rumando para dentro do aglomerado de casas da cidadela, dois a dois, com as armas levantadas e, por tanto, sem fazer fogo, prontos ao combate à baioneta, subiram sob tiroteio o barranco que os separava dos casebres.

⁹⁰ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha, *Op. cit.*, pp. 86-87.

⁹¹ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 486.

⁹² REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, *Loc. cit.*

O inimigo não havia fugido, mas recuado, se aproveitava dos desníveis de terreno e das casas, das quais abria fogo de “seteiras improvisadas” de buracos nas paredes de barro ou pelas janelas e portas, para fazer fogo cruzado aos soldados que forçavam o avanço para além das trincheiras, penetrando nos casebres que iam em direção à Igreja Nova. Neste momento parte da ala do 1º Corpo comandada pelo Maj Lemos e com o Maj Calixto iniciam a incendiar as primeiras casas buscando desalojar os inimigos que não se retiram. No cumprimento deste objetivo foi que o Maj Calixto, atacado repentinamente por um canudense que saiu de uma das casas, levou quase a queima roupa um tiro de bacamarte⁹³ no rosto que não o matou, mas feriu com gravidade. Igualmente o Ten Rosa Chavez caía ferido depois que retornou da linha de frente com ordens para que se apagassem os incêndios que impediam a visão das posições em meio à batalha caótica pelas casas do arraial.



Esboço da movimentação do 1º e 2º Corpos do Pará em 25 de Setembro⁹⁴.

O último revés foi a mudança de eixo da Artilharia do Cel Olympio que passou a alvejar a direção do flanco esquerdo da linha que chegava até as proximidades do lugar que o Cel Fontoura nomeou de “Praça do Mercado”⁹⁵, o que logo o Cel Cmdt Fontoura soube ser em resposta a uma tentativa que um grupo de inimigos fazia de contornar este flanco da linha

⁹³ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha, *Op. cit.*, p. 90.

⁹⁴ Alterado de REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, p. 115.

⁹⁵ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 486.

de ataque que havia se afastado do Corpo amazonense⁹⁶ e isolar a tropa paraense pela retaguarda, manobra visível do alto da posição da Artilharia que buscou interceptá-la. A resposta foi o envio da Cia Camara para fazer frente aos jagunços, dos quais muitos este Cap e seus homens mataram, restabelecendo contato com os amazonenses.

Perto das 1400h o ataque começou a rarear, tanto pela resistência que se fazia de dentro das casas, como pela fadiga dos soldados paraenses e pela fumaça que, gerada pelos incêndios nas primeiras casas, impossibilitava a visão e o fim do auxílio da artilharia que, como já estivessem bastante avançadas as linhas, poderia atingir os próprios aliados caso continuasse atirando⁹⁷. Hastearam as bandeiras do Brasil e do Pará em duas casas, e demarcaram as áreas ocupadas e a este momento o comando da 2ª Coluna, finalmente percebendo o ataque, ordenou o fim da manobra não ordenada e o recuo das tropas para as suas respectivas posições originais, momento crítico, pois Fontoura não estava disposto a recuar das posições que seus homens conquistaram e, com o apoio do Cmdo da Brigada havia se decidido a desobedecer. Não foi necessária a insubordinação já que posteriormente a ordem foi alterada para manter as posições, e assim que foram os Batalhões paraenses rendidos pelos 32º e 15º deixando aos seus substitutos a carga aprisionada de carabinas 23 Mannlicher's e outras 55 identificadas como "de caça", além de prisioneiros, e levando na bagagem sua vitória⁹⁸ e suas baixas.

Baixas cujo número ainda é uma incógnita, pois Rego estima 19 mortos, cujo único oficial foi o Cap Cordeiro, e 35 feridos⁹⁹, contudo o Informe do Cel Fontoura ao Cmdo da Bda noticia apenas para o 2º CI os mesmos 19 mortos, e feridos além do Maj Calixto e do Ten Rosa Chavez mais o Cap Ajudante Benedito Asclepiades Pontes e 24 praças¹⁰⁰. Entretanto a própria documentação é desconstruída, pois nas Ordens do Dia de cada um dos Corpos encontram-se apenas 16 mortos no 2º Corpo além do Cap Cordeiro¹⁰¹, tendo outros dois mortos no 1º Corpo¹⁰², e entre os feridos apenas estão listados no 1º CI 8 praças, estando constantes para o 2º CI apenas os seus três sobreditos oficiais feridos, sem qualquer listagem de praças neste estado. Dentro desta discrepância e desencontro de informações podemos

⁹⁶ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, pp. 121-122.

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 486.

⁹⁹ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1967, *Op. cit.*, pp. 71

¹⁰⁰ *Op. cit.*

¹⁰¹ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 533.

¹⁰² Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / OdD nº 177 & 178.

inferir apenas que estavam os mortos entre 19 e 21, e os feridos em no mínimo 28 e no máximo 35, totalizando um intervalo de 47 a 56 homens como baixas de combate, ao que, pelas coincidências de nomes entre a documentação e a lista de mortos e ferido de Rego, creio que seu cálculo de 54 homens fora de combate no dia 25 de Setembro seja o mais verossímil. Isso claro, excluídas as outras seis baixas que não deserções que ocorreram ao longo da campanha até então, que somadas às baixas desse combate e considerados os desertores abre um desfalque de quase 140 homens no Regimento paraense.

No combate de 25 de Setembro o cerco a Canudos já estava completo, e o Gen Arthur Oscar abertamente abriria mão de quaisquer dispendiosos ataques que não fossem necessários, subjugando Canudos pela fome, e sede. Levanta-se a questão da necessidade do combate que, discursivamente visava a proteção da posição sob a guarda paraense, mas se foi para tanto, a pergunta retorna quando, após a tomada da trincheira da aguada e a expulsão dos jagunços da margem esquerda, a Brigada Policial continua adentrando em Canudos.

Obviamente a tomada de uma das últimas aguadas obedece a um papel estratégico, isto comprova os contra-ataques de 26 e 27 do mesmo mês que buscavam desesperadamente alcançar algum reservatório de água para se saciarem, se alinhado assim com a grande estratégia da campanha de vencer pelo cerco. Igualmente o nº de casa, cerca de 200, que foram tomadas aos canudenses não apenas aumentaram a área de cerco como reduziram consideravelmente o território sob controle jagunço na região mais povoada do arraial, constringindo suas posições e tornando mais efetivos os bombardeios sobre o inimigo mais concentrado, além de iniciar o combate urbano na região mais densa do arraial. Contudo, o dispêndio de vidas e a profundidade do ataque de 25 de Setembro, principalmente considerando que fora feito sem ordens para tanto, precisam ser melhor compreendidos. Pode-se apenas supor como uma das causas a provável impossibilidade de, uma vez tomada a trincheira da margem esquerda do Vaza-Barris posto que de seu leito não tinham mais como recuar sem serem massacrados¹⁰³, mantê-la sob os disparos que vinham das casas próximas, fazendo necessária a tomada de uma linha de casas onde os militares pudessem fixar suas defesas, o que igualmente se torna débil considerar quando consideramos que fora tomada ao inimigo sem dúvida mais de uma linha de casas. Por fim, talvez, considerando o destaque dado ao feito e a exaltação aos ganhos que este ataque conseguiu, seja mais aceitável acreditar na possibilidade de tanto o comando quanto o oficialato em geral estivessem dispostos a não

¹⁰³ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, p. 120.

apenas defender suas posições com um ataque preventivo, mas a avançar tanto quanto lhes fosse possível Canudos à dentro buscando o máximo de vantagem de sua ofensiva.

2.5 – Meia ração de glória.¹⁰⁴

A resposta dos canudenses à posição avançada que os Corpos paraenses ocuparam não tardou, o Cmdo do 2º CI em 26 de Setembro informa que a linha que fora ocupada pelos 32º e 15º BI foi atacada quatro vezes ainda na noite do combate¹⁰⁵, pelo que enviou o 2º CI a sua 4ª Cia em reforço aos Batalhões do Exército, e no dia seguinte pela manhã somava mais uma baixa, o 2º Sgt da 2ª Cia Antonio Baptista de Moraes, ferido em sua própria barraca, provavelmente no Forte da Favela onde avisa que continuavam a chegar repetidos e constantes disparos.

Pouco ocorrido nas posições paraenses ao longo dos dias posteriores, além do rotineiro tiroteio que levava o Cel Fontoura a destacar diariamente uma ala para a vigilância preventiva do Pico, e em hora determinada voltava ao Forte, sendo essa ala formada pela 2ª Cia do Ten Cearense e a 1ª refletia as mudanças que os vagos abertos pelo 25 de Setembro trouxeram, pois não era mais comandada pelo Cap Camara que agora substituíra o Maj Calixto como Fiscal do 2º Corpo, ocuparia seu lugar o Ten Raymundo Coutinho, mas este já substituíra o falecido Cap Baptista no comando da 3ª Cia, restariam os Ten Aprigio Ottoni, mas este agora compunha o Estado Maior da Bda, e o Ten Rosa Chavez que também fora ferido, esta conformação *sui generis* levou aos altos posto dois Alferes, Luiz da França de Oliveira que assumiu a Ajudância em lugar do Cap Asclepiades e o Alf João de Deus da Silva Cruz no comando da 1ª Cia no lugar do sobredito Cap Camara¹⁰⁶.

Porém a rotina não terá vida longa, no dia 30 de Setembro sob a Ordem do Dia nº 140 do Comando-em-chefe da Força determina o ataque¹⁰⁷ estabelecendo uma virada no

¹⁰⁴ Tirado da parte que inicia a tratar da última leva militar de reforço à campanha em Canudos da qual faz parte o Regimento Militar do Estado do Pará, com o subtítulo de “*Em busca de meia ração de glória*” de CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2003. p. 98.

¹⁰⁵ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 487.

¹⁰⁶ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 533.

¹⁰⁷ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 538.

comportamento adotado até então. Lembremos que o último ataque em larga escala foi o de 18 de Julho, tendo-se fechado o cerco por iniciativa dos comandantes de Coluna em operações de pequena e média monta, este, contudo, seria um ataque total. Para o que, de forma de certo modo avessa à hombridade militar, posicionar-se-iam os homens durante a noite e, ao raiar do dia, após o bombardeio seria dada ordem de carga de baioneta calada forçando a ocupação dos casebres da região que contornava a praça central e as ruínas de ambas as igrejas.

E assim foi feito. Mas não de surpresa, pois enquanto os 1º e 2º CI paraenses avançavam na noite até a retaguarda da linha de ataque que formaram o 5º CI da Bahia, ala direita do de São Paulo e 26 BI, foram recebidos com salvas das linhas inimigas, mas mantiveram as posições. Ao amanhecer, após uma hora de bombardeio a 3ª Brigada apoiada pela 1ª Bda e posteriormente por toda a sua coluna atacou pelo leste, à esquerda e retaguarda da Igreja Nova e as posições conquistadas pelos paraenses¹⁰⁸. Estes, por sua vez apoiavam a 6ª Bda e todo o restante da 2ª Coluna que foi disponibilizado para atacar a direita da dita igreja e a Praça Central, conseguindo as tropas deste setor avançar, contudo que não mantivessem a carga de baionetas devido ao forte fogo que recebiam, até o ponto de junção que era a igreja em ruínas que ainda servia como fortim e foi finalmente tomada, e com os contingentes que faziam a vanguarda dos Corpos do Pará avançando com o auxílio paraense e amazonense até as últimas casas que faziam frente à praça, onde, não podendo atravessar o amplo espaço aberto¹⁰⁹, mantiveram posições, deixando suas linhas de cerco anteriores no leito do Vaza-Barris às tropas do Norte.

Terminado o combate sem a vitória, nem grande avanço, Fontoura o considera “não tendo o efeito desejado”¹¹⁰, mas o Gen Cmdt da 2ª Coluna Carlos Eugênio Guimarães considera cumprido o objetivo intentado de “apertar o cerco em que tem estado envolvido o inimigo, a quem convinha diminuir a resistencia que das igrejas nos oppunha e cortar-lhe os meios de fornecer-se de água do rio Vaza-Barris”¹¹¹. Assim as posições serão mantidas por mais três dias, quando nova ordem de ataque será dada e ao anoitecer subirão o 1º e 2º CI subirão a margem esquerda do rio em combate noturno e renderão as posições das unidades que fizeram a vanguarda, estendendo linha e interceptando alguns conselheiristas que, acreditou-se, tentavam fugir, e ao amanhecer de 5 de Outubro seguiu-se novo bombardeio e

¹⁰⁸ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, pp. 131-135.

¹⁰⁹ *Idem*, pp. 135-138.

¹¹⁰ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 538.

¹¹¹ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 135

incendiaram as casas restantes levando os últimos dispostos a isso à rendição, e como ainda houvessem resistentes iniciou-se a fuzilaria e novo bombardeio, ao toque de “Infantaria Avançar” finalmente ocupou-se o que restava do arraial¹¹² contando como baixas para os paraenses apenas mais seis baixas, todas do 1º Corpo, três mortos e três feridos, dentre os quais ficou o seu Alf Quartel Mestre Feliciano Toscano de Britto, único oficial atingido nesse período¹¹³.

Percebe-se que, ao menos para a tropa paraense, o ataque de 25 de Setembro foi o primeiro e mais ferrenho combate direto das forças paraenses em Canudos, já que apenas voltarão a entrar e operação na ofensiva de 1º a 5 de Outubro, no qual ficarão o 1º e 2º Corpos do Pará em retaguarda do 5º da Bahia e do da Polícia Paulista, formando as duas linhas à frente da praça entre a Igreja Nova e a Igreja Velha e na retaguarda dessa última¹¹⁴ e tendo por missão, de forma deveras contrastante, realizar sob as ordens do Cmdt em Chefe o mesmo intento que buscou independentemente ao atravessar o leito do Vaza-Barris no dia 25 e que por pouco não foi abortado pelo Cmdo da Divisão, pressionar o inimigo e reduzi-lo à sede. Nesse sentido não seria, talvez, absurdo pensar que o sucesso da investida de 25 de Setembro poderia ter, em algum nível, um papel mesmo que secundário na decisão do Gen Arthur Oscar de ordenar o ataque do início de Outubro abandonando a estratégia mantinha já a meses de assegurar posições e debelar o arraial com bombardeios mais “econômicos” em termos de vidas militares. Ainda que o fogo de suporte e a defesa das linhas originais das polícias baiana e paulista em 1º de Outubro seja uma posição importante e não necessariamente livre de ataques, há que se acrescentar que esta data não foi tomada por mormente importante para a memória desta participação paraense na guerra de Canudos.

¹¹² Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 538.

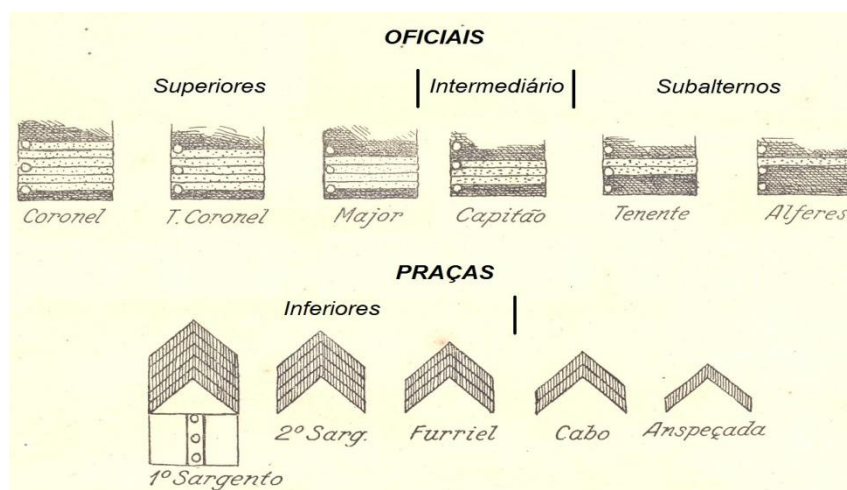
¹¹³ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / OdDnº 180.

¹¹⁴ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, pp. 126-127.

CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO DA TRADIÇÃO MILITAR DA POLÍCIA.

3.1 – Identidade policial e a ideologia militar.

A composição do Regimento Militar do Pará e a sua organização, como foram vistas nos capítulos anteriores, guardam extensas similitudes entre as organizações militares, tal qual sua estrutura basilar hierárquica e dividida entre oficiais e praças, e dentro destas a respectiva segmentação dessa divisão em várias graduações, sendo esta estratificação feita de forma a emular as forças armadas, principalmente as patentes do Exército, formando então uma cadeia de comando organizada e disciplinada, apta a manter sua ordem diante de eventualidades de forma quase mecânica. Esta aspiração militarista se faz identificável automaticamente quando se vê um membro do Regimento. O uso de farda para distinguir os seus membros, mais explicitamente para o 2º Corpo que como vimos parece ter adotado farda similar à do Exército, e a imediata identificação de seus postos que era impressa na gola ou canhão do dolman do Regimento dava feições ainda mais militares à força.



Exemplo das patentes e postos do Exército em ordem crescente de hierarquia (da direita para a esquerda).¹

¹ Montagem das figuras presentes em: BARROSO, Gustavo. (Org) *Op. cit.* pp. 69-70, com o adendo de que a denominação “Inferior” usada na imagem acima passa por uma ambigüidade, pois embora tratados e qualificados organizacionalmente na documentação como praças, recebiam a denominação de “Oficiais Inferiores” vide: Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 92-93.

In extremis o Regimento Militar paraense poderia ser facilmente identificado como uma espécie de “exército estadual”, uma miniatura local das forças armadas, com um grande nível de autonomia, uma capacidade de auto-gerência invejável em relação às organizações civis² e uma administração e regulamentação eminentemente militares, cuja hierarquia estava sob o poder do governo estadual com jurisdição para nomear e promover seus membros, e principalmente sem quaisquer vínculos estruturais com o poder central.

Essa percepção do Regimento como exército estadual acentua-se quando se compreende que com a queda do Império a região perde importância no que tange à estratégia de distribuição do efetivo do Exército pelo território brasileiro, José Murilo de Carvalho acentua que a República verá a geografia das guarnições acompanhando interesses estrategicamente políticos, aumentando a concentração de tropas onde se concentrava o poder decisório a nível nacional³, deixando o policiamento, atividade na qual o Exército tinha considerável participação até a guerra do Paraguai, dos outros estados a cargo das polícias estaduais que, por esse motivo, foram incrementadas e expandidas.

No caso do Regimento paraense este processo é claramente perceptível quando, em 1894, são incorporados à força pública os Batalhões Patrióticos “15 de Novembro” e “Gen Tibúrcio” criados um ano antes e, após serem dissolvidos neste mesmo anos, o efetivo responsável pela segurança do estado, que raramente ultrapassava quatro companhias, no final do ano de 1894, quando da já tratada criação do Regimento Militar do Estado, determinava-se que fosse formado por dois “Batalhões” de Infantaria e um de Cavalaria⁴ enquanto os efetivos federais constantes no Relatório do Ministério da Guerra para o Pará eram apenas o 15º BI e o 4º BAP, ambos em *déficit* de praças, contabilizando respectivamente 278 e 151 homens⁵. Some-se ainda o caso do rifle Mauser que na campanha de Canudos ainda não havia sido distribuído a todas as unidades do Exército, mas já era de posse do Regimento do Pará, que, considerando que a constituição de 1891 garantia grande liberdade comercial aos Estados⁶, pode-se acreditar que após ser aprovado pela Comissão Técnica Militar Consultiva do

² Para a importância discrepância entre organização social militar em seus correlatos civis ver: NUNN, Frederick M. *Effects of European Military Training in Latin América: The Origins and Nature of Professional Militarism in Argentina, Brazil, Chile, and Peru, 1890-1940*. In *Military Affairs*, Publicado por: Society for Military History. v. 39, n. 1. Feb., 1975. p. 1-7.

³ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro. 2005. p. 33.

⁴ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 05-13.

⁵ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo C – Mappa da Força.

⁶ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891):

Art 5º - Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.

Exército o modelo Espanhol do Mauser desde 1893⁷, e como não chegava ao mercado o modelo “brasileiro” de 1895⁸, teria o Regimento recorrido a outra fonte. Sendo encontrado ainda em uso pela tropa paraense o fuzil Comblain em 1894, poderia tanto ter sido comprado pelo governo do Pará para o Regimento Militar paraense o modelo Espanhol, quando o mais recente de 1895, diretamente de suas fábricas, levando-o a estar munido de armamento mais moderno que parte do contingente do exército.

Contudo, ainda que localmente mais numeroso e estruturado nos mesmos moldes de disciplina e hierarquia, em suas especificidades, das quais especialmente em sua composição, o Regimento se distanciava do Exército. Sua característica “cívica” e sua forma de alistamento teoricamente deveriam abarcar um segmento social diferente do soldado que, ao contrário do Exército que havia eliminado seu alistamento forçado a pouco⁹, era voluntariamente incorporado e mais que isso, era avaliado física e moralmente antes de ser considerado apto. Dando-se esta seleção obviamente a nível local no tocante às praças, não seria de estranhar que algum nível de identidade pudesse ser identificado entre as praças na forma de algo que se poderia chamar arbitrariamente de “soldados do Regimento”. A isto talvez corrobore o comportamento da imprensa paraense no período pós-proclamação, onde Gaia encontra-a dedicando-se a alimentar os constantes conflitos entre as corporações militares presentes no estado, i.e. Exército, Marinha e Corpo de Polícia¹⁰, processo que, entretanto, não poderia ocorrer sem incorrer à identificação destes grupos como organizações específicas, nas palavras de Gaia

“...os militares não só acreditavam ser força decisiva para o redirecionamento de governos e regimes políticos como também foram elevados a esta condição por governos e oposições que disputavam o seu apoio (...) a força dos militares era entendida como fundamental, uma vez que haviam sido eles os grandes responsáveis pelo Golpe de 1889.”¹¹

⁷ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 05-13.

⁷ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1893, p. 20.

⁸ Por “modelo brasileiro de 1895” entende-se a variante da arma espanhola de mesmo ano que, chegada ao país, passou por adaptações para suportar os cartuchos produzidos localmente.

⁹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891):

Art 87. § 4º - O Exército e a Armada compor-se-ão pelo voluntariado, sem prêmio e na falta deste, pelo sorteio, previamente organizado.

¹⁰ FARIAS, William Gaia. *Op. cit.*, 2005. pp. 146-165.

¹¹ FARIAS, William Gaia. *Op. cit.*, 2005. p. 165.

esta identificação como “militares do estado”, construída internamente pelo *ethos* regimental e externamente por uma identidade publicamente associada aos policiais, parcialmente explicaria a oposição que estes praças fizeram aos contingentes federais de Belém no ano de 1893¹², o que leva à consideração do outro seguimento da estrutura militar, seu oficialato.

A oficialidade da polícia, apenas muito recentemente, no ano de 1939, teve criado o seu Curso de Formação de Oficiais¹³, do qual não foram encontradas maiores informações, mas que sem dúvida passou a propiciar a existência de um oficialato que recebesse sua formação militar inicial dentro da própria instituição, chamada à época de Brigada Militar, mas em 1897 e anteriormente, sem tal recurso os oficiais e em especial os comandantes majoritariamente eram egressos do Exército. Como bem o prova o Cel Sotero, veterano da Guerra do Paraguai¹⁴ cuja procedência já foi tangencialmente tratada anteriormente. Nesse sentido, ainda guardando suas especificidades, podemos entender até certo nível o Regimento Militar paraense a partir de uma comparação com as forças armadas, extrapolando as considerações de estudos acerca desta força como igualmente válidas principalmente ao oficialato do Regimento, mais ainda no que concerne à sua estrutura, sua formação militar e como um grupo parcialmente formado ideologicamente.

Por tanto, é viável considerar que a oficialidade paraense comungasse dos sentimentos positivistas e radicalmente republicanos que alimentaram a oficialidade, seja em menor medida os “tarimbeiros”, ou os “científicos” da Escola Militar da Praia Vermelha, contudo que Sotero aparentemente nada tenha cursado nesta instituição é significativo vermos sua aproximação já citada ao então Cap Lauro Nina Sodré e Silva, que durante o governo provisório instaurado após a Proclamação exerceu o cargo de Secretário do Ministério da Guerra e Instrução Pública¹⁵ cujo Ministro era o positivista científico e, dentro em pouco, aclamado “Fundador da República” Benjamin Constant. Sodré, personalidade irremediável da história paraense igualmente se fez proeminente no processo do golpe republicano, dentro da “Mocidade Militar” do estudo de Celso Castro¹⁶, unificada pela fé no progressismo científico e na meritocracia, fé a qual o próprio Sodré é o exemplo de Castro, quando usando a publicação de seus artigos anti-clericais de 1881, de sua “Carta ao Imperador” de 1885 e de

¹² MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 67.

¹³ *Idem.*, p. 287.

¹⁴ *Idem.*, p. 169.

¹⁵ Extraído da Página Oficial do Senado Federal.

¹⁶ CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. pp. 11-28.

um Manifesto Republicano do ano seguinte¹⁷ como ilustrativos da mentalidade deste grupo social militar.

Não apenas Sotero condizia com os mais profundos ideais republicanos daqueles que haviam instaurado este regime, mas mesmo o Ten Cel Fontoura, tendo este aparentemente iniciado sua vida militar em 1890 como Cap do Corpo Provisório de Linha, ex e futuro Corpo de Polícia do Estado, sendo desta forma o que mais se aproximaria de um oficial “natural” da área policial; em seu discurso por ocasião da tomada de Canudos¹⁸ – *in facto* um misto de discurso poético, narração exaltacionista e relatório documental – publicado no dia 06 de Outubro, percebe-se um teor patriótico e republicano que tem eminentemente o mesmo perfil do de Sotero e da ideologia militar republicana. Igualmente o apelo pátrio personificado na imagem feminina semi-maternal de uma “alma de joelhos” que agredida por seus próprios filhos clama por outros filhos seus que sejam “melhor compenetrados dos sacratíssimos deveres de libertal-a”, empenhando-se os soldados em agir corretamente em frente da pátria que aguardava sob suas vistas esse “povo de bravos” diante dos quais após a derrocada do “Recanto de Selvagens” simultaneamente “curva-se banhada em lágrimas” pelos caídos e “sorri... abençoando aqueles que sobreviveram”.

Mas algumas das figuras que Fontoura utiliza fazem também referência a conceitos que são recorrentes ao episódio do fim do Império que ficou conhecido como a Questão Militar¹⁹ na qual pela primeira vez os militares responderam como “classe” definida a uma cadeia de incidentes que terminaram por fomentar, ou ao menos estruturar, uma oposição entre o que poderia ser um primeiro esforço de estabelecer uma identidade militar, e a sociedade civil, em especial a classe política imperial que afrontava ideologicamente bens simbólicos como a honra e os brios militares que passaram a ser tratados como o que tinha de mais caro o militar, levando a uma unidade de ação que possibilitou ao pequeno grupo do baixo oficialato que iniciou a Proclamação a ter um apoio tácito dos militares em geral em nome da “farda”.

No caso do 2º Corpo Fontoura recorre a simbolismos eminentemente militares como o pavilhão auri-verde sob o qual todos se reuniam e que fazia referência justamente ao momento crítico de um combate no qual o ponto de concentração e referência seria a flâmula, no caso do Exército brasileiro, a nacional, tal qual a bandeira tricolor do Corpo, a qual hoje se

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 538.

¹⁹ Para uma explicação mais extensa sobre a Questão Militar ver: SCHULZ, John. *Op. cit.*, 1994. pp. 95-112. e para uma compreensão dos reflexos acerca da unidade de ação do Exército ver CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 2000. pp. 28-32.

desconhece, que os guiou à vitória, vitória cujo símbolo é justamente o hastear das bandeiras do Corpo e do Estado sobre os casebres em ruínas de Canudos, tanto no 25 de Setembro, quanto no 5 de Outubro, sinalizando o salvamento da “honra da República”, afirmando e acendendo os “brios d’este grande povo” que lutou bravamente contra a suposta ameaça à estrutura republicana e à manutenção das “Instituições democráticas”.

Estranhamente o veterano da guerra do Paraguai Sotero não recorre a estes conceitos valorativos caracteristicamente militares, aparentando uma maior preocupação em identificar as prováveis aspirações da tropa com o discurso republicano na busca de justificar a campanha, enquanto Fontoura aparenta se concentrar em ascender os brios dos soldados por meio da evocação de símbolos e conceitos caros à recém adquirida, e provavelmente ainda em gestação, identidade militar do Regimento.

Entretanto ambos os discurso convergem em um ponto. Fontoura defendeu que ao participarem da campanha de Canudos ao lado das forças federais estavam os militares do Norte “honrando como sempre as paginas da História Paraense”, estabelecendo um provável paralelo com outros momentos nos quais a isolada província ou estado do Pará teve participação em eventos de âmbito nacional como a tomada de Caiena, ou a guerra do Paraguai, por isso considera que o Pará leva a cabo essa missão, com pesar pela “lucta fraticida empenhada entre degenerados [...] brasileiros obscurecidos pelo fanatismo e bravos e intemeratos do engrandecimento social”, porém, segundo o discurso estava igualmente o Regimento como instituição, a personificação do Pará progressista e os mantenedores do desenvolvimento estadual, satisfeito por ter a oportunidade de prestar seus valorosos serviços à Nação. Seria uma obrigação à qual não se podia furtar o “monithor estrondoso e gigantesco do Collossal Amazonas”.

Para além do já tratado discurso de embarque do Cel Cmdt Sotero, seu segundo discurso durante a campanha, feito em 15 de Agosto por ocasião da data comemorativa da adesão do Pará à independência, o qual o Cmdt acentua considerar “um desses acontecimentos políticos em que um povo tem peso as suas tradicionaes honrarias”²⁰, ou seja, um acontecimento digno, por seu significado, de representar todo um povo diante de um momento específico, momento no qual este povo se traduz e que evoca como memória, tem um teor igualmente valorativo à história e à memória. Não apenas isto, o ritual de homenagem a tais momentos como o da adesão do Pará é também “onde aprendendo bellos ensinamentos [um povo] não o deixa passar sem saudar a sua sorridente aurora”, estabelecendo o caráter

²⁰ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / OdD nº 510.

perpetuador de valores e compreensões do mundo que estes fatos histórico representam através do retorno à respectiva memória por meio de sua celebração. Ambos insistem na construção do Regimento Militar como representante legítimo e mais afinado da sociedade paraense, e não apenas da sociedade em si, mas sim dos próprios “princípios conservadores da sociedade Paraense”, estendendo à sociedade como um todo a valorização dos ideais militares de ordem e disciplina, e mais ainda, buscando claramente louvar o valor histórico das memórias gloriosas que são formadoras e reprodutoras destes ideais e tradições.

Considerando que parte do oficialato, como dito, em especial os comandantes, sejam egressos do Exército é de causar certa estranheza um nível tão elevado de discurso valorativo ao regionalismo e mesmo a insistência na construção de tradições republicanas abertamente regionais, contudo a história dos mecanismos de manutenção da ordem pública no estado mostram uma faceta interessante desse “estrangeirismo” do oficialato.

A trajetória do Cap Baptista Cordeiro, morto na linha de fogo formada no leito do Vaza-Barris no ataque de 25 de Setembro, ainda que obscura, nos remete diretamente ao ano de 1891, no qual o encontramos auxiliando como Alferes o Cmdt Theodoro Bergk ao lado do também Alf Sabino Antônio Barbosa, levando o reforço de praças do Corpo de Bombeiros ao Cacaolinho²¹, o que lhe dá, quando de sua morte, pelo menos seis anos de vida militar no serviço de policiamento do Pará²², sendo o oficial no Regimento, dentre os que tem-se conhecimento pelas fontes, que teve o período mais curto de serviço.

Cel Sotero, Cap do 15º BI em 1887, assumiu o Comando do Corpo de Polícia da Província sendo elevado de posto, já que era exigido pelo regulamento o Comando de um Major, no ano seguinte devido à reforma regulamentar que assim estabelece, o Cmdt passa a Ten Cel. Contudo diante de acusações de maus tratos às praças, incorrendo inclusive a castigos físicos, bem como de adulterar o livro Mestre de registro de praças por interesse político²³, é exonerado em 1888. Interessante perceber que mesmo acusado de agredir praças, quando dos distúrbios de 1893 será o seu retorno que apaziguará os atritos entre praças da polícia e do Exército²⁴, mas este seu comando não gozou também de vida longa, pois no ano seguinte este Cmdt deixa o cargo então ocupado para assumir o 40º BI, retornando à força pública já no ano seguinte, de 1895, para Comandar o Regimento no posto de Coronel no qual

²¹ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, p. 90.

²² Durante toda a Primeira República e parte do Estado Novo o Corpo de Bombeiros Militar, ainda que com atribuições oficialmente distintas, desempenhará funções muito próximas às da polícia, auxiliando no controle a desordens e protegendo as instituições estabelecidas, eventualmente agindo como “Guarda de Honra” de autoridades civis. Vide: FARIAS, William Gaia. *Op. cit.*, 2005. pp. 146.

²³ Para o caso “Mão-de-Seda” ver: FARIAS, William Gaia. *Op. cit.*, 2005. *Loc. cit.*

²⁴ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* pp. 61-62.

finalmente se estabilizará até o ano de 1900, quando, por uma séria desavença com o gov. Paes de Carvalho, deixará o Regimento definitivamente após sete anos de Comando, cinco contínuos.

Fontoura, como já dito, iniciou carreira como Cmdt de Cia no Corpo Provisório de Linha no ano de 1890, sendo ascendido a Major no ano de 1893 e no ano seguinte, de forma pouco esclarecida, Rego diz ter o oficial conseguido da presidência da república o posto de Maj Honorário do Exército por “relevantes serviços à República durante a Revolta da Armada”²⁵. Não foram encontradas informações a cerca da natureza desses serviços, contudo, a vida militar de Fontoura passou-se toda no Regimento Militar do Pará, o qual comandou após a saída do Cel Sotero e apenas abandonou por motivo de saúde onze anos depois, somando no total 21 anos de serviço como militar estadual, tendo sido aparentemente um dos militares com mais longa carreira e o que maior tempo se perpetuou no Comando Geral.

Porém ainda após a sua saída a geração de militares da qual fez parte e que, podemos supor, ajudou a formar, ainda se perpetuou no Regimento. Em 1911, com a saída do Cel Fontoura, para o comando da agora nomeada Brigada Militar²⁶ aparecem os nomes dos seus comandantes dos 1º, Ten Cel Saturnino Euclides de Barros Arouck, e 2º Corpos, Manoel Alexandre da Camara²⁷, dos quais o primeiro assume o Comando Geral da Brigada. Arouck não era um desconhecido, o Cap Arouck viajou em campanha para a Bahia no posto de Cap Ten do 1º CI²⁸, um substituto para o posto regulamentar de Maj Fiscal, haja vista que o único Maj do 1º Corpo se encontrava Comandando o mesmo, o veterano Ten Cel Arouck permanecerá servindo a Brigada até o dia de sua morte em Setembro de 1915²⁹ e já que seria temerário, ainda que possível, supor que sua entrada no Regimento Militar teria sido anterior a 1897 em posto mais baixo, é razoável atribuir-lhe ao menos os 18 anos de serviço que compreendem o intervalo entre a guerra de Canudos e o seu falecimento no posto de Cmdt Geral.

Igualmente seu companheiro Cmdt do 2º CI não passou despercebido pelo capítulo anterior dessa obra, onde, à frente da 1ª Cia do 2º CI, teve participação de destaque na defesa das posições da área operacional da Brigada, e novamente formando a vanguarda do ataque ao arraial inimigo em 25 de Setembro, e não apenas aí, mas também ainda após o tiro no rosto do

²⁵ REGO. Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, p. 142.

²⁶ Com nova regulamentação e nova estrutura de efetivo, no ano de 1905 passa o Regimento Militar a chamar-se Brigada Militar do Estado, ver: MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 133.

²⁷ REGO. Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, p. 141.

²⁸ REGO. Orlando L. M. de Moraes, 1967, *Op. cit.*, p. 51.

²⁹ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 138.

Maj Calixto, que levou à sua posterior reforma do Regimento, assumiu Camara a função do Maj ferido.

Em substituição ao Ten Cel Arouck no Comando do 1º Corpo, é promovido a essa patente o então Maj Orvácio Deolindo da Cunha Marreca³⁰, ex-combatente da guerra de Canudos na qual foi Alf Secretário do 1º CI, e futuro narrador da participação desse Regimento na campanha. A última menção ao seu nome no estado efetivo será no levante da Brigada Militar no ano de 1916, quando, ainda Comandante do 1º Corpo, será preso por seus próprios praças por não aderir ao movimento que colocou Lauro Sodré novamente no governo do Estado³¹, o que lhe atribuiria no mínimo 19 anos de serviço no Pará. Contudo, Gomes Filho afirma, ainda que não apresente a fonte dessa informação, que Marreca teria servido na força policial por 30 anos³².

Após a morte de Arouck em 1915 assume o Ten Cel Miguel Francisco Fontelles³³ e como seria de se esperar, este oficial igualmente aos outros componentes da classe dos oficiais superiores teve seu papel em Canudos, onde Comandou a 2ª Cia do 1º CI³⁴, entretanto, o Comando Geral de Fontelles é mais obscuro, pois no ano seguinte, a parte concernente ao levante não toca seu nome, apenas já sendo noticiando o novo Comandante Geral, Cel João Baptista Cearense Cylleno, de proveniência desconhecida e cujo nome não está dentre os homens do Regimento na debela de Belo Monte, sendo provavelmente oficial do Exército nomeado para estabilizar a situação como parece ter sido *praxis*.

In extremis, após o levante de 1916 encontramos apenas dois veteranos de Canudos. O Ten Cel Raymundo de Oliveira Coutinho, também conhecido do segundo capítulo deste trabalho por ser o oficial que substituiu o Cap Cordeiro, morto em combate, como Ten Cmdt da 3ª Cia do 2º Corpo, agora era ele o próprio Comandante do 2º CI³⁵; diante da rebelião das praças de seu Corpo, e após a morte de um de seus oficiais e o ferimento de três inferiores que se lhe mostraram leais, recebeu de volta o Comando de seu Corpo conquanto aderisse à revolta e, posteriormente nomeia a si mesmo Comandante geral, abdicando à força, após a posse de Sodré, visto que, último remanescente do antigo alto oficialato, não foi ele, como esperado, nomeado Cmdt da Brigada, mas o dito Cel Cyleno, conseguindo, porém, permanecer por tempo não definido no oficialato da Brigada. E por fim o ex-Sgt Ajudante do

³⁰ *Idem.*, 137.

³¹ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, pp. 146-148.

³² GOMES FILHO, Gregório Ferreira. *Op. cit.*, 2006. p. 48.

³³ REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, p. 149.

³⁴ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / OdD nº 177.

³⁵ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* pp. 148-149.

1º Corpo em campanha na Bahia, o agora Cap João dos Santos Cardoso, oficial intermediário que, à revelia ao menos de dois dos primeiros regulamentos que a força conheceu durante a República, os quais não concebiam o Comando de Corpo a um Capitão, por ter participado ativamente na revolta ocupou o lugar do Ten Cel Marreca que fora preso pelos amotinados.

Como se percebe o desempenho das tropas da força pública estadual na campanha de Canudos legou ao Regimento Militar paraense 19 anos de Comandos Gerais, divididos entre Fontoura, Arouck e Fontelles. E mais que isso, aparentemente a atuação nessa guerra foi fator decisivo na distribuição de cargos de Comando, tendo em vista que os principais representantes do levante de 1916 eram inferiores ou oficiais subalternos e que não houve adesão dos altos Comandantes à exceção do Ten Cel Coutinho que aparentemente cedeu à coação, talvez esta afirmação guarde um dos motivos que corroboraram para a revolta.

Contudo, este não é o cerne do presente trabalho, e para os objetivos intentados é útil compreender de forma mais objetiva a formação de um alto oficialato na força pública que era eminentemente egresso dos “soldados da República” que se bateram em Canudos. No período final do Império e inicial da República a instabilidade política teve seu reflexo no Regimento, e o histórico do Cel Sotero com suas idas e vindas do Comando Geral é a prova disso, entretanto, tal qual a presidência de Prudente de Moraes no quadro pós-Canudos conquistou uma considerável estabilidade política a nível nacional³⁶, mais uma vez o mesmo parece ser válido para o Regimento e os onze anos de comando do Cel Fontoura e seu oficialato.

Como pudemos ver, estes oficiais oriundos das mais diferentes instituições e formas de vida militar encontravam no Regimento paraense, e isso pode ser percebido mesmo em seu regulamento de 1891, um regime disciplinar rígido para uma instituição diferente do Exército ou da Marinha, uma instituição que, ainda que valorizasse o voluntarismo, buscava estabelecer a uniformidade ideológica e moral de seus membros como se abstrai de seu discurso, regendo os horários, turnos de rondas, dos oficiais de dia; as faltas e as constantes iniciativas de penalizar e repreender os oficiais a caminho de Canudos que foram tratadas no segundo capítulo são bem prova desse caráter disciplinador que talvez tenha se intensificado na iminência do combate.

Nesse sentido percebe-se como o oficialato como instituição buscava controlar e padronizar a conduta dos hierarquicamente inferiores dentro da própria classe, transbordando

³⁶ Após a guerra de Canudos acentuou-se o processo visto desde 1895 de término gradativo da participação política dos militares, seu jacobinismo exacerbado e as constantes agressões exauriram o movimento, aliado à morte do futuro “herdeiro” de Floriano, Moreira César, e ao atentado ao Presidente Prudente de Moraes salvo a custo da vida do Marechal Bittencourt, não encontrariam os tenentistas e reformadores militares mais apoio à suas aspirações, a brutalidade da guerra de Canudos, em especial após a publicação de *Os Sertões*, destruiu o prestígio do Exército e demonstrou a força do governo civil de Prudente.

de “alto” para “baixo” uma ideologia que os distinguia e assemelhava simultaneamente, separando o oficial militar estadual do homem comum e parcialmente do próprio militar de posto mais raso, contra os quais as punições são menos freqüentes e principalmente, e isso se percebe ao ler as acusações, as repreensões eram menos severas, vide os desertores tratados no primeiro capítulo que são continuamente reincorporados enquanto o único oficial relutante em participar da guerra, o Alf Antonio de Macedo, por sua própria iniciativa foi exonerado, mas o seria mesmo que não assim pedisse segundo o Cmdt Sotero, porque sua conduta de recusar-se ao combate não condizia com o comportamento de um oficial.

O que se deixa transparecer é que as respostas às transgressões entre oficiais e praças, estes últimos em especial Cabos e Soldados, eram tratadas diferentemente porque as expectativas eram diferentes, formando, em um Regimento de homens distintos porque voluntariamente militares, um oficialato que era, nas palavras de Castro, o fracionamento de um grupo de pares³⁷, uma nova segmentação de “iguais” que eram, ou deveriam ser, “mais iguais” que os outros. Isto, de forma direta, leva a uma identificação distintiva, primeiro entre os militares do Pará e os outros, e a essa compreensão corroboram a percepção da unidade de ação destes oficiais e do senso de pertença que foram discutidos acima, como quando em 1893, o Cap Cmdt de Cia Solon Antonio de Miranda Henriques, segundo Marreca, em debate com seu comandante sobre os atritos entre praças do exército e da força pública estadual, repreendeu-o severamente porque seu superior assumiu que, caso as unidades entrassem em conflito aberto, tomaria partido das tropas federais³⁸, exemplo significativo, pois demonstra como o oficial hierarquicamente inferior estava disposto a desrespeitar a hierarquia, um dos próprios princípios basilares do Regimento, para tomar justamente a defesa de sua classe de militares do estado, bem como desse mesmo Regimento.

A segunda compreensão trata da distinção do oficialato como uma categoria separada e afeita a uma conduta diferenciada, e, contudo seja incontestável a importância da compreensão do processo de formação dessa identidade de “militares do Pará” no contexto mais amplo, para o objetivo pretendido deste trabalho de compreender a apropriação da Campanha de Canudos para a memória institucionalizada da força policial militarizada, se faz necessário que o foco se atenha justamente a este nível hierárquico.

Como marco ilustrativo, no levante de 1916 o alto oficialato da Brigada Militar do Pará, frente à rebelião de grande número de suas praças e a adesão de boa parte do restante, e

³⁷ CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª.ed. Ed. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2004.p, 26.

³⁸ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha.*Op. cit.* p. 67.

ainda da aparente aceitação popular à deposição do candidato eleito ao governo, Silva Rosado, e ao empossamento em seu lugar de Lauro Sodré, derrotado nas urnas, demonstrará uma considerável unidade de ação, se postando na sua quase totalidade contra a insurreição e tomando o partido de Rosado, candidato aceito como legalmente eleito. Marreca, então Comandante do 1º Corpo, trancado em seu Estado Maior, sitiado pelos revoltosos, ignorou de arma em punho a solicitação de um Sgt que o tinha sob a mira para que se rendesse, e depois, a de um Cabo de que entregasse a sua arma, apenas se deixando prender quando solicitado por um Tenente porque “vendo na proposta do dito oficial um ato digno e que de forma alguma o humilhava”³⁹ considerou a proposta aceitável. Este mesmo Ten, escoltando o Ten Cel Marreca declarou às praças a fim de prevenir qualquer ataque ao comandante rendido, “E’ o nosso comandante; a ele não se ofende!”, demonstrando que, contudo aderisse ao levante, não desrespeitaria seu superior desnecessariamente e tão pouco permitiria que o fizessem.

Igual comportamento o do Ten Cel Cmdt do Corpo de Cavalaria Artur Claudino de Barros que, levado preso até a residência de Lauro Sodré, quebrou seu sabre, o símbolo de comando e marca distintiva do oficialato, em um ato simbólico de desprezo pelo comportamento das praças amotinadas que o prenderam, e de revolta pelo absurdo que a situação representava, posto que, superada a resistência que a Cavalaria apresentou aos seus companheiros de armas, recebera este oficial seu comandante a mesma opção que o Ten Cel Coutinho, de aderir ou ser preso, optando ele pelo cárcere.

Estes exemplos são significativos, pois demonstram a disposição, ou indisposição, do oficialato diante de uma situação que simplesmente não era cabível na sua compreensão. Esse padrão de comportamento deve ser entendido de forma a se afastar da justificativa de um alinhamento político-partidário, na medida que estes oficiais da força estadual, veteranos de Canudos e ali presentes anos a fio, atravessaram governos de ambas as correntes políticas estaduais que polarizavam então o panorama político paraense, democratas e liberais, com a mesma estabilidade de ação e disposição, aparentam ter prestado seus serviços de maneira pouco distinta, e a manutenção destes oficiais na instituição, bem como sua progressiva ascensão que os levou aos postos de Comando indicam o mesmo, haja vista que a promoção do oficialato era dada por Decreto⁴⁰ e, por tanto, se fosse de outra forma, não conseguiriam nem uma coisa nem outra. Esta consonância de atitude considero na verdade apontar para a convergência de princípios morais e códigos de conduta regulares que eram compartilhados pelos membros dessa categoria de forma ampla, e forte o suficiente para levá-los a atitudes

³⁹ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 147.

⁴⁰ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. p. 68.

estremas e temerárias diante de uma situação na qual suas balizas comportamentais conflitavam com a realidade que confrontavam.

Considerando-se essa unidade de comportamento, poderíamos identificar aqui um código de conduta não escrito, algo muito semelhante ao que Castro encontrará nos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, Academia de formação de oficiais do Exército, já na segunda metade do século XX, compreendendo que, a par de suas individualidades e de seu nível de aceitação ou incorporação a esse padrão de comportamento, este código de conduta se trata de um *modus operandi* que se espera que seus membros apresentem diante de situações nas quais justamente a existência, ou a afirmação desse grupo social específico estão em jogo⁴¹. No presente caso, as respostas, ou uma das características dessas respostas do oficialato que foi paralelamente encontrado como oriundo à campanha de Canudos, será uma defesa severa da disciplina e da ordem dentro do círculo militar que estava convulsionado pelo levante pró-Lemos, a primazia da ordem e da hierarquia aparece quando este oficialato, completamente dominado pelo levante, insiste no respeito à hierarquia e no cumprimento de suas ordens, bem como, uma vez percebendo que sua evocação carece de efeito, a insistência no cumprimento de seu papel como oficiais, trazendo seus homens à disciplina, ainda que contra a sua vontade.

Contudo estes códigos informais não poderiam ser simplesmente comuns aos oficiais do Regimento ou Brigada, sendo sua formação militar de tal forma diversa. A composição desse sistema de valores e formas de comportamento só poderia ser estruturada de modo a conseguir abranger indivíduos socializados de formas distintas se constituíssem um ideal geral comum entre eles, um padrão de conduta e de personalidade que pudesse estabelecer os conceitos e significações especificamente condizentes com um objetivo maior que fosse homólogo aos seus integrantes, que representasse em certa medida a sua unidade, aquilo que para os cadetes da AMAN Castro identifica como um “espírito”

É latente a possibilidade de associações, tanto entre os casos, quanto entre as forças, já tendo sido demonstradas as extensas similitudes e as importantes singularidades existentes entre o Regimento Militar do Pará e as forças armadas, *strictu sensu* o Exército, percebe-se que suas funcionalidades, ainda que distintas, são perfeitamente intercambiáveis, exercendo, a partir de seu potencial coercitivo, funções mutuamente complementares na manutenção/alteração do *status quo* na sociedade, sendo que as diferentes frentes abarcadas pelas respectivas forças, a polícia ou o Exército, exigem, ou considera-se que exijam, certo

⁴¹ CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 2004,p, 96.

nível de especialização em seus papéis correlatos, contudo com plena possibilidade de se cruzarem. Nesse sentido, a atividade policial poderia ser, em certa medida, comparável a uma “missão”, ou à função prática do Regimento/Brigada e igualmente nessa medida seria plenamente palpável estabelecer, com as necessárias ressalvas, a possibilidade de se compreender a formação desse “espírito” nesta instituição de modo análogo ao processo do Exército.

Ponto importante desse “espírito” seria o fato de constituir-se em um constructo insubstancial. Baseado em George-Simmel e Levi-Strauss Celso Castro considera que é essencial a compreensão de que esse “espírito” ou identidade não pode, tal qual outros agrupamentos sociais, ser entendido de forma independente e auto-suficiente, mas sim como uma construção idealizada e de caráter eminentemente simbólico, é um perfil ideal, criado porque necessário para manter sintetizadas neste corpo abstrato o conjunto de características que, sem essa existência espiritual, estariam dispersas, sem um foco que permitisse a sua visualização⁴² e compreensão. Cria-se então, a partir desse “espírito”, o simbolismo que cerca a materialização da sua existência e fornece significados aos objetos representativos da identidade. Contudo, estabelecer esse tipo de espírito na vivência individual dos elementos de um grupo social não se dá de formas simples, muito menos um grupo cuja composição e formação de seus elementos, fatores de valor no processo de assimilação ou identificação com esta construção subjetiva e seus desdobramentos, são tão diversos ou desconhecidos como o oficialato do Regimento Militar do Estado. É precisamente nesse ponto que a interseção destes oficiais superiores para a campanha de Canudos, assume importância.

3.2 – A memória de Canudos e a construção da tradição policial militar.

Vimos como a guerra de Canudos, por se delinear em um espaço geográfico sertanejo que buscava justamente um relativo afastamento, aquilo que Galvão chamou de “retirada estratégica para entrincheiramento e fortificação”⁴³ de Conselheiro após o primeiro choque com as forças estatais em Masseté, teve um caráter extremamente interiorizado, principalmente à época da chegada da Divisão Auxiliar quando o palco de operações não se desdobrava nas proximidades de qualquer assentamento que pudesse abrigar os contingentes

⁴² CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 2004, p. 100.

⁴³ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op. cit.* p. 42.

militares, mas sim distante dias de viagem mesmo de seu posto mais próximo em Monte Santo. É então pertinente considerar o isolamento físico dos militares em campanha, que, mesmo se percebendo a gradativa “desmilitarização” dos combatentes que buscavam conscientemente ou não se adaptar as táticas e estratégias de um modelo de guerra que lhes era estranho, se não, oposto.

É possível na descrição de Euclides perceber como o acampamento se tornou uma forma de “micro-cosmo”, uma existência espacial que, parcialmente alheia aos desejos de seus membros, se impôs sobre estes pela própria situação de guerra e seus desdobramentos inerentes, criando uma área de caracterização única⁴⁴, na qual ambos os aspectos dessa campanha, o impacto psicológico do combate no sertão e em uma forma nova de guerra, e o isolamento individual que a manutenção das posições entrincheiradas e a superioridade de fogo inimiga determinavam, incidiam sobre estes militares de forma a estarem diretamente relacionados com a sua proximidade à linha de fogo. Estabelecia-se uma gradação através de uma região “mais desmilitarizada” próxima ao Quartel General, abrigado nas proximidades da Favela, região na qual, pela estabilidade da posição, encontrava-se uma relativa segurança, e a região “menos desmilitarizada” nas proximidades das linhas de cerco onde o processo de perda de certos atributos eminentemente militares pode-se considerar ter-se dado, não por uma demanda pessoal de adaptação em busca de conformação ou conforto no ambiente sertanejo, como o foram as barracas de folhagem vistas no capítulo anterior na paisagem da Favela, mas principalmente por uma necessidade técnica de emular a forma de combate inimiga para conseguir, tanto quanto possível, fazer-lhe frente, a exemplo da farda, abandonada porque chamativa, em detrimento da vestimenta sertaneja que menos se destacava ao “pardo da caatinga”.

Nesse sentido é interessante ressaltar que os postos das unidades da Brigada de Polícias foram justamente os pontos nos quais os contingentes teriam perdido menos o caráter de força militar e, justamente pela necessidade constante do combate, onde tiveram menor possibilidade de perder tal característica. Sem dúvida então que os militares do Regimento, e em especial seus oficiais, durante a sua estadia em Canudos tiveram a oportunidade privilegiada de interagir e compartilhar, estabelecer um maior contato e criar um campo propício para a identificação social, isolado do meio civil, em especial de familiares e de outras entidades da sociedade que não os militares.

⁴⁴ CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, 2003. pp. 98-100.

Evidentemente também que, por sua própria organização aquartelada, este isolamento já seria teoricamente uma característica inerente à sua vivência militar como comenta Rosenberg⁴⁵, mas diferentemente da sua disposição operacional em Belém, concentrada em quartéis distintos cuja organização era relativamente independente, em Canudos as unidades do Regimento Militar paraense encontrarão uma oportunidade de convivência próxima e inter-relacionada, agindo de forma complementar, os dois Corpos de Infantaria e o oficialato de ambos encontram a oportunidade de atuar e se perceber como um corpo coeso e importante dentro de um todo complexo, nomeadamente as forças em operação, e diante uma situação limite, o estado de guerra e mais especificamente o combate; e aqui compreende-se o terreno fértil para a criação de uma identidade específica à instituição que já apresentava, como foi tratado anteriormente, paralelamente ao Exército, os contornos de uma identidade própria. Parafraseando Lévi-Strauss na obra de Castro, “o combate é ‘bom para pensar’”⁴⁶. E é justamente com a necessidade de estabelecer e legitimar essa identidade, esse “espírito”, que desdobra-se ao longo dos anos a criação da memória e da tradição. Conceito tão explicitamente valorizado pelos militares do Regimento paraense que conhecemos ao longo deste trabalho e que, mesmo por eles teve seu caráter perpetuador reconhecido.

Essa criação ou “invenção” da tradição nos termos de Hobsbawm é um desejo manifesto no discurso de ambos os Comandantes do Regimento. De modo que a necessidade de afirmação dessa identidade em processo de estabelecimento no Regimento Militar paraense visava tê-lo como entidade singular, levando à estruturação de uma cultura própria e distintiva. Este autor considera que tais momentos, como este da conformação política e ideológica do militar na transição do século XIX para o XX, de intensa e célere transformação social, nos quais os padrões de referência sociais são destruídos ou substituídos por novos paradigmas, levando à destruição ou ao esvaziamento de tradições mais antigas que não apresentaram um nível de dinamismo e flexibilidade suficientes para adaptar-se à nova conjuntura, ou justamente devido à inexistência da estrutura anterior que lhe embasava perderam a sua pertinência, sendo incompatíveis com a nova conformação, são os mais propícios ao processo de “invenção” de novas tradições que se concatenem com a situação hora vigente⁴⁷.

No caso específico da força pública paraense o momento de desenvolvimento destas práticas é mais claramente identificado justamente após o levante de 1916 que aparenta

⁴⁵ ROSEMBERG, André. *Op. cit.* pp. 58.

⁴⁶ Lévi-Straus, 1980; 165-166. *Apud*, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 2004,p, 100.

⁴⁷ HOBBSBAWM, Eric. . *Op. cit.*, 2008. p. 12.

representar uma ruptura dos ideais vigentes, ao menos para o oficialato instalado no Comando, mas, contudo tenha havido uma quebra de estrutura de Comando, os modelos ideais demonstram uma permanência e uma iniciativa de valorização institucionalizada dessa memória, como bem se pode considerar a partir do estabelecimento, em 1924, do dia 25 de Setembro como o Dia da Força Pública do Estado⁴⁸ e as iniciativas de construir um retrospectivo histórico da polícia, nos anos de 1917, 1928 e 1938⁴⁹, muito embora a já relatada sobrevivência destes valores e a primazia dos “oficiais de Canudos” no topo da hierarquia militar estadual seja um indício de que a construção dessa tradição antecede a revolta. Nesse processo de oficialização da construção de uma memória policial militar projetada sobre Canudos a obra de Marreca terá um papel fundamental.

Segundo Gomes Filho o trabalho de Marreca não seria o primeiro sobre o tema, datando duas obras de Artur Viana, uma de 1899 e outra de 1904⁵⁰, das quais a nenhuma foi possível o acesso para contribuírem a esta obra, ainda que sua existência já contribua como indicativo de algum interesse pelo tema. Quanto ao trabalho de Marreca, será apenas 40 anos depois da queda de Canudos que seu “A Milícia Paraense e sua Heróica Actuação na Guerra de Canudos” será publicada, obra igualmente não encontrada, sendo aqui analisado seu trabalho de 1940 que, realizado a pedido do Comando Geral da Brigada, tem o fim expreso de

“narrar com fidelidade as suas funções capitais, as fâses de instrução intelectual, moral e física, os seus surtos de progresso, em fim, a sua vida laboriosa e fecunda, que une fraternalmente todo um passado a um presente cheio de úteis atitudes, [e] por isso mesmo, a fonte em que todos os seus componentes vão buscar os elementos sólidos e indispensáveis para consubstanciar os seus [da corporação] trabalhos ou narrativas cívico-militares.”⁵¹

nascendo, deste modo, com a finalidade oficial e expressa de fomentar a criação da tradição e cultura policial militares, Marreca, imbuído da autoridade de uma testemunha ocular da campanha, narra com verborragia e riqueza de detalhes o combate, o cenário de campanha e

⁴⁸ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* pp. 183-184.

⁴⁹ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 38.

⁵⁰ GOMES FILHO, Gregório Ferreira. *Op. cit.*, p. 48.

⁵¹ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* pp. 39-40.

alguns personagens que considerou merecessem destaque durante o desenrolar da história, levando a uma “verdadeira jornada pelos campos de combate do sertão baiano”⁵².

Gomes Filho considera que Marreca apresenta uma “tendência” de retratar os membros do Regimento de forma heróica, e de transformar o combate de 25 de Setembro no “combate decisivo para a vitória das forças governamentais”⁵³. Quando tratando do momento em que, no leito do rio, a tropa recebia seu “batismo de sangue”, o quadro que o leitor é levado a abstrair delineia uma situação dramática:

“Crepitavam os tiroteios ininterruptos, zuniam as balas esfusiantes, do outro lado, crepitava feroz, continua e ensurdecedora a trabucada, as lazarinas ligeiras, os bacamartes ‘boca de sino’ e as ‘manoliches’ dos ‘conselheiristas’.

As baixas aviltavam as dezenas; o leito do rio já se achava juncado de cadáveres, o heroico capitão Cordeiro, ao ver recrudescer o combate, se colocará a frente de sua companhia, onde o projétil de um trabuco inimigo traspassou-lhe o peito, atirando-o ao solo, instantaneamente morto; apesar de procurar ampara-lo, pegando num de seus braços, o tenete Rosa Chavez”⁵⁴

Evidentemente não existem condições de refutar tal narração, haja vista não haverem maiores indícios que não justamente Marreca, a testemunha ocular a quem se pôde recorrer, além de se dever considerar a dramaticidade estilística inerente às obras mesmo “racionalistas” ainda influenciadas pelo romantismo do XIX como Euclides é igualmente exemplo, também não se pode negar o aparente esforço de exaltar o heroísmo da tropa, ainda que a seu favor o leitor tenha de considerar o impacto psicológico da já tratada vantagem tática que a apropriação das armas da 3ª Expedição concederam aos canudenses, existe outro ponto a se considerar nesta passagem, o Ten Rosa Chavez, mesmo em campo aberto, e julgando que na linha de defesa dos jagunços se somavam os homens que deveriam fazer a proteção dos limites de Canudos e aqueles que haviam recuado da trincheira do capinzal, desalojados pelos paraenses, provavelmente sob intenso fogo, se expôs ainda mais na tentativa de socorrer seu Capitão.

Este não foi o primeiro e nem o último momento em que essa disposição em ajudar seus camaradas foi evocada. Enquanto marchava com a 1ª e 2ª Cia do 1º Corpo ao encontro da linha de ataque, Orvácio testemunha que o primeiro ferido que viu, o Sgt Raimundo de Vasconcelos, recuava “amparado por dois músicos, para o Hospital de Sangue, ligeiramente

⁵² GOMES FILHO, Gregório Ferreira. *Op. cit.*, p. 50.

⁵³ *Idem.*, p. 51.

⁵⁴ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p.87.

improvisado e rapidamente instalado no acampamento do 2º Corpo”⁵⁵, e de mesmo modo solícito o Comandante da Brigada, Cel Sotero, ferido, será carregado nas costas pelo Alf do 24º BI José Campelo. Quando ordenado à retirada, Marreca considera que a Fontoura “custava-lhe mais que todos os sacrifícios até então suportados [...] Abandonar [...] aquele terreno coberto de sangue de seus companheiros”⁵⁶ e o mesmo zelo se atestará na solicitação de Fontoura para que, após o combate, o Comando intercedesse pelos feridos que se encontram em más condições no hospital improvisado⁵⁷.

Sem dúvida estas demonstrações de disposição em socorrer os companheiros em necessidade de forma indistinta, praças ou oficiais, buscava representar exatamente o companheirismo e a unidade do contingente que, independentemente de postos, era formado por homens livres cujas vidas eram de importância para o Regimento e para o corpo de militares como um todo, de modo que era papel deste mesmo grupo zelar pela integridade de seus membros. Ainda que esta camaradagem não seja corporificada idealmente em uma figura específica, está pulverizada no comportamento recorrente dos militares paraenses como um todo, e é transcrita por este mesmo termo, usado tanto por Fontoura quando por Sotero quando, em uma ocasião importante, evocavam os valores do Regimento como um todo, sempre recorrem aos “Camaradas!”.

Neste sentido simbólico de valores, tem-se a extrapolação de uma figura poética, no momento de invadirem a baionetas os abarracamentos Marreca compara os soldados paraenses avançando quase em fila para o interior do arraial com “carneiros de Panúrgio”⁵⁸. Personagem do escritor francês Rabelais, Panúrgio se desentende com um vendedor de carneiros em uma viagem de barco, então compra-lhe o carneiro que mais balia e atira-o ao mar, levando todo o rebanho a segui-lo por instinto, inclusive o próprio vendedor que buscava salvar sua mercadoria. Desde então a expressão é usada para designar pessoas que seguem outras sem refletir, mas o tom elogioso do uso deste figurativo é justamente revelador do comportamento que Marreca espera das praças do Regimento, os quais, uma vez incitados pelo “carneiro que mais balia”, amantes da ordem e disciplina, deveriam acompanhar sem refletir, alheios à própria segurança.

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ *Idem.*, p.92.

⁵⁷ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 488.

⁵⁸ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p.90.

“Dando cumprimento á ordem recebida, José Lourenço leva a corneta aos lábios, tendo nesse momento sido arrebatada a mesma, por uma bala que levou-lhe o respectivo bocal.

Calmo, sereno, sem o menor traço de agitação, José Lourenço junta o instrumento arrebatado e, metendo a mão no boral, tira outro bocal e inicia o toque, interrompido ao soar a primeira nota por outra bala que, atravessando-lhe o peito prosta-o morto no solo.

Um outro corneteiro então executa o toque ansiosamente esperado por Fontoura.”⁵⁹

Vê-se aqui como este momento, em que, preso ao leito do Vaza-Barris, Fontoura opta pelo toque de carga para desentrincheirar o inimigo e salvar seus homens da derrota, é bem elucidativo quanto a isso. Na narração de Marreca o Corneta-Mor, impávido, cumpre sua ordem, não lhe importa o perigo a que se expõe, menos ainda o primeiro impedimento ao cumprimento da ordem que recebeu, possuía ainda outro bocal, a “munição” de seu ofício, então continuou, de forma abnegada e desprendida de sua própria segurança, a missão que lhe havia sido delegada, pagando com a vida. Homólogo comportamento se segue, o ponto alto do combate, e repete mesmo a figura do comportamento “carneiro” quando descrita a carregada de baionetas.

“...era assaltada á baioneta a trincheira ‘conselheirista’, (...) cujos defensores, num último lance de desespero, fuzilam os atacante com redobrada intensidade.

O impeto foi leonino, o movimento foi geral; aquele **rebanho** inteiro de homens agiu como se fora movido por uma unica personalidade...”⁶⁰

Aqui tanto a unidade de ação quanto a disposição da tropa de fazer o que fora designada são reincidentes, bem como novamente a figura do movimento de “rebanho” que justamente corporificava essa comunhão entre os militares do Regimento. Unidos pelo dever e guiados pela “personalidade” de seu líder, tudo mais além de seus objetivos designados era de somenos importância, a segurança pessoal seja de praças, seja de oficiais, estava relegada a uma posição posterior ao objetivo. Esse desprendimento pessoal acerca da integridade física se reforça pouco depois.

“Combatentes, salpicados de sangue, com a morte dita dos olhos, êntre milhares de projetís que rebentava sem cessar, tropeçando sobre cadáveres, feridos e agonisantes, todos se empenhavam na luta

⁵⁹ *Idem.*, p.89.

⁶⁰ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p.89. (grifo meu).

com louco ardor, avançando, avançando sempre, levando tudo de vencida...”⁶¹

Igualmente notável era a sua disposição para o combate e o cumprimento das responsabilidades que lhes era atribuídas como representantes da pátria de “monitores do Amazonas”, pois é sempre acentuada a sua prontidão, como após determinada a ordem de batalha, quando “A ala direita do 2º Corpo foi, em cumprimento á ordem recebida por Fontoura, **pressurosamente** posta em forma e se **aprestava** para seguir...”⁶². A postos estava também o Sgt José dos Santos que trazia a requisição para uma ala do 1º Corpo a este chegou “esbaforido e arquejante”⁶³ pela jornada em acelerado. Logo em seguida encontra-se:

“...num ápice estava todo o Corpo em formatura regular.

Ouvir ao emissario e cumprir a ordem recebida foi cousa de rapidos momentos; gastando-se alguns instantes, apenas, em retirar de forma muitas praças e alguns oficiais que insistiam em querer seguir para o combate, o que, entretanto, só foi conseguido em parte (...).

De armas suspensas e em fogoso acelerado, a ala direita do 1º Corpo venceu a distancia que medeia entre a Favela e o Forte ‘7 de Setembro’, em rapidos instantes...”⁶⁴.

Em suma, e o que as análises posteriores nos demonstram, é que este militar destemido, disciplinado e disposto ao combate, tem como sua principal característica e o valor maior de seu papel a ação, a atividade regida por seus superiores qualificados a exercer suas funções de liderança, sob cujo comando mesmo que diante da pior ameaça não se furta ao cumprimento dos deveres a ele atribuídos, agindo de bom grado e com a ferocidade que lhe é devida pela paixão que deve ter pelos ideais republicanos que o movem. As análises acerca do Regimento que se desenvolveram nos capítulos anteriores mostram, entretanto, uma tropa que mesmo não sendo teoricamente constituída nas mesmas bases sociais que o Exército, demonstra lidar com problemas e limitações bem parecidas em termos de manutenção de efetivo e de disciplinarização.

Aqui encontra-se talvez o reflexo de 1916 na obra de Marreca, o qual, sendo um dos comandantes “exonerados” por seus próprios homens nessa data, em sua narração exaltacionista da campanha de Canudos, encontraremos nos praças que narra um comportamento inteiramente inverso, estes soldados paraenses formam uma espécie de

⁶¹ *Idem.*, p.190.

⁶² MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p.86. (grifos meus).

⁶³ *Idem.*, p.86.

⁶⁴ *Idem.*, pp.86-97.

modelo do ideal de soldado-cidadão que era o predominante nas duas primeiras décadas da república, apaixonados pelos ideais que os mobilizam, estes representantes da “Pátria paraense” demonstram um heroísmo que representa igualmente a sociedade paraense como um todo, com o adendo de que, ainda que sejam corações inflamados pela causa republicana, ainda assim são dóceis à seus comandantes, característica ausente no “colapso da disciplina” que Marreca, à guisa de sua pretendida imparcialidade, tanto condena em 1916⁶⁵.

Este “modelo” de coragem militar aparenta poder ser extrapolado para os oficiais, com o adendo para estes de um dever, o de zelar pela disposição das praças, como no momento em que os Maj Calixto e Cap Asclepiades “num golpe de audácia”⁶⁶ desceram ao leito e incitaram, de sabre em punho, os praças que buscavam refúgio no barranco oposto à trincheira, a transporem-na e dar combate ao inimigo, o custo da audácia foi a queda do Cap ferido no braço. Em situação parecida caiu o Cap Batista, que foi morto em frente às próprias linhas diante de sua Companhia, tendo ali se posicionado no momento em que considerou “recrudescer o combate”⁶⁷ empenhando-se em conseguir o desprendimento da tropa pelo exemplo de coragem. Esta disposição de “liderança pelo exemplo” encontra para o Regimento do Pará seu epítome no comportamento homólogo do Cel Fontoura.

Fontoura assume em Marreca um nível de destaque especial, mais que heróico, ao contrário das características ideais mais identificadas com as praças mostradas anteriormente, e que estão dispersas por vários personagens ou pela unidade da tropa, a figura do Ten Cel Fontoura toma um apanhado de todos os valores que o autor considera caros tanto ao todo do Regimento quanto aos oficiais. Fontoura, tal qual o Cap Batista, salta em “resolução singularmente estoica”⁶⁸ avançando ao centro do leito, frente à linha de combate, e tal qual Calixto ou Asclepiades, de sabre em punho, organiza e anima seus homens, lidera pelo prestígio e inspira pelo exemplo, toma como se sempre tivesse sido seu o dever que acabara de cair em suas mãos, comandar. E não apenas isso mas, a ele são atribuídas todas as características simbólicas que caracterizam o militar da época, o “brioso oficial, cheio de pundonor”⁶⁹ torna-se maior que si mesmo quando assume o comando, incendeia o ardor combativo de seus homens unidos pelo “fio de ouro do mesmo ideal” e motivados pela liderança de Fontoura, ao lado do herói de Marreca os soldados são a personificação do

⁶⁵ *Idem.*, p.154.

⁶⁶ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p.88.

⁶⁷ *Idem.*, p.87.

⁶⁸ *Idem.*, p.89.

⁶⁹ *Idem. Loc. cit.*

soldado-cidadão ideal, avançando com disciplina e lutando com paixão pela causa e pela Pátria.

De modo auspicioso, o herói de Canudos para o Regimento paraense não é egresso do Exército, como fora mostrado ele é primeiramente um militar do estado do Pará, nascido igualmente nesse estado e oficial do Regimento desde a “forma” anterior que assumira. E isso será de vital importância para as proporções que sua imagem assumiu, palavras do próprio Marreca, que considera ter Fontoura agido “como paraense nato que era”⁷⁰. Quando motivando a tropa é esse “patriotismo regionalista” que o Ten Cel Fontoura evoca, é sob o seu “Viva’ ao Pará”⁷¹ que a linha inteira lhe responde e se salva do “colapso moral e de desânimo!”⁷². O marco da vitória de 25 de Setembro, o desfraldar das bandeiras, nesse momento não se contentou apenas com a flâmula nacional, ordenando que fosse trazida a do Pará desde o acampamento para que se desfraldasse o estandarte estadual ao lado do nacional⁷³.

No impasse gerado pela operação não autorizada, a defesa de Marreca em mostrar Fontoura como um militar exemplar, “Inteligente e enérgico” para perceber o movimento de flanco do inimigo que a Artilharia sinalizava, salvando o avanço paraense⁷⁴, e paradoxalmente comprovando suas capacidades militares e seu patriotismo, decidiu-se por desobedecer a ordem de retirada, indisciplina que mais tarde seria tratada como o atestado ao bom militar que era o comandante do ataque pelo autor, diferentemente do que se esperaria de outros, a iniciativa do ataque, e principalmente a opção pela desobediência à ordem superior, sendo de Fontoura, tinha de ser entendida dentro de seu contexto.

“...tendo o seu proceder rigorosamente enquadrado na latitude deixada para a execução prática dos serviços de campanha, tal seja uma iniciativa refletida e fecunda.

O militar, devendo adotar rapidamente a solução que melhor se coadune para salvar uma situação iminentemente perigosa, assume, por isso mesmo, sob sua inteira responsabilidade, o dever de cooperar inteligentemente para o fim a atingir.

Era o que acontecia á Fontoura. (...)

Naquele extremo de sua vida, Fontoura sentindo flamejar em seu coração o fogo da indignação, ateadada pelo sentimento do patriotismo, colocou a cima de tudo, o brio militar.”⁷⁵

⁷⁰ *Idem. Loc. cit.*

⁷¹ *Idem. Loc. cit.*

⁷² *Idem.*

⁷³ *Idem.*, p.91.

⁷⁴ *Idem.*, pp.90-91.

⁷⁵ *Idem.*, p.92.

Com a nova ordem de manter posições afirmava-se então a vitória do dia de mais intenso combate das forças paraenses que viam incessantes tiroteios desde sua chegada ao campo de batalha. Contudo tenha de ser considerado o fato de que tal investida não encontrasse relatada nas diversas Partes que as diferentes unidades e mesmo o Gen Cmdt-em-Chefe deram da campanha e que foram anexadas ao Relatório do Ministério da Guerra de 1897, não se pode menosprezar a importância estratégica do 25 de Setembro. As tropas paraenses fizeram a primeira investida contra o arraial após o fechamento completo do cerco no dia 23 deste mesmo mês, entraram na área mais povoada, o “coração” do arraial seguindo a mesma frente que, no início de Outubro toda a força em campanha seguiria, bem como conquistando parte da futura linha de avanço da 6ª Brigada no combate para tomar a Igreja Nova⁷⁶, tomaram definitivamente uma das poucas aguadas que o leito seco guardava, contudo, a maior vitória aparenta não ser para o todo a guerra, onde teve destacado papel, mas em 25 de Setembro, parafraseando Marreca, “Triunfara o Pará”⁷⁷.

Interessante notar que as investidas posteriores, tanto em 1º quanto em 5 de Outubro não receberam a mesma atenção que a de 25 de Setembro nem quando se trata de ambos os autores, Rego ou Marreca, nem da memória da guerra de Canudos e seu legado “oficial” seja na Brigada Militar ou seus desdobramentos, seja na atual Polícia Militar. Considere-se a possibilidade de ser porque, em primeiro lugar, o nível de importância estratégica do papel da tropa paraense foi obviamente discrepante, em 25 de Setembro a Brigada de Polícia e nela a tropa paraense formaram a força principal, em Outubro, no papel de suporte de retaguarda a força não propriamente agiu, mas coadjuvou os Batalhões de frente, uma mobilização em conjunto que, sem dúvida foi importante para a identificação de força militar dos paraenses, mas que, entretanto, não teve a mesma intensidade ou teor regionalista de 25 de Setembro. E em segundo lugar, falando mais especificamente de 1º de Outubro, foi uma derrota, os homens de todas as frentes estancaram, e com um número absurdo de mortos, e em 5 de Setembro, a vitória na prática, logo será uma derrota ideológica.

No caso do Pará, mesmo após o “*mea culpa* generalizado”⁷⁸ que acometeu a população brasileira no fim da guerra, reconhecendo os canudenses como representantes de uma cultura primitiva e inculta, mais do que monarquistas e bandoleiros afrontando a república, e levando o Exército em seu comportamento considerado desumano para com os

⁷⁶ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, pp. 135-138.

⁷⁷ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p.93.

⁷⁸ GALVÃO, Walnice Nogueira. *Op. cit.* p. 96.

jagunços a cobrir-se de infâmia e descrédito, Marreca conseguiu conciliar a natureza de “inimigos” dos canudenses e o reconhecimento de sua bravura e capacidade combativa. Não é em vão usada a figura recorrente de “Termófilas” para o arraial no qual “nossos irmãos Baianos, [...] mostrando serem Brasileiros, disputaram palmo a palmo o terreno do seu *habitat* como os lendários espartanos”⁷⁹, pôde então igualmente glorificar paraenses e conselheiristas.

Nesse sentido de exaltação da participação paraense, alimentado pelo regionalismo latente, o Fontoura de Marreca aparece como aquele “constructo ideal” do qual Castro fala, aquela entidade que sintetiza as características próprias do grupo em questão. O Fontoura que Marreca mostra no comando dos paraenses em Canudos personificou em si a forma de liderança que Castro, embasado mais uma vez em Simel, denomina por ascensão pelo “prestígio”, a qual deve sua fonte à influência individual, e comando pela “autoridade”, cuja primazia não advém da individualidade, mas de uma força social impessoal⁸⁰. Conquistou Fontoura a segunda quando o Cel Sotero, ferido, se retirou do combate, e a primeira quando, no leito do Vaza-Barris, compartilhou do destino de seus homens e partilhou o próprio denodo com eles.

O Ten Cel Fontoura representou não apenas uma liderança incontestada, por representar ambas as formas de autoridade, a institucionalizada e a pessoal, mas igualmente simbolizou em seu comportamento o valor guerreiro que se esperava de um militar, o desprendimento em se arriscar e a prontidão em servir em nome dos ideais do Regimento, reiterando uma função que era estabelecida para a força pública em tempo pretérito. Lutaram os mais antigos destes homens pela causa da legalidade e da ordem instituída em 1891, no Cacaolinho, mesmo contra seus iguais, fizeram novamente em 1893, seja contra uma ameaça real como a revolta “herdeira” do Cacaolinho⁸¹ ou contra os outros grupos militares que então se atriavam.

Hobsbawm considera justamente este tipo de fenômeno quando observa o processo de estruturação e invenção das tradições. Este autor salienta como as sociedades ou grupos sociais recorrentemente utilizam, na medida do possível, a história como “legitimadora das ações” e também como “cimento da coesão grupal” no sentido de atribuir através da continuidade uma existência que se afirme por si mesma e dispense justificção, e cujos atos igualmente auto-justificados encontrem precedentes que sirvam de referência⁸². No caso do Regimento, contudo seu processo de auto-afirmação possa ser encontrado em período

⁷⁹ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p.297.

⁸⁰ CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 2004.pp, 27-28.

⁸¹ Sobre a Revolta de 11 de Junho e o combate no Cacaolinho ver: FARIAS, William Gaia.2005. *Op.cit.*

⁸² HOBBSAWM, Eric. *Op. cit.* 2008. p. 21.

anterior, a guerra de Canudos aparenta ser o marco para o qual a memória institucional constantemente retorna.

Marreca, quando acuado no comando do 1º Corpo em 1916, avaliará a pouca confiabilidade de dois oficiais que dispuseram-se a apoiar-lhe contra os rebeldes, recuará à participação destes na Bahia em 1897, “...pesava sobre estes dois oficiais acentuada nota de fraqueza, assim é que por tal foram rebaixados em Canudos, quando inferiores, por se haverem deitado, sem ferimento algum entre os mortos...”⁸³, estruturando a compreensão da guerra de Canudos mais uma vez como um atestado de valor militar aos soldados.

Quando da morte de Sotero em 1921, a este oficial é despendido o respeitoso tratamento de um “companheiro de armas”, o **Marechal** Sotero, do Exército Nacional é um “veterano da guerra do Paraguay, cuja campanha fez do princípio ao fim, sendo condecorado pelo seu proprio paíz, pela Argenina e pelo Uruguay”, com extensas qualidades de militar e soldado, mas o qual, em termos de serviço militar prestado ao Pará mereceu apenas o pontual comentário de ter conduzido o Regimento a Canudos⁸⁴, valendo uma ênfase ao uso do verbo “conduzir”, pois aparentemente, para a campanha de Canudos, o verbo “comandar” estava dedicado a Fontoura.

Entretanto, Fontoura, em seu falecimento no ano de 1923 é lembrado como modelo de militar dedicado ao estado, presente na força pública desde o “nascimento” desta, em sua “indômita bravura” assumiu a responsabilidade de carregar o nome e a honra de seu estado natal aos confins da Bahia, demonstrando pelas suas qualidades e pela importância que assumiu a operação que “...não tinha perecido com Gurjão, em Itororó, o valor guerreiro dos filhos do Pará”⁸⁵. Assumiu assim Fontoura a representação máxima do militar e do paraense e isso se provou tal qual no julgamento de Marreca acima, pelo “atestado de valor” que representava a sua passagem pelo “batismo de sangue” no sertão baiano.

A virada do século XIX para o XX encontrou um momento de reestruturação das instituições como um todo, com o surgimento do conceito de estado nação, e a organização das relações de produção em “economias nacionais” através do planejamento econômico em nível de país, diversas relações sociais viram-se esvaziadas ou reformuladas; em especial a burocratização, a padronização administrativa dessas unidades nacionais e a formalização da educação oficial levaram à transformação de diversos setores da sociedade, mais especificamente levaram nas sociedades como um todo à conversão de “pessoa” em

⁸³ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 147

⁸⁴ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* pp. 169-170.

⁸⁵ *Idem.*, pp. 179-180

“cidadão”⁸⁶. Nesse sentido pode-se compreender que tanto a própria atividade policial, quanto, e principalmente, a identidade da força pública do Pará, recém egressa do regime imperial passavam até 1897 por um processo de conformação a uma nova identidade, de forma associável a um processo que é percebido no Exército através daquilo que José Murilo de Carvalho chama de “Ideologias de Intervenção”⁸⁷, nas quais encontramos uma busca desta força militar por conformar-se dentro de um lugar social uma vez que havia se desestruturado a referência do papel do Exército Imperial a partir da proclamação da república. Igualmente a força pública buscará definir-se, estabelecer-se e legitimar-se em sua função social.

O discurso recorrente do Regimento Militar do Pará acerca do papel ideológico da própria instituição e as demandas sobre seus soldados que puderam ser estudados ao longo do presente trabalho, indicam um esforço constante em projetar e estabelecer firmemente sobre o corpo de militares da instituição a sua identidade e a função primeira expressa já oficialmente em seu próprio regulamento “a manutenção da ordem e a garantia das instituições republicanas” seja em 1891 na sua re-fundação⁸⁸, seja em 1894 quando da sua reformulação e expansão⁸⁹, transformado homens de uma polícia imperial em “soldados da República”.

A partir dessa compreensão, a participação paraense na guerra de Canudos terminou por ter diversas funções no que concerne aos militares do Pará primeiramente porque, se observada da mesma forma que Hobsbawm percebe o fenômeno da invenção da tradição e da identidade alemãs a partir da guerra franco-prussiana⁹⁰, em um e em outro caso, desenvolve-se um esforço conjunto e integrado de grupos distintos que pretendem certo nível de unificação. Dentro da curta história republicana do Brasil em 1897, Canudos representou a afirmação da unidade nacional consentida pelos paraenses combatendo ao lado do Exército Nacional contra um inimigo da República e, por tanto, do país, representou igualmente a afirmação do Pará como um estado que se pretendia forte e próspero um dos poucos que enviaram suas polícias em auxílio ao Exército em Canudos, ao lado apenas da Bahia, diretamente envolvida, de São Paulo e do Amazonas; ainda tal e qual as guerra de unificação, em Canudos afirmavam os paraenses também a unidade a partir da contrariedade, uma

⁸⁶ HOBBSBAWM, Eric. *Op. cit.* 2008. pp. 271-273.

⁸⁷ Em seu primeiro capítulo Carvalho demonstra as “correntes ideológicas” que predominaram no Exército durante a 1ª república, demonstrando como estas ideologias influenciaram numa maior ou menor disposição de intervencionismo militar na política nacional, passando do “soldado-cidadão reformista”, por uma aspiração à profissionalização não-intervencionista e chegando a uma ideologia de intervenção como “corporação” dentro de uma lógica profissionalista. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, 2005. pp.13-61.

⁸⁸ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Decretos do Governo Provisório de 1891. p. 267.

⁸⁹ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis e Decretos de 1894 p. 65.

⁹⁰ HOBBSBAWM, Eric. *Op. cit.* 2008. pp. 282-284.

“contrastividade” que Castro debate, colocando a formação da identidade por um movimento duplo de distinção e de associação de indivíduos⁹¹, estabelecendo na oposição contra os jagunços a identificação como militares.

Mais especificamente para os militares do Pará como instituição, a campanha estabeleceu um momento limite, seja em termos de convivência, seja de cooperação ou mesmo de operação, com o isolamento exacerbando o potencial das relações interpessoais e comunitárias, e mais ainda, na imagem estereotipada de Canudos como antro de bandoleiros, desordeiros e monarquistas o Regimento encontrou o epítome da própria missão que lhe cabia, naquela cidadela considerada

“...um acidente monstruoso das aluviões morais do sertão: truculência das lutas primitivas, a rudeza dos instintos agrestes, a credence da discultura analfabeta, o banditismo predatório do crime, a pugnacidade implacável dos ódios locais, a escória promiscua do campo e da cidade, as fezes do ócio, da miséria, da tarimba e da penitenciária, todos esses sentimentos orgânicos da anarquia, derivados de todos os pontos do Brasil”.⁹²

a tropa de polícia, encontrava a mais alta realização de sua função institucional e enfrentava o “banditismo” e o inimigo interno talvez com mais propriedade de “missão” que o próprio Exército, e ainda que dentro em pouco a imagem desses jagunços sofra uma reviravolta espantosa, para os militares paraenses mais relevante que o inimigo mais tarde identificado como “irmãos incultos” foi o feito de 25 de Setembro, foi o desempenho de seu papel de mantenedor da ordem e das instituições, e mais ainda, o exemplo de iniciativa, senso de dever, tenacidade e vigor combativo do soldado paraense, soldado da República, e todas estas características ideais se corporificaram no constructo de seu líder nessa “cruzada” pela República, Fontoura.

Celso Castro identifica a questão da ritualização e da construção simbólica não apenas como marcador de pertença, mas igualmente como um caráter perpetuador de valores, como já muito tratado aqui. Castro debate a forma como à frente de Benjamin, “O Fundador”, Deodoro, “O Proclamador” e Floriano, “O Consolidador” sobressaem os cultos a Osório, o soldado-cidadão da primeira república, que representava seu modelo militar combativo e com ênfase na moral e no ímpeto, e Caxias, o aristocrata-estrategista cujo culto o definia como ideal militar com a finalidade simbólica de cultivar a disciplina, a legalidade, a consternação e

⁹¹ CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 2004, pp. 100-104

⁹² *O Diário de Notícias*, 29 de julho de 1897. In: GOMES FILHO, Gregório Ferreira. *Op. cit.*, 2006. p. 20.

a ordem⁹³. Desta feita e sob a mesma perspectiva, o papel de Fontoura aparenta ser o de representar o ideal do oficialato policial militar como um todo, bem com possibilitar que esse ideal seja visualizado e compreendido de maneira a possibilitar a sua transferência e o aprendizado por parte dos vindouros de um molde de oficial militar, policial e paraense, não de modo a enfatizar o ânimo da ação como Osório, nem o ideal de modelo inatingível como Caxias, mas um misto de ambos, com uma aproximação da imagem ativa e humana, inspiradora tal qual Osório, mas igualmente afeito à disciplina, ao profissionalismo e ao distanciamento político em nome do senso de dever.

Seria difícil precisar quando o “patronato” de Fontoura efetivamente começou. A primeira década do século XX, período de estabelecimento dos cultos a Caxias e Osório foi o período no qual Fontoura manteve-se à frente da polícia, e visto que Celso Castro percebe o processo de estabelecimento dos patronos das turmas da Escola Militar iniciar-se em 1923, data da morte de Fontoura, e considerando ainda a conotação de seu falecimento, diante do qual ordena o Comando Geral “fosse hasteada á meia verga , a bandeira nacional, em todos os quartéis e cobrisse de feltro a mesma bandeira do Estado que a milícia paraense levou a Canudos e que veio de lá sagrada pela vitória...”⁹⁴, bem como a institucionalização do dia 25 de Setembro como Dia da Força Pública do Estado no ano de 1924, em memória à campanha de Canudos e de “um dos seus mais heróicos feitos”⁹⁵ é de se supor a possibilidade de paralelamente ao fenômeno de institucionalização das tradições do Exército, encontre-se em igual processo de oficialização no estado do Pará a memória do 25 de Setembro, e a de Fontoura.

A parcela de importância da obra de Marreca nesta construção da tradição policial militar acerca de Canudos está justamente dentro desse processo de oficialização. Escrevendo ambas as obras após a revolução de 1930, durante a qual a Brigada Militar foi extinta pelo interventor Magalhães Barata, para ser recriada no caso do Pará em 1935 com o restabelecimento da Força Pública do Pará, sob campanha dos militares das corporações suprimidas; as obras escritas em 1937 e 1940 chegam apenas poucos anos depois do sucesso desta iniciativa das polícias militares estaduais. Marreca então parece buscar um retorno à tradição ou aos simbolismos anteriores da instituição, procurando simultaneamente reconstruir e reinventar a memória policial militar a cerca de Canudos. Indício disso bem seria

⁹³ CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 2002. pp. 13-49.

⁹⁴ MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Op. cit.* p. 180.

⁹⁵ *Idem.*, p.184.

a Romaria Cívica ocorrida no ano de 1939, narrada em sua obra, com a finalidade de, após as comemorações do dia da Força Pública, realizar homenagem póstuma ao Cel Fontoura.

Muito embora o texto deixe subentendido que tal romaria ao túmulo de Fontoura seja uma prática corrente, é interessante perceber que neste ano registram-se a formatura em alas dos policiais militares e a presença, além destes, de militares do Exército, Marinha e Corpo de Bombeiros, da Casa Militar como representante do Interventor Federal, e do Comando da Região Militar⁹⁶, demonstrando como a homenagem a Fontoura assumiu o papel de ritual extremamente significativo para os militares estaduais ao nível de ser reconhecido e compartilhado pelas diversas esferas militares. Essa atitude revela uma afirmação de existência e de legitimidade de uma tradição própria da polícia militar paraense, e não seria demasiado leviano considerar que dentro de um círculo relativamente restrito de militares, a obra que Marreca publicara dois anos antes teve importância neste processo de reconhecimento e de oficialização de uma tradição propriamente militar e paraense.

A tradição de 25 de Setembro e o culto a Fontoura serão então a afirmação da polícia militar como instituição singular, uma organização que neste momento estava avançando para a sua auto-afirmação em um nível muito superior. Considere-se nesse sentido o fato de que apenas na década de 40 as polícias militares serão institucionalizadas a nível nacional, tendo sua existência oficializada e parcialmente assegurada somente pela Constituição de 1946⁹⁷, sendo, porém, sua organização de competência exclusiva da União e permanecendo ainda consideradas forças auxiliares e reservas do Exército, e somente serão mais finamente estabelecidas na Constituição de 1988, organizadas dentro dos órgãos responsáveis pela segurança pública, tendo garantidos constitucionalmente sua existência, seus contornos, fins e designações⁹⁸. Entretanto a solidez da existência da polícia militar não significou o fim da demanda pela memória e tradição de Canudos, do 25 de Setembro ou de Fontoura.

⁹⁶ *Idem.*, pp.292-299.

⁹⁷ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946), p. TÍTULO VII: Das Forças Armadas, Art. 183, p. 31.

⁹⁸ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, CAPÍTULO II: Da Segurança Pública, pp. 75-76.

CONCLUSÃO:

A atual Polícia Militar do Pará – PMPA, como corporação militar busca expressar sua coesão e estabilidade justamente recorrendo ao tradicionalismo e aos simbolismos militares, principalmente no retorno a estas memórias tão caras a ela. E esse esforço reflete-se em diversos âmbitos da organização PMPA, a começar pelo dia 25 de Setembro, até bem recentemente o nome da avenida que se projetava a partir do Quartel do Comando Geral, o dia é lembrado como data de atuação destacada dos paraenses em Canudos, e como já dito, oficialmente dedicado à força hoje como Dia da Polícia Militar do Pará no qual são realizados desfiles públicos e comemorações diversas no seio da corporação, bem como a efetivação das promoções e a entrega de medalhas. Interessante perceber que, contudo acompanhe as comemorações nacionais do “Dia da Polícia Militar” em 21 de Abril, homenagem a Tiradentes o patrono das polícias militares, o 25 de Setembro ainda é guardado como um dia específico dos policiais militares do Pará, com igual, se não maior pompa que a comemoração nacional.



*Pintura do Cel Fontoura trazendo ao peito a Medalha Comemorativa do Combate de 25 de Setembro.*³⁴³

³⁴³ Fotografia da pintura que adorna a sala da Assessoria de Comunicação da PM no Quartel do Comando Geral.

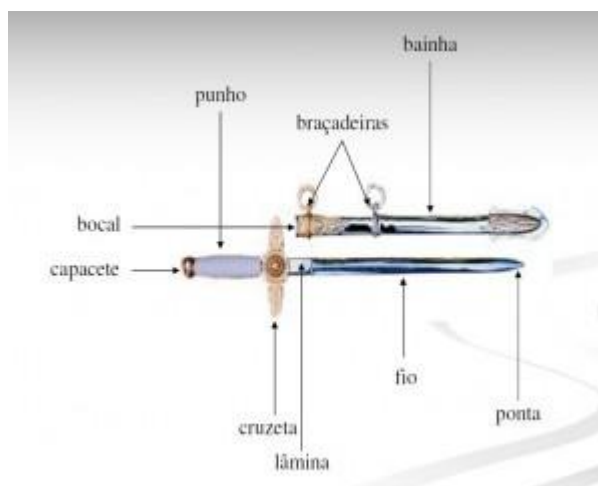
A imagem de Fontoura é ainda mais presente como revela a existência de uma pintura sua relativamente recente, de autoria de Marcelo de Albuquerque no ano de 2006 trajando uniforme e adornado com a medalha 25 de Setembro, recebida durante o retorno da tropa. Considerado comandante de coragem e liderança uma vez adotado como patrono é também dominante no simbolismo da PMPA, o que pode ser percebido logo ao adentrar o Quartel do Comando Geral pela placa que saúda “Bem vindo à corporação de Fontoura”. Seu nome está em uma das mais altas honras da Polícia do Pará, a Medalha da Ordem de Mérito Cel Fontoura e sua memória, juntamente com a de Canudos retornam no próprio hino da corporação.

“O teu nome está gravado na história,
E ligado ao de um bravo e grande herói,
Que em Canudos cobriu-se de mil glórias,
Salve Fontoura, precursor da vitória!”

Não é demasiado lembrar que a polícia paraense foi das poucas forças participantes do cerco à cidadela de Conselheiro a adaptar-se à alteração drástica da opinião pública acerca da imagem de Canudos, guardando simultaneamente o respeito e a admiração pelos feitos dos “irmãos brasileiros” provenientes de um sertão símbolo do atraso e oposto ao litoral civilizado, e a glorificação dos combatentes, de sua ideologia e de seu papel decisivo na vitória da guerra fratricida. Além da situação de descrédito do Exército colocada anteriormente, das polícias participantes, a do Amazonas, contudo seu comandante Cel Cândido Mariano tenham também escrito sobre a participação de seus companheiros amazonenses na guerra, obra essa infelizmente não encontrada a tempo de compor este trabalho, Canudos não parece formar qualquer memória significativa mais elaborada para os militares desse estado. De modo similar a polícia baiana também optou por estabelecer suas memórias em uma história mais distante que o período republicano. Apenas a polícia de São Paulo recorda, mesmo que de forma secundária, seu comandante Ten Cel José Pedro de Oliveira, e tal qual a paraense, faz menção em seu hino oficial à sua participação em Canudos.

“Missão cumprida em Campo das Palmas
Laguna, heroísmo na ‘Retirada’
Glória em Canudos; e de armas e almas,
Ao nosso Julho da Clarinada

Sob as arcadas vêm um a um,
Os cento e trinta de trinta e um.”³⁴⁴



*Espadim “Cel Fontoura”*³⁴⁵

De forma ainda mais significativa é homenageado o patrono da corporação quando em 1990 é criada no estado a Academia de Polícia Militar – APM batizada de Cel Fontoura e, tal qual a imagem do Comandante, é atualmente a responsável pela formação dos oficiais do quadro da PMPA. Dentro desta APM, a exemplo do que ocorre na AMAN³⁴⁶, o oficial-aluno recebe um espadim (imagem acima), no caso da PMPA o Espadim “Cel Fontoura”, que, contudo não seja uma miniatura da espada usada por seu patrono tal qual o do Exército, representa

“...o atributo mais importante do aluno-oficial, primeiro troféu a ser conquistado e o último a ser devolvido à PMPA.

O espadim é o símbolo da honra policial militar e do sacrifício em prol da causa pública, e o aluno-oficial deve sempre tê-lo sob sua guarda fazendo parte de seu uniforme, conforme a tradição. O “Espadim “Cel Fontoura” possui gravado em sua lâmina a inscrição em latim “**PRO LEGE VIGILANDA**” que significa “**para vigilância da lei**”.

Ele é o amor vivo e ardente de nossas tradições; representa ainda o sacrifício, a dedicação, o esforço, a coragem abnegada, a firmeza de propósitos e o heroísmo tenaz que faz com que conservemos o brilho de nossas vidas e a independência, a tranquilidade, a paz e a segurança sociais. Simboliza os mais elevados ideais de justiça e será empunhado a serviço da força do direito, acima do direito da força.”³⁴⁷

Retornando ao zelo pela legalidade e manutenção da ordem pública, bem como ao zelo pelos princípios morais norteadores da vida militar como honra, sacrifício, abnegação e heroísmo,

³⁴⁴ Página Oficial da Polícia Militar de São Paulo.

³⁴⁵ Página Oficial da APM Cel Fontoura, guia “O Aluno Oficial” > “O Espadim”.

³⁴⁶ CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 2002. p. 23.

³⁴⁷ Página Oficial da APM Cel Fontoura, guia “O Aluno Oficial” > “O Espadim”.

mesmos princípios que os comandantes do Regimento já firmavam no ano de 1897, reafirmam 114 anos depois o compromisso ideológico assumido em Canudos.

Desta feita o presente trabalho não tem a pretensão de abranger o todo do processo de criação da tradição militar da Polícia Militar do Pará, e tão pouco esgotar o assunto no concernente a Canudos e à sua importância para o Regimento e posteriormente a PMPA, mais pelo contrário, associar um estudo acerca da construção da memória da guerra de Canudos e dos paraenses que lutaram nos sertões da Bahia a uma pequena contribuição para a abertura de um leque de possibilidades de estudos da história militar regional. Silva & Charlet já acentuam a pertinência de questionar acerca de outras menos conhecidas, mas não por isso menos importantes, participações da polícia paraense na história regional, nacional ou mesmo institucional³⁴⁸, e é justamente nesse sentido e em um contexto promissor que este trabalho se enquadra.

Longe de um trabalho acabado, esta obra apresenta e justamente busca apresentar diversas novas questões e oportunidade de aprofundamento que isoladamente já seriam uma grande contribuição para a história institucional. Notadamente o constante processo de organização do Arquivo Público do Estado do Pará – APEP vem trazendo às mãos de pesquisadores novas fontes acerca do tema policial, assim como o esforço do Cap QOPM Ronaldo Charlet em preservar e organizar os arquivos da PMPA expandem grandemente o horizonte de futuras pesquisas, tendo sido algumas possibilidades exploradas secundariamente aqui.

Uma análise mais aprofundada dos discursos do oficialato militar paraense de modo a perceber a apropriação do discurso republicano e a identificação do seu próprio lugar dentro da sociedade paraense de forma mais refinada seria uma grande possibilidade de delinear o perfil dos agentes mantenedores da ordem no Pará da primeira república, bem como uma análise mais refinada e com um arcabouço mais amplo de fontes que possa compreender melhor a formação social dos praças do Regimento e o sentido da aparente dinâmica existente entre os processos de deserção, prática que dentro de uma força de voluntários causa estranheza ao acompanhar a frequência do Exército, e reinclusão de praças. A materialidade do Regimento, o fardamento, armamento e equipamento em geral podem igualmente ser enquadradas em um amplo processo de mudança de paradigmas na guerra e de atribuição de funções, de modo a valer ainda mais estudo os reflexos destas mudanças, quer seja na guerra, quer na atividade de policiamento ou manutenção da ordem. E levantando ainda mais

³⁴⁸ SILVA, Carlos Eduardo B. & CHARLET, Ronaldo Braga. *Op. cit.* acessado em 01/06/2011

possibilidades o levante de 1916, à revelia da imagem de “carneiros de Panúrgio” formada por Marreca demonstram simultaneamente uma associação de concepções acerca do lugar social destes militares paraenses, e uma quebra com o ideal de soldado que se reflete na obra, merecendo, por esse e outros motivos, um aprofundamento e maior destaque.

Tudo isso corrobora para a compreensão de que a história militar regional e, de forma mais restrita, a história da polícia e seu papel na sociedade paraense não se esgotam em Canudos, mas que merecem um estudo mais detido, seja diante de um novo olhar sobre fatos históricos mais amplamente conhecidos, como a Cabanagem, a Guerra do Paraguai e a tomada de Caiena, seja a partir de momentos menos conhecidos de sua atuação, como a revolta do Cacaolinho, a estabilização do regime republicano no quadro pós-Proclamação ou seu desempenho na Revolução de 30 e no processo de recriação das polícias militares, ou ainda estudos de cunho mais institucional, tal qual a composição de praças, de oficiais, a formação educacional destes dentro da própria polícia, as modalidades de policiamento e as estratégias de segurança pública, novos rumos que gradualmente se abre à dedicação do historiador

BIBLIOGRAFIA:

_BARROSO, Gustavo. (Org) *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Ministério da Guerra, 1922.

_BEATTIE, Peter M. *Ser Homem Pobre, Livre e Honrado: a sodomia e os praças das Forças Armadas Brasileiras*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004. pp.272-273.

_CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro. 2005.

_CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. *Da História Militar à “nova” História Militar*. In: *Nova História Militar Brasileira*, pp.011-042. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004.

_____. *Revoltas de soldados contra a República*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004. pp. 301-313.

_____. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002

_____. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_CHARLET, Ronaldo Braga. *Construção da Hierarquia Militar no Pará: contestações e negociações dentro da ordem (1808-1822)*. Monografia (História Bach/Lic.). UFPA. Belém. 2000.

_____. & SILVA, Carlos Eduardo B. *Memórias Reveladas: resgate histórico das origens da Polícia Militar do Pará*. Portal da Polícia Militar do Pará, acessado em 01/06/2011.

_CUNHA, Euclides da. *Canudos: Diário de uma Expedição*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

_DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *A Ocupação Político-Militar Brasileira no Paraguai (1869-1879)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004. pp. 209-235.

_FARIAS, William Gaia. *A brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos*. In: *Revista Alpha*. UNIPAM. Patos de Minas – ago 2010. pp. 62-71.

_____. *Amazônia Republicana: Processos Seletivos e outros temas*. Belém: WFG, 2007.

_____. *A Revolta do Capim: camponeses envolvidos em disputas político-partidárias no início da República*. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. pp.305-328. UNESP.

_____. *A Construção da República no Pará (1886/1897)*. Tese (Doutorado em Historia). UFF. Niterói.2005.

_FEITOSA, Dantas de. *Antecedentes Históricos da Polícia Militar do Pará*. Belém.1994.

_FLORES, Elio Chaves. *A Consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3ª ed., pp. 045-088. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

FONSECA, Paloma Siqueira. *A presiganga e as punições da Marinha (1808-31)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*, pp.139-157. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004.

_GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_GOMES FILHO, Gregório Ferreira. *Extremos na Historiografia Brasileira: Marreca e o Regimento Militar do Pará na Campanha de Canudos. Monografia* (História Bach/Lic.). UFPA. Belém. 2006

_HERMANN, Jacqueline. *Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3ª ed., pp. 121-160. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

_HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. (Orgs.) *A Invenção das Tradições*. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 2008.

_IZECKSOHN, Vitor. *Recrutamento military no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*, pp.179-208. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004.

_KRAAY, Hendrik. *O Cotidiano dos Soldados na Guarnição da Bahia (1850-188)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Op. cit.* pp 245-247.

_____. *Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil*. In *The Americas*, v. 55, n. 1. Jul., 1998, p 01-33

_____. *“The Shelter of the Uniform”: The Brazilian Army and Runaway Slaves*. In: *Journal of Social History*, vol 29, nº 3. 1996, pp. 637-657.

_LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes Históricas*. pp, 111-153. Ed. Contexto. 2005.

_MANCUSO, Amanda Pinheiro. *A História Militar: Notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural*. In: *História e Reflexão: Revista eletrônica de história*. v. 2 n. 4 – UFGD – Dourados jul/dez 2008

_MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.

_MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. *A Guerra e o Pacto: a política de intensa mobilização nas Minas Gerais*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*, pp.067-086. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004.

_MENDES, Fábio Faria. *Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*, pp.111-137. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004.

_MOTTA, Patto Sá. *Cap II: Os partidos na Primeira República*. In: Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil. pp. 045-060. UFMG.

_NEVES, Margarida de Souza. *Os Cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. (Orgs.) O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª ed., pp. 013-044. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

_NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “*Esses Miseráveis Delinqüentes*”: desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*., pp.067-109. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004.

_NUNN, Frederick M. Effects of European Military Training in Latin América: The Origins and Nature of Professional Militarism in Argentina, Brazil, Chile, and Peru, 1890-1940. In *Military Affairs*, Publicado por: Society for Military History. v. 39, n. 1. Feb., 1975. p. 1-7.

_PUNTONI, Pedro. *A Arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*., pp.043-066. Ed. FGV: Rio de Janeiro. 2004.

_RICCI, Magda. *A Cabanagem, a Terra, os Rios e os Homens na Amazônia: o outro lado de uma Revolução (1835-1840)*. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. pp.153-170. UNESP.

_REGO, Orlando L. M. de Moraes. *A Brigada Policial do Pará na Campanha de Canudos*. Belém. IHGB. 1965.

_____. *História da Milícia Paraense na Campanha de Canudos*. Belém. IHGB. 1967.

_____. *Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830)*. Belém. IHGB. 1981.

_RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O Processo Político da Primeira República e o Liberalismo Oligárquico*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. (Orgs.) O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª ed., pp. 089-120. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese (Doutorado em Historia). USP. São Paulo. 2008.

_SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

_SOUZA, Adriana Barreto. *À Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. pp. 159-178.

_SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850 – 1894*. São Paulo. EDUSP, 1994.

ACERVO ON-LINE:

_ARMAS BRASIL. Site elaborado por Adler Homero Fonseca de Castro, mestre em História, pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Curador de Armas Portáteis do Museu Militar Conde de Linhares. <http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/Index.htm>, acessado em 22/04/2011, às 23:00h.

_Armas on Line – Portal sobre Armas, Tiro e Colecionismo. <http://armasonline.org/>, acessado em 01/04/2011.

_Military Rifles in the Age of Transition. <http://www.militaryrifles.com/index.htm#MainIndex>, acessado em 03/04/2011, às 01:00h.

_PORTFOLIUM, Laboratório de Imagens. <http://www.portfolium.com.br/> acessado em 05/05/2011, às 22:00h.

FONTES:

1. Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / Ordens do Dia de nº 158; nº 159; nº 160; nº 161; nº 163; nº 164; nº 165; nº 166; nº 167; nº 168; nº 169; nº 170; nº 171; nº 172; nº 173; nº 174; nº 175; nº 176; nº 177; nº 178; nº 179; nº 180; nº 181; nº 182; nº 183; nº 184; nº 185; nº 186; nº 187; nº 188; nº 189.
2. Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / Ordens do Dia de nº 505; nº 506; nº 507; nº 508; nº 509; nº 510; nº 511; nº 512; nº 513; nº 514; nº 515; nº 516; nº 517; nº 518; nº 519; nº 520; nº 521; nº 522; nº 523; nº 524; nº 525; nº 526; nº 527; nº 528; nº 529; nº 530; nº 531; nº 532; nº 533; nº 534; nº 535; nº 536; nº 537; nº 538; nº 539; nº 540; nº 541; nº 542; nº 543; nº 544; nº 545; nº 546; nº 547; nº 548; nº 549; nº 550; nº 551; nº 552.
3. Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças.
4. Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Folhas de Pagamento.
5. Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / Informes do Comando do 2º Corpo ao Comandante da Brigada, de nº 483; nº 484; nº 485; nº 486; nº 487; nº 488; nº 489; nº 490; nº 491; nº 497.
6. Coleção de Leis / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Leis & Decretos de 1890.
7. Coleção de Leis / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Decretos do Governo Provisório de 1891.
8. Coleção de Leis / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Leis & Decretos de 1894.
9. Coleção de Leis / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Leis & Constituição de 1891-1900.

FONTES ON-LINE:

_Portal da Polícia Militar do Amazonas, http://www.pm.am.gov.br/programas_03.php?cod=0038, acessado em 15/06/2011, às 22:00h.

_Portal da Polícia Militar da Bahia, <http://www.pm.ba.gov.br>, acessado em 15/06/2011, às 22:00h.

_Portal da Polícia Militar do Pará, <http://www.pm.pa.gov.br/>, acessado em 15/06/2011, às 23:00h.

_ Portal da Academia de Polícia Militar “Cel Fontoura, “<http://www.pm.pa.gov.br/apm/>, acessado em 15/06/2011, às 23:00h.

_Portal da Polícia Militar de São Paulo, <http://www.polmil.sp.gov.br/inicial.asp#>, acessado em 15/06/2011, às 21:00h.

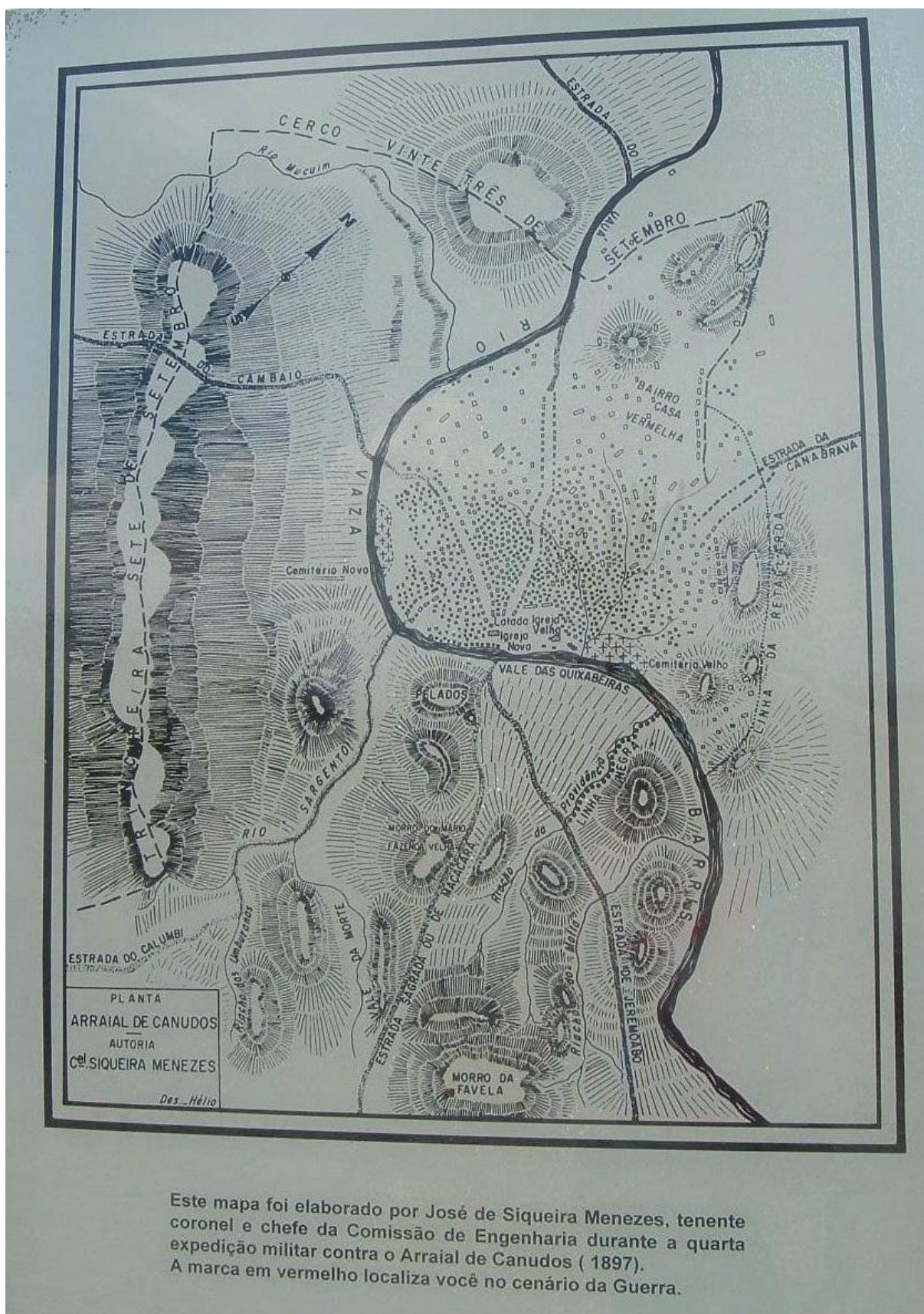
_Center for Reserarch Libraries: global resource network <http://www.crl.edu/brazil> / Brazilian Government Documents / Provincial Presidential Reports (1830-1930) / Pará / Mensagem 1891 & 1898. Acessado em 22/06/2011, às 05:45h.

_Center for Reserarch Libraries: global resource network <http://www.crl.edu/brazil> / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1830-1930) / Guerra / Guerra 1893; 1894; 1895; 1896; 1897. Acessado em 22/06/2011, às 05:45h.

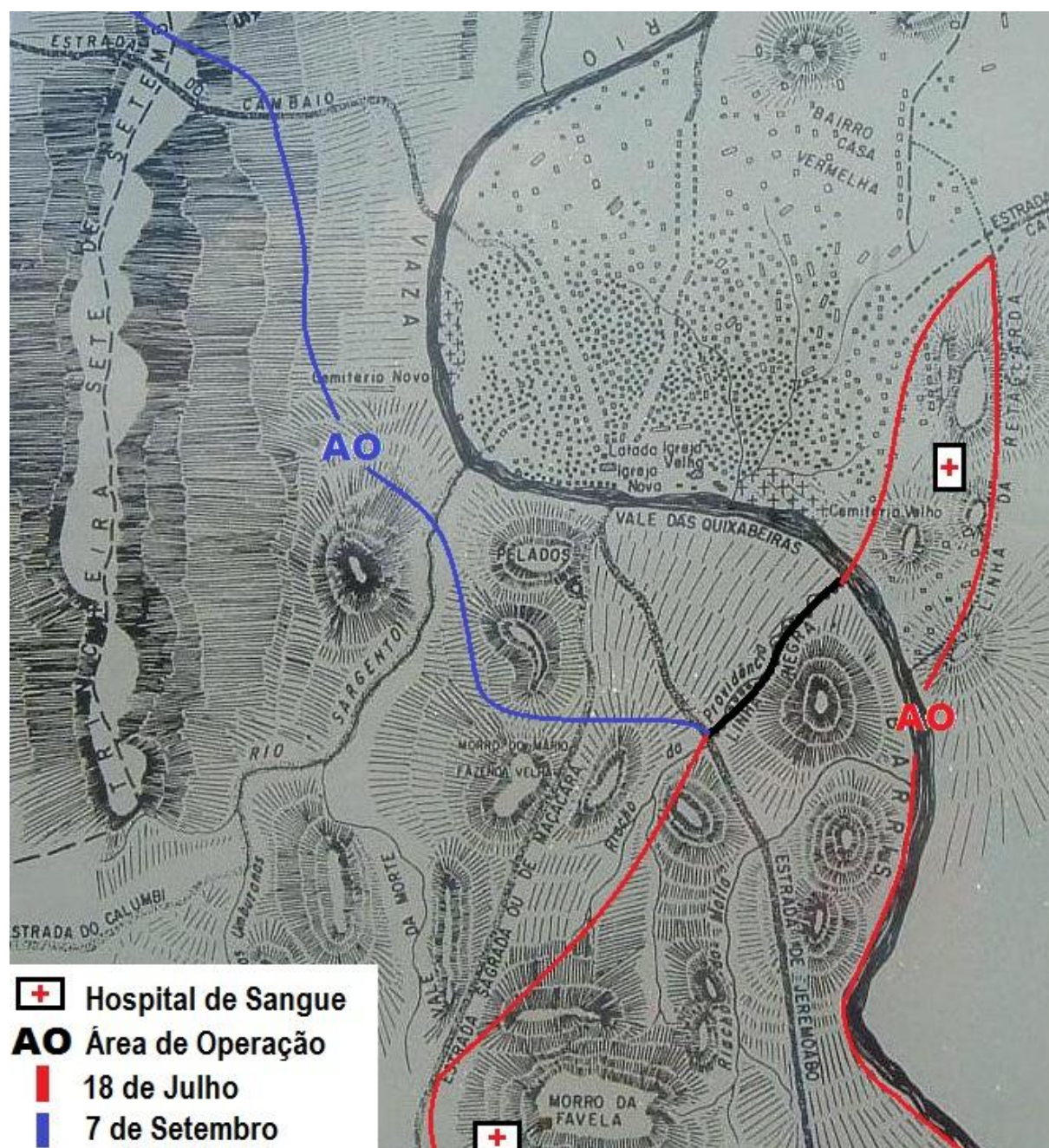
ANEXOS

ANEXO - A

Fotografia do mapa de autoria do Ten Cel Chefe da Comissão de Eng que se encontra no Museu de Monte Santo. Fotografia original segue em anexo.



Esboço dos primeiros avanços das forças legais sobre o território de Canudos até a chegada da Divisão Auxiliar.



ANEXO - B

ÍNDICE DAS ORDENS DO DIA DO 1º CORPO DO REGIMENTO MILITAR
PARAENSE EM CANUDOS.

Nº: 158 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 07_AGO_1897

LOCAL: A bordo do vapor Pernambuco.

ASSUNTO: Rebaixamento por não se apresentar propositadamente ao embarque – 1ª Companhia – **Músicos de 3ª Classe** José Eustaquio de Oliveira e José Joaquim Pequeno; **Cabos de Esquadra** Agostinho Ferraz da Silva, Joaquim Carneiro da Costa e Pedro Alexandrino de Oliveira. – 2ª Companhia – **Cabos** Antônio Sabino Ozório e Policarpo Rodrigues – 4ª Companhia – **Aspençada** Antônio Duarte de Souza.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 159 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 09_AGO_1897

LOCAL: A bordo do vapor Pernambuco.

ASSUNTO: Promoção – a **Músico de 1ª Classe** o de 2ª Classe Manoel Ancelmo de Souza; a **Músico de 2ª Classe** o de 3ª Classe José [Capestino] Alves; a **Músicos de 3ª Classe** os Soldados Aprendizes João Batista Braga, Messias Theophilo Rodrigues e Luiz [Accath] – 1ª Companhia – a **Cabos de Esquadra** os Aspençadas Manoel Francisco do Nascimento e José Araújo da Silva, e o Soldado Raymundo Sophocles visto já ter servido como tal – 2ª Companhia – a **Cabo de Esquadra** os Aspençadas Antonio Fortunato da Silva e Francisco Nazareth das Chagas.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 160 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 14_AGO_1897

LOCAL: A bordo do vapor Pernambuco.

ASSUNTO: Exclusão por 1ª Deserção Agravada – 1ª Companhia – **Soldados** José Eustaquio de Oliveira, Victal Thimotheo de Souza, Miguel Bastos Maciel, Francisco Vieira do Nascimento, Joaquim Carneiro da Costa, André Avelino Galvão, Agostinho Ferraz da Silva, Modesto pereira de Alencar, Archanjo José Themotheo Monteiro, José Joaquim Pequeno e Manoel Francisco de Oliveira. – 2ª Companhia – **Soldados** José Florêncio de Mesquita, Antonio Sabino Ozório, Antonio Cândido de Souza, Luis Nunes da Silva, Antonio Pedro Cardoso, Innocência Pereira da Silva e Florindo Pereira dos Santos. – 3ª Companhia – **Soldados** Camillo Hypólito dos Santos, Antonio Manoel de Freitas, Sobel Ozório Ramos, Bertholino Ferreira do Pinho, Silvério Emygdio de Benevides, Francisco José da Silva e João Ferreira de Souza. – 4ª Companhia – **Soldados** Manoel Celestino do Nascimento, Antonio Duarte de Souza, João Pereira, Francisco Pereira Cardoso, Leocadio Pereira Paulino, Henrique Sampaio de Negreiro, Pedro Antonio de Miranda e José Francelino.

Falecimento – 2ª Companhia – **Soldado** Emiliano Marcolino Tavares falece na noite de 13_AGO a bordo do paquete Pernambuco.

Apresentação – 1ª Companhia – **Soldados** Pedro Alexandrino de Oliveira, Catharino Eugenio da Conceição, Manoel da Rocha Almeida e José da Conceição Pinto. – 2ª Companhia – **Soldados** Polycarpo Francisco Rodrigues, Gervazio Victal de Araújo e Henrique Pereira da Silva, por terem se apresentado no Pará ao Ten-Cel Comte. do Corpo de Cavalaria e seguido destino à Bahia no Cruzador da Armada Nacional “Carlos Gomes” ficando considerados “em destino” até sua apresentação formal.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 161 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 15_AGO_1897

LOCAL: A bordo do vapor Pernambuco.

ASSUNTO: Recomendação – Aos comandantes de Companhia e aos oficiais a máxima correção durante as formas e ao **Alferes Quartel-Mestre** cuidado na bagagem do Batalhão.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 163 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 18_AGO_1897

LOCAL: Em São Salvador/BH.

ASSUNTO: Reinclusão – 1ª Companhia – **Soldados** Joaquim Carneiro de Castro, Miguel Bastos Maciel – 2ª Companhia – **Soldados** Luis Nunes da Silva, Innocencio Pereira da Silva – 4ª Companhia – **Soldados** José Francelino de Souza, Manoel Celestino do Nascimento, os quatro primeiros apresentando-se ao Comando do Corpo de Cavalaria no dia 05_AGO, e os outros somente aos 15_AGO, incorrendo em delinquência pelo artigo 3ª das diversas ordens do Comando Geral de hoje, devendo ficar trancados no Conselho de Disciplina antes de excluídos por deserção.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 164 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 22_AGO_1897

LOCAL: Acampamento do 1º Corpo de Infantaria em Queimadas/BH.

ASSUNTO: Ajudante de Corpo e Comando de Companhia – Substitui o **Tenente** João Ransgeforte pelo **Tenente** Levino Monteiro de Oliveira na função de Ajudante de Corpo e nomeia para o Comando da 4ª Companhia o **Tenente** Clementino de Oliveira Coutinho.

Prisão – determina a prisão por 48h do **Tenente** João Ransgeforte por ter deixado de acudir todos os toques feitos pelo Comando da Brigada depois de acampado o Corpo.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 165 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 23_AGO_1897

LOCAL: Acampamento do 1º Corpo de Infantaria em Queimadas/BH.

ASSUNTO: Aprovação do ato do Comando do 1º Corpo na Ordem do Dia nº 164 pelo Coronel Comandante do Regimento.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 166 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 24_AGO_1897

LOCAL: Acampamento do 1º Corpo de Infantaria em Queimadas/BH.

ASSUNTO: Soltura de Oficial – ordena que seja posto em liberdade o **Tenente** João Ransgeforte por conclusão do castigo.

Exclusão – exclui , de acordo com a Ordenança de 09_ABR_1805, por faltar a três revistas consecutivas. – 4ª Companhia – **Soldado** Bernardim Félix do Nascimento.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 167 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 31_AGO_1897

LOCAL: Acampamento em Contendas/BH.

ASSUNTO: Exclusão por Deserção – exclui, de acordo com a Ordenança de 09_ABR_1805, por faltarem a três revistas consecutivas no Acampamento de Queimadas – 2ª Companhia – **Aspençada** José Cândido Rodrigues de Mello, ficando este definitivamente rebaixado do respectivo posto – 4ª Companhia – **Soldado** João Paulo da Costa.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 168 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 02_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canção/BH.

ASSUNTO: Exclusão por Deserção - exclui, de acordo com a Ordenança de 09_ABR_1805, por faltarem a três revistas consecutivas no Acampamento de Serra – 2ª Companhia – Branco [?] **Soldado** Ignacio José Duarte.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 169 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 03_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Quinquinquá/BH.

ASSUNTO: Prisão de Oficial – determina, pelo Artigo 2º do Detalhe do Comando Geral de hoje, a prisão por 24h do **Alferes Quartel-Mestre** Feliciano Toscano de Britto por haver chegado ao acampamento antes do Comboio do Batalhão.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 170 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 04_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo/BH.

ASSUNTO: Soltura de Oficial – ordena que seja posto em liberdade o **Alferes Quartel-Mestre** Feliciano Toscano de Britto por conclusão do castigo.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 171 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 05_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo/BH.

ASSUNTO: Exclusão por Falecimento e Incapacidade Física – exclui por falecimento em 13_AGO na Capital/PA o Músico Olímpio José Rodrigues, e – 3ª Companhia – **Soldado** Antonio Celestino de Figueiredo por incapacidade física.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 172 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 06_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo/BH.

ASSUNTO: Advertência – admoesta praças e oficiais pelo grande número de uns e outros que se apresentaram a formatura desuniformizados ou trajando uniformes estranhos à tabela, acrescentando como agravante a presença do **Marechal Ministro da Guerra**.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 173 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 07_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo/BH.

ASSUNTO: Admoesta os oficiais da obrigatoriedade da formatura da alvorada para todo o Corpo, à qual apenas compareceram entre os oficiais **Tenente** Clementino, e os **Alferes** Guede e Guilherme.

Doença – Dá por doente o **Capitão** Francisco Jozé Rodrigues Chavez Sobrinho, acentuando a seu favor o “alarde [que] fez em Belém [...] pedindo transferência para um dos corpos afim de operar em Canudos” (assina o Cel. Comandante José Sotero de Menezes)

Comando de Companhia – Transfere o **Tenente** Clementino de Oliveira Coutinho do comando da 4ª Companhia para o comando da 1ª Companhia em substituição ao **Capitão** Sobrinho, e concede o comando da 4ª Companhia ao **Tenente** João Tavares Bastos em substituição ao **Tenente** Coutinho.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 174 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria

DATA: 08_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo/BH.

ASSUNTO: Organização da Força – Informa sobre a organização das forças auxiliares na **Divisão Auxiliar** sob o comando do **General** Carlos Eugênio de Andrade Guimarães em duas Brigadas, sendo a **1ª Brigada da Divisão Auxiliar** composta pelos 4º, 28º, 29º, 37º e 39º Batalhões do Exército sob o comando do **Coronel** João Cezar de Sampaio. E a **2ª Brigada da Divisão Auxiliar** composta pelos seguintes Corpos de Polícia: 1º do Amazonas, 1º e 2º do Pará, e 4º da Bahia sob o comando do **Coronel** Jozé Sotero de Menezes.

Informa – Informa, na ocasião da organização, a nomeação do **Major Comandante** do 1º Corpo de Polícia do Amazonas Jozé Augusto da Silva Júnior como Assistente do Deputado do Ajudante General junto à 2ª Brigada, e do **Tenente** do 2º Corpo do Pará Aprígio Ottoni Pereira Franco como Assistente do Deputado do Quartel-Mestre General junto à 2ª Brigada.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 175 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar

DATA: 12_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo/BH.

ASSUNTO: Reinclusão – Reinclui no corpo o **Soldado** Ignácio José Duarte excluído por deserção a 2_SET_1987.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 176 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar

DATA: 23_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Reinclusão – Reinclui o **Soldado** Florindo Pereira dos Santos, capturado no Pará em 23_AGO, estando preso para sentencição.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 177 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar

DATA: 25_SET_1897

LOCAL:

ASSUNTO: Ataque – Faz referência elogiosa por distinção em combate aos integrantes da ala direita do 1º Corpo: **Tenente Ajudante** Livino Monteiro de Oliveira, **Alferes** Manoel Guedes da Silva Fernandes, **Alferes** Miguel Vieira de Queiroz, **Alferes Secretário** Orvácio Deolindo da Cunha Marreca, **Capitão** Miguel Francisco Fonteles, **Tenente** Clementino de Oliveira Coutinho, **Tenente** João Ramgsferto, **Alferes** Leão Bentes, **Sargento Quartel-Mestre** Eurico Moreno Coutinho Canavarro, **Cabo de Esquadra** Jozé de Mello Carvalhada, **Soldado** Manoel Baptista de Mendonça.

Destituição – Destitui definitivamente dos postos ocupados, por covardia em combate, o 2º **Sargento** da 3ª Companhia José Rodrigues Moreira, o **Furriel** Manoel Anízio Pereira do Lago.

Luto – Lamenta as baixas por morte em combate do **Aspençada** Antonio Martins da Costa, **Soldado** Manoel Joaquim Furtado de Souza, e por feridos em ação o 2º **Sargento** Jozé Euclides de Mendonça Beltrão, o **Cabo de Esquadra** Jozé Francisco Alves, o **Aspençada** Raymundo Alves Feitosa, **Soldado** Pedro Jozé Pereira Gesuino de Holanda, **Soldado** Antonio Rodrigues de Mendonça.

Promoção – promove por bravura a **Furriel** da 2ª Companhia o **Cabo de Esquadra** da 1ª Companhia Jozé de Mello Carvalhêdo, a **Cabo de Esquadra** da 1ª Companhia o **Soldado** da 4ª Companhia Manoel Baptista de Mendonça.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 178 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar

DATA: 26_SET_1897

LOCAL:

ASSUNTO: Feridos – Dá por feridos o **Furriel** da 1ª Companhia Cycero Paulinho de Figueiredo, **Soldado** da 4ª Companhia Jozé Bernardo da Luz, **Soldado** da 4ª Companhia Antonio Rodrigues da Silva.

Concessão – Concede vantagens aos Alferes e praças feridos em combate.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 179 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar

DATA: 28_SET_1897

LOCAL:

ASSUNTO: Rebaixamento – Rebaixa definitivamente o **Cabo de Esquadra** da 3ª Companhia João Barbosa do Nascimento por reincidência em espancar praças de sua Companhia.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 180 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar

DATA: 01_OUT_1897

LOCAL:

ASSUNTO: Assalto – Informa terem tomado parte no assalto ao arraial os seguintes oficiais da ala direita **Capitão Comandante** da 2ª Companhia Miguel Francisco Fonteles **Tenente Comandante** da 1ª Companhia Clementino de Oliveira Coutinho, **Tenente Ajudante** Levino Monteiro de Oliveira, **Alferes Secretário** Orvácio Deolindo da Cunha Marreca, **Alferes Quartel-Mestre** Feliciano Toscano de Britto, **Alferes** Guilherme Ferreira da Silva, **Alferes** Miguel Vieira de Queiroz, e **Alferes** Leão Bentes.

Baixas – Exclui por morte em combate, da 1ª Companhia, o **Cabo** Luis Rodrigues de Medeiros, da 2ª Companhia, **2º Sargento** Manoel Nogueira Soares, **Soldado** Antonio Pedro.

Feridos – Dá por feridos em combate o **Alferes Quartel-Mestre** Feliciano Toscano de Britto, o **1º Sargento** José Rodrigues de Lima, **Aspençada** Alvino Gomes de Souza, **Soldado** André Borges Pimentel, **Soldado** Leôncio José Ferreira da Silva

Nomeação – Nomeia o **Alferes** Manoel Guedes da Silva Hernane ao posto de Quartel-Mestre no impedimento do titular.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 181 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar

DATA: 04_OUT_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Aprovação – Declara aprovada pelo Comando a nomeação do **Alferes** Manoel Guedes da Silva Hernane ao posto de Quartel-Mestre.

Exclusão – Exclui por deserção o **Soldado** da 2ª Companhia Pacífico da Rosa Munis.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 182 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria.

DATA: 17_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro /BH.

ASSUNTO: Prisão e Rebaixamento – Determina que seja preso e rebaixado de seu posto por 25 dias o **1º Sargento** da 3ª Companhia Francisco Belmiro de Sousa.

Baixas – Exclui por falecimento o **1º Sargento** da 2ª Companhia José Rodrigues de Lima.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 183 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria.

DATA: 18_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro /BH.

ASSUNTO: Alta de posto – Revoga ordem de rebaixamento do **Soldado** José Rodrigues Moreira, restituindo-lhe o de **2º Sargento**.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 184 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria.

DATA: 18_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro /BH.

ASSUNTO: Rebaixamento – Rebaixa o **Cabo de Esquadra** da 4ª Companhia por ter-se apresentado repetidamente embriagado em sua unidade.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 185 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria.

DATA: 21_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro /BH.

ASSUNTO: Baixa – Exclui por falecimento o **Cabo de Esquadra** da 3ª Companhia Jozé Gouveia Muniz

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 186 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria.

DATA: 22_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro /BH.

ASSUNTO: Promoções – Promove à **Cabo de Esquadra** o **Aspençada** da 1ª Companhia João Belucas de Menezes e o **Aspençada** da 3ª Companhia Aureliano Erasmo Alves Feitosa.

Reinclusões – Reinclui o **Soldado** da 1ª Companhia Modesto Pereira de Alencar, **Soldado** da 3ª Companhia Silvério Emílio de Benevides, passando ambos a responder Conselho de Guerra.

Transferências – Transfere para o Corpo de Cavalaria os praças Inocêncio Pereira da Silva, Manoel Celestino do Nascimento, Alexandre Francisco do Nascimento, Florindo Pereira dos Santos, Lázaro Nelson Pereira, Cypriano de Oliveira Costa, Pedro Alexandrino de Oliveira,

Baixa – Exclui por falecimento o **Soldado** Modesto Pereira de Alencar.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 187 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria.

DATA: 24_OUT_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Planeta.

ASSUNTO: Alistamento – Informa sobre o alistamento, por três anos, dos paisanos Luis Esmeraldo de Assis e João Lopes Soarez, ambos incluídos na 1ª Companhia.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 188 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria.

DATA: 27_OUT_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Planeta.

ASSUNTO: Reinclusão – Reinclui ao efetivo o **Soldado** Lazaro Nelson Pereira e o **Soldado** Cipriano de Oliveira Costa, desertores capturados no Estado do Pará.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

Nº: 189 (Cópia)

UNIDADE: 1º Corpo de Infantaria.

DATA: 01_NOV_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Planeta.

ASSUNTO: Promoção – Promove a **Cabo de Esquadra** o **Aspençada** da 3ª Companhia Felix Fernandes de Oliveira.

Destituição – Rebaixa o **Músico de 3ª Classe** João Baptista Braga ao posto de **Aprendiz de Músico**, por motivo de engano na promoção.

ASSINANTE: Maj. Comte. Interino João de Lemos (Alferes-Secretário Francisco Eduardo Ricaldani conferente).

ANEXO - C

ÍNDICE DAS ORDENS DO DIA DO 2º CORPO DO REGIMENTO MILITAR
PARAENSE EM CANUDOS.

Nº: 505 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 06_AGO_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Pernambuco.

ASSUNTO: Discurso – Louvor à Pátria Paraense, às tropas e à campanha.

Inclusão – Inclui na 1ª Companhia o **2º Sargento** rebaixado temporariamente Eliseo Antonio da Silva e o **Cabo de Esquadra** Vicente Cypriano de Aviz, e no **Cabo de Esquadra** da 2ª Companhia Marcelino André Ferreira, praças estes do Corpo de Cavalaria que se apresentaram no Vapor, após a partida, para a campanha.

Nomeação – Nomeia o **Tenente** da 4ª Companhia do 2º Corpo Aprígio Ottoni Pereira Franco ao cargo de Secretário Interino do Regimento.

Rebaixamento – Rebaixa de posto definitivamente por faltarem ao embarque, da 1ª Companhia o **Armeiro** José Joaquim Marques, **Músico de 2ª Classe** Alexandre Fernandes de Oliveira, **Músico de 3ª Classe** Belmiro Francisco Baptista, **Cabo Armeiro** Mauricio Rufino César, o **Aspençada** nº 168 Vicente[?] Francisco de Andrade; da 2ª Companhia **Cabo** nº 13 Vitaleano Pereira de Albuquerque, **Aspençada** nº 22 Manoel Francisco de Oliveira, **Aspençada** nº 42 Daniel Gomes da Silva; da 4ª Companhia **Cabo** nº 8 Simplício Ferreira, **Cabo** nº 18 Braz Ferreira dos Anjos, **Cabo** nº 83 José Rosa de Lima, **Corneta** nº 118 Deolindo José Ferreira Lima.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 506 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 07_AGO_1897

LOCAL: Porto de São Luiz do Maranhão, a bordo do Vapor Nacional Pernambuco.

ASSUNTO: Proibição – Proíbe o **Alferes** Luiz da França Oiveira de descer à terra antes do porto final, por este ter ocultado a bordo bebida alcoólica.

Alta de Posto – Dá alta ao posto de **Furriel** ao **2º Sargento** Elizeo Antonio da Silva, que fora rebaixado temporariamente.

Promoção – Promove, da 4ª Companhia, a **Cabos de Esquadra** o **Aspençada** nº 23 José Ferreira da Rocha, **Aspençada** nº 99 Pedro de Araújo Lima, **Aspençada** nº 128 José Ovídio de Macedo.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 507 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 08_AGO_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Pernambuco.

ASSUNTO: Dispensa – Dispensa o **Alferes** João de Deus da Silva Cruz da Inspetoria da Banda de Música, passando esta ao comandante da 1ª Companhia conforme regulamento.

Nomeação – Nomeia o Capitão Comandante da 1ª Companhia Manoela Alexandre da Câmara como Inspetor da Banda de Música.

Prisão – Declara preso por 08 dias o **Alferes** João de Deus da Silva Cruz, por extraviar dinheiro sob a guarda do cargo e por deixar de efetuar corretamente a distribuição de gratificações.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 508 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 09_AGO_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Pernambuco.

ASSUNTO: Promoção – Promove a **Cabo de Esquadra** o **Aspençada** da 2ª Companhia nº 136 Francisco Silvino Pinto de Assumpção.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 509 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 14_AGO_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Pernambuco.

ASSUNTO: Apresentação – Determina que se considerem apresentados à 1ª Companhia o **Soldado** Alexandre Fernandes de Oliveira e **Soldado** Francisco Sotero Dias, à caminho da Bahia no Cruzador da Armada Nacional “Carlos Gomes”.

Termo de Deserção – Substitui a prática do processo de deserção do Regimento Militar Paraense pela do Exército Nacional.

Soltura de Oficial – Determina a soltura do **Alferes** João de Deus da Silva Cruz.

Exclusão – Em vista dos novos Termos de Deserção, exclui por deserção, da 1ª Companhia **Soldado** José Joaquim Marques, **Soldado** Belmiro Francisco Baptista, **Soldado** nº 177 Mauricio Rufino César, **Soldado** nº 168 Vicente Francisco de Andrade, **Soldado** nº 127 Henrique Pereira Tavares, **Soldado** nº 128 Alexandre Francisco do Nascimento, **Soldados** nº 178 Clementino José Monteiro de Freitas, **Soldado** nº 161 Hermenegildo Ferreira da Cruz, **Soldado** nº 175 João Manoel Gomes, **Soldado** nº 171 Antonio Mateus Barreros; da 2ª Companhia **Soldado** nº 132 Victaleano Pereira de Albuquerque, **Soldado** nº 22 Manoel Francisco de Oliveira, **Soldado** nº 42 Daniel Gomes da Silva, **Soldado** nº 25 Thomaz pereira da Silva, **Soldado** nº 94 Manoel Basilio Gomes, **Soldado** nº 99 Candido Antonio da Silva, **Soldado** nº 142 Francisco Manoel Gregório, **Soldados** nº 145 José Francisco do Nascimento; da 3ª Companhia **Soldado** nº 8 Manoel Francisco da Costa, **Soldado** nº 101 Manoel Antonio Sergio Campos, **Soldado** nº 120 Raymundo Antonio dos Santos, **Soldado** nº 148 Manoel Antonio da Cruz; da 4ª Companhia **Soldado** nº 8 Simplício Ferreira, **Soldado** nº 18 Braz Ferreira dos Anjos, **Soldado** nº 83 José Roza de Lima, **Soldado** nº 69 João Herculano, **Soldado** nº 134 Manoel de Deus Lameira, **Soldado** nº 118 Deolindo José Ferreira Lim a.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 510 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 15_AGO_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Pernambuco.

ASSUNTO: Discurso – Homenagem ao Estado do Pará à data comemorativa da Adesão do Pará à Independência.

ASSINANTE: Coronel Comandante José Sotero de Menezes // Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 511 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 17_AGO_1897

LOCAL: Forte de São Pedro /BH.

ASSUNTO: Discurso – Transcreve recomendações do Comandante Geral à tropa para com a comunidade bahiana.

Soltura de Oficial – Determina a libertação do **Alferes** Luis da França Oliveira.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 512 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 18_AGO_1897

LOCAL: Forte de São Pedro /BH.

ASSUNTO: Abono de Gratificação – Abona os serviços do **Soldado** nº 47 da 1ª Companhia Raymundo Ferreira dos Santos, do **Cabo de Esquadra** da 2ª Companhia Horácio Alves Brilhante, por ter findado seu tempo de serviço e, contudo, estarem suspensas as baixas de praça por conclusão de tempo de serviço.

Reinclusão – Reinclui o **Soldado** da 1ª Companhia Alexandre Francisco do Nascimento, que se apresentou ao Corpo de Cavalaria, ficando este em estado de delinquência.

Advertência – Adverte o **Major Fiscal** Calixto Malaquias Mendes por se recusar a dar à vista o pecúlio de pedidos da 3ª Companhia.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 513 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 19_AGO_1897

LOCAL: Forte de São Pedro /BH.

ASSUNTO: Trancamento de Deserção – Ordena o trancamento do termo de deserção dos **Soldado** Alexandre Fernandes de Oliveira, **Soldado** Francisco Sotero Dias, **Soldado** Alexandre Francisco do Nascimento, em virtude de se terem apresentado antes completar a deserção.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 514 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 20_AGO_1897

LOCAL: Forte de São Pedro /BH.

ASSUNTO: Abono de Gratificação – Abona os serviços do **Aspençada** da 4ª Companhia Francisco José das Chagas por ter findado seu tempo de serviço e, contudo, estarem suspensas as baixas de praça por conclusão de tempo de serviço.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 515 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 23_AGO_1897

LOCAL: Acampamento em Queimadas.

ASSUNTO: Prisão de Oficial – Determina a prisão, por 24 horas no abarracamento do Estado Maior, do **Alferes Quartel-Mestre** Severiano Ribeiro Pampulha, por ter pintado obscenidades na barraca do **Tenente** Antonio Pena Chavez.

Louvor – Elogia o procedimento do **Aspençada** Raymundo José da Silva, que, tendo caído do vagão de transporte no dia anterior, buscou apresentar-se novamente ao Batalhão.

ASSINANTE: Coronel Comandante José Sotero de Menezes // Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 516 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 24_AGO_1897

LOCAL: Acampamento em Queimadas.

ASSUNTO: Falecimento – Informa o falecimento, em Belém, do **Alferes** do Corpo de Cavalaria Benjamin Botelho da Cunha.

Abono de Gratificação – Abona os serviços do **Aspençada** nº 44 da 2ª Companhia José Pereira da Silva por ter findado seu tempo de serviço e, contudo, estarem suspensas as baixas de praça por conclusão de tempo de serviço.

Soltura de Oficial – Determina a soltura do **Alferes Quartel-Mestre** Severiano Ribeiro Pampulha.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 517 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 25_AGO_1897

LOCAL: Acampamento em Queimadas.

ASSUNTO: Exclusão – Exclui por primeira deserção agravada, da 1ª Companhia o **Cabo de Esquadra** nº 154 Raimundo Nonato da Silva, da 2ª Companhia o **Cabo de Esquadra** nº 123 Manoel Ferreira Lima.

Transcrição – Transcreve o telegrama do Governador Paes de Carvalho exonerando o **Alferes** Macedo, e abrindo vaga no posto de **Alferes** no Corpo de Cavalaria, devendo ambas serem preenchidas em tempo oportuno.

Exoneração – Exonera o **Alferes** Antonio Frederico de Macedo.

Exclusão – Exclui o **Alferes** Antonio Frederico de Macedo.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 518(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 28_AGO_1897

LOCAL: Acampamento em Queimadas.

ASSUNTO: Advertência – o **Major Fiscal** Calixto Malaquias Mendes por se exceder no consumo de bebida alcoólica.

Abono de Gratificação – Abona os serviços do **Soldado** nº 51 Francisco José de Souza e do **Aspençada** nº 47 Manoel Pereira por ter findado seus tempos de serviço e, contudo, estarem suspensas as baixas de praça por conclusão de tempo de serviço.

Despacho – Despacha a Petição do **1º Sargento** da 4ª Companhia Francisco José de Souza, solicitando ser submetido a Conselho, a fim de justificar sua prisão.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 519(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 30_AGO_1897

LOCAL: Acampamento em Queimadas.

ASSUNTO: Prisão de Oficial – Determina a prisão por 24 horas, no abarracamento do Estado Maior, do **Alferes** João de Deus da Silva Cruz, por ter se insubordinado e ameaçado de espancamento em frente a outros oficiais do Regimento e do Exército o **Tenente** Benedicto Rolando Cearense.

Prisão – Prende na respectiva barraca por 48 horas o **1º Sargento** da 1ª Companhia Cícero Moraes por reincidentemente apresentar-se ao seu posto em embriaguez.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 520(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 01_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Serra Branca.

ASSUNTO: Exclusão – Exclui por deserção da 3ª Companhia o **Aspençada** nº 157 Lindolpho Azevedo de Farias, e **Soldado** nº 50 José Laurindo da Silva.

Soltura – Libera o **1º Sargento** da 1ª Companhia Cícero Moraes.

Advertência – Repreende o **Alferes** Severiano Ribeiro Pampulha por irresponsabilidade para com o transporte da bagagem, tendo se extraviado a barraca do **Major Fiscal**.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 521(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 02_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canção.

ASSUNTO: Advertência – Repreende o **Capitão** Francelino Gil de Souza.

Exclusão – Exclui por deserção **Soldado** nº 132 da 3ª Companhia Dacir Deodato de Oliveira.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 522(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 06_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo.

ASSUNTO: Rebaixamento – Repreende e rebaixa temporariamente o **2º Sargento** da 4ª Companhia Aristides Wanderley por 15 dias, em virtude de ter extraviado o Borrão da Mostra dos Vencimentos de sua Companhia que lhe fora confiado o transporte na marcha, bem como por ter negado a carga do referido borrão.

Agradecimento – Louva e agradece ao **2º Sargento** da 2ª Companhia por ter encontrado e conservado o referido borrão extraviado pelo **2º Sargento** da 4ª Companhia Aristides Wanderley.

Advertência – Repreende severamente o **Capitão Comandante** da 4ª Companhia Francelino Gil de Souza pela falta de zelo, cuidado e força moral para com os seus subordinados, demonstrando incapacidade para o cargo de Comando que ora ocupa e prevenindo que, na continuidade destes modos, será o Comando Geral obrigado a suspende-lo de suas funções.

Abono de Gratificação – Tendo em vista Parte do **Capitão Comandante da 1ª Companhia** Manoel Alexandre da Câmara, do **Tenente Comandante Interino da 2ª Companhia** Benedicto Rolando Cearense, **Capitão Comandante da 3ª Companhia** Manoel Baptista Cordeiro e **Capitão Comandante da 4ª Companhia** Francelino Gil de Souza, abona os serviços do **Cabo de Esquadra** da 1ª Companhia Luiz Lopes de Mendonça, **Cabo de Esquadra** da 1ª Companhia Pedro José de Andrade, **Cabo de Esquadra** da 2ª Companhia Graciano [?], **Soldado** nº 48 da 2ª Companhia Dorotheio José Teixeira, **2º Sargento** da 3ª Companhia Francisco Evaristo, **Aspençada** nº 50 da 4ª Companhia João Francisco da Cruz, **Aspençada** nº 51 da 4ª Companhia Luiz Francelino Ferreira, **Soldado** nº 49 da 4ª Companhia Isaac Ferreira de Oliveira, por terem findado seus tempos de serviço e, contudo, estarem suspensas as baixas de praça por conclusão de tempo de serviço.

Baixa – Exclui por falecimento no Estado do Pará o **Soldado** nº 45 da 2ª Companhia Germiniano Miguel dos Santos.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 523(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 07_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo.

ASSUNTO: Baixa – Exclui por falecimento o **Soldado** nº 144 da 2ª Companhia Manoel Francisco do Nascimento.

Transcrição – Transcreve Ordem do Dia do Comando da Divisão que informa sobre a organização das forças auxiliares na **Divisão Auxiliar** sob o comando do **General** Carlos Eugênio de Andrade Guimarães em duas Brigadas, sendo a **1ª Brigada da Divisão Auxiliar** composta pelos 4º, 28º, 29º, 37º e 39º Batalhões do Exército & a **2ª Brigada da Divisão Auxiliar** composta pelos seguintes Corpos de Polícia: 1º do Amazonas, 1º e 2º do Pará, e 4º da Bahia. NOMEIA – Nomeia a cargos do Estado Maior [ilegível]. DETERMINA – Determina que o pessoal dos canhões em marchar para Monte Santo faça parte da 1ª Brigada. TRANSFERE – Transfere do 29º Batalhão de Infantaria para o 5º Regimento de Artilharia de Campanha o **Soldado** Honório Ribeiro da Silva Paraná, por solicitação do mesmo.

Nomeação – Nomeia como **Assistente do Deputado do Ajudante General o Major Adido** do 1º Corpo de Infantaria do Amazonas José Augusto da Silva Júnior e para **Assistente do Deputado do Quartel-Mestre General o Tenente** do 2º Corpo de Infantaria do Estado do Pará Aprígio Ottoni Pereira Franco.
ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 524(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 09_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo.

ASSUNTO: Exclusão – Exclui do estado efetivo por incapacidade física o **2º Sargento** Guilherme Pedro Toscano, e o **Soldado** da 3ª Companhia Antonio da Conceição.

Exclusão – Exclui por deserção em virtude do novo Termo de Deserção o **Soldado** nº 78 da 1ª Companhia João Evangelista de Souza Neves, por ter se ausentado 24h do Corpo.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 525(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 10_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo.

ASSUNTO: Transcrição – Transcreve parte da Ordem do Dia nº 2 do Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar referente ao 2º Corpo, LOUVOR – Louva o **Tenente-**

Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura, Oficiais e praças do 2º Corpo por terem se portado o mais satisfatoriamente possível a vista da correição, disciplina e compreensão nítida dos deveres no exercício que fez na praça Floriano Peixoto.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 526(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 14_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Sussuarana.

ASSUNTO: Abono de Gratificação – Abona os serviços do **2º Sargento** nº 14 da 1ª Companhia Manoel José de Assumpção por ter findado seus tempos de serviço e, contudo, estarem suspensas as baixas de praça por conclusão de tempo de serviço.

Exclusão – Exclui por deserção o **Aspençada** nº 141 da 3ª Companhia Paulo da Purificação Jordino[?] por ausentar-se do Corpo por 24h e faltar à marcha ao acampamento de Caldeirão.

Agradecimento – Louva mais uma vez o Corpo pelo garbo, correição e uniformidade que este Corpo apresentou durante o exercício no qual estavam presentes o **Marechal Ministro da Guerra** Carlos Machado Bittencourt, **General Comandante da Divisão Auxiliar** Carlos Eugênio de Andrade Guimarães e **Coronel Comandante da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar** José Sotero de Menezes.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 527(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 15_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Calumbi do Cambaça (Fazenda).

ASSUNTO: Elevação de classe – Eleva à **Tambor de Classe** o Soldado da 3ª Companhia José Ignácio Avelino da Cruz.

Alta de Posto de Inferior – Resolve dar alta do dito posto ao **Furriel** Elizio Antonio da Silva, por este servir como **2º Sargento** no 2º Corpo.

Transferência – Transfere o **2ª Sargento** Elizio Antonio da Silva da 1ª Companhia para a 4ª Companhia deste corpo a fim de preencher vaga existente.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 528(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 17_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Alterações – Informa ter o Corpo acampado a 16 de Setembro no ponto chamado Tapera Velha nas cercanias de Canudos, em proteção ao 5º Regimento de Artilharia do Exército Nacional por ordem do **Coronel Comandante da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar**.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 529(Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 19_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos no Forte 7 de Setembro.

ASSUNTO: Repreensão Severa a Inferior – Repreende severamente aos **2ª Sargento** rebaixado temporariamente Aristides Wanderley e **1º Sargento** Francisco José de Souza da 4ª Companhia, este por dirigir palavras ofensiva a um seu subordinado, o que é uma transgressão disciplinar prevista em regulamento, e aquele pela maneira pouco conveniente com que tem se portado a pretexto de se furtar ao serviço.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 530 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 20_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos no Forte 7 de Setembro.

ASSUNTO: Alta de Posto – Determina a alta de posto por conclusão de castigo lhe imposto pela Ordem do Dia nº 522 de 5 do mês corrente, ao **2º Sargento** da 4ª Companhia Aritides Wanderley.

Louvor – Louva o **Capitão** Manoel Alexandre da Câmara pela prontidão e eficácia com que socorreu a guarda da Aguada quando atacada no dia anterior pelo inimigo, o **Alferes** João de Deus da Silva Cruz pela calma e coragem com que resistiu ao dito ataque como Comandante daquela guarda, bem como pelo mesmo motivo o **2º**

Sargento Raimundo Duarte do Nascimento, **Cabo de Esquadra** Antônio Ribeiro da Silva e demais praças da mesma guarda excetuando o **Soldado** nº 166 da 1ª Companhia Francisco das Chagas Ney e **Soldado** nº 135 da 1ª Companhia Pedro de Paula Ferreira, e ainda pela precisão e certeza de pontaria o **Soldado** nº 56 da 3ª Companhia Francisco Sampaio de Souza.

Censura – Censura pelo comportamento incorreto durante o ataque da Aguada o **Soldado** nº 137[*] da 1ª Companhia Pedro de Paula Ferreira e o **Soldado** nº 166 da 1ª Companhia Francisco das Chagas Ney.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 531 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 22_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos no Forte 7 de Setembro.

ASSUNTO: Abono de Gratificação – Tendo em vista Parte do **Capitão Comandante da 1ª Companhia** Manoel Alexandre da Câmara, do **Tenente Comandante Interino da 2ª Companhia** Benedicto Rolando Cearense, **Capitão Comandante da 3ª Companhia** Manoel Baptista Cordeiro e **Capitão Comandante da 4ª Companhia** Francelino Gil de Souza, abona os serviços do **Sargento Ajudante** da 1ª Companhia Paulino Gonçalves Bastos, **Músico de 3ª Classe** da 1ª Companhia Antonio Raimundo de Oliveira, **Cabo de Esquadra** nº 57 da 1ª Companhia Ildefonso Teixeira de Vasconcelos, **Aspençada** nº 54 da 2ª Companhia Jovelino Camilo dos Santos, **Soldado** nº 53 da 2ª Companhia João Gomes Teixeira, **Corneteiro** nº 54 da 2ª Companhia Manoel Euclides da Silva, **Tambor** nº 129 da 2ª Companhia Francisco José Arcino, **Cabo de Esquadra** da 3ª Companhia Laudeomiro José Arcino, **Cabo de Esquadra** da 4ª Companhia Francisco Antonio Pedro, por terem findado seus tempos de serviço e, contudo, estarem suspensas as baixas de praça por conclusão de tempo de serviço.

Louvor – Louva o 2º **Sargento** da 2ª Companhia pela pontaria demonstrada no dia anterior, na Trincheira do Pico, ao abater um jagunço que “pelo asseio do traje parecia não ser um dos vulgares da quadrilha de lunáticos”, constituindo belo exemplo a seus companheiros “no momento em que todos os bons brasileiros se congregam nestes ínvios sertões para defesa da República, destruindo a Horda de selvagens, desnaturados bichos d’estas plagas, que por momento intentaram perturbar a tranqüilidade nacional”.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 532 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 24_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos no Forte 7 de Setembro.

ASSUNTO: Transcrição – Transcreve a Ordem do Dia nº 3 de 24 de Setembro do Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar. ORDEM DO DIA Nº 3 – Publica na íntegra a Ordem do Dia nº 133 do Senhor General em Chefe que publica o Decreto nº 2443 de 10 de Março de 1897 que, por meio do Artigo 3º da Lei de 06 de Novembro de 1827, trata da concessão de meio soldo [?]QUESTÃO[?] aos herdeiros dos oficiais falecidos em operação.

Transcrição – Transcreve a Ordem do Dia nº 134 do Comando da 2ª Coluna. VIVAS – Louva o completar do cerco à cidadela e exorta o valor da soldadesca.

ASSINANTE: General Arthur Oscar // Coronel José Sotero de Menezes // Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 533 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 26_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Exclusão – Exclui por morte durante os combates do dia anterior o **Capitão** da 3ª Companhia Manoel Baptista Cordeiro, e os praças **2º Sargento** nº 143 da 1ª Companhia Manoel José da Assumpção, **Cabo** nº 57 da 1ª Companhia Ildefonso Teixeira de Vasconcelos, **Aspençada** nº 59 da 1ª Companhia Olimpio Teixeira da Cunha, **Soldado** nº 138 da 1ª Companhia Benedicto Antonio dos Santos, **Corneta-Mor** José Lourenço Carneiro da Cunha, **Aspençada** nº 48 da 2ª Compahia Firmeliano Fernandes Lopes, **Soldado** nº 18 da 2ª Companhia Ildefonso José da Silva, **Soldado** nº 51 da 2ª Companhia Manoel Soares de Souza, **Soldado** nº 119 da 2ª Companhia Antonio Pereira de Souza, **Aspençada** nº 69 da 3ª Companhia Francisco Bernardo da Silva, **Soldado** nº 43 da 3ª Companhia Francisco Caetano de Vasconcelos, **Soldado** nº 64 da 3ª Companhia João Raymundo Ribeiro, **Soldado** nº 103 da 3ª Companhia João Lopes de Souza Cardoso, **Soldado** nº 150 da 3ª Compahia Marcellino Pereira Soares,

Aspençada nº 47 da 4ª Companhia Manoel Pereira, **Aspençada** nº 124 da 4ª Companhia Salvador Baptista da Conceição.

Doente no Acampamento – Em vista dos ferimentos pelo combate do dia anterior, passam a Doentes o **Major** Calixto Malaquias Mendes, **Capitão Ajudante** Benedicto Asclepiades de Pontes, **Tenente** Antonio Rosa Chaves.

Pesar – Lamenta profundamente e sauda efusivamente os mortos, Oficial e praças, no combate, bem como os dados baixa como feridos e exorta pela atuação passada e futura, bem como informa a entrada no arraial de canudos donde foram dominadas não menos que oitocentas casas, tomando a posição da Igreja Nova e da Aguada e hasteando os pavilhões do Estado do Pará e do Corpo no interior do arraial.

Fiscalização, Adjudância e Comando de Companhia – Assume a fiscalização do Corpo o **Capitão** Manoel Alexandre da Câmara, a Adjudância o **Alferes** da 4ª Companhia Luiz da França Oliveira, e o Comando de suas respectivas unidades o **Alferes** da 1ª Companhia João de Deus da Silva Cruz e **Tenente** da 3ª Companhia Raymundo de Oliveira Coutinho.

Transcrição – Transcreve na íntegra a Ordem do Dia nº 4 do dia anterior do Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar na qual se transcreve para público a Parte do **Coronel** Comandante da 2ª Brigada José Sotero de Menezes endereçada ao **Coronel** Comandante Interino da 2ª Coluna Manoel Joaquim de Medeiros justificando-se sobre a “transgressão” do ataque de 25 de SET, e no ensejo elogiando efusivamente o **Tenente-Coronel** Comandante do 2º Corpo da 2ª Brigada Antonio Sergio dias Vieira da Fontoura, **Major** do 2º Corpo Calixto Malaquias Mendes, **Capitão** Ajudante do 2º Corpo Benedicto Asclepiades Pontes, **Tenente** do 2ª Corpo Antônio Rosa Chaves, **Tenente** do 1º Corpo Levino Monteiro de Oliveira, elogiando ainda da parte do **Tenente-Coronel** Fontoura o **Tenente** Ajudante de Ordens Ernesto Frederico Holman, **Sargento** Ajudante Paullino Gonçalves Bastos, **Sargento** Quartel-Mestre Ernesto França Messias, 2º **Sargento** Cypriano Neves Alexandria, 2º **Sargento** Raymundo Alberto de Vasconcelos, 2º **Sargento** José Orleães da Silva, como os da parte do **Major** Comandante Interino do 1º Corpo João de Lemos o **Tenente** Levino Monteiro de Oliveira, **Alferes** Manoel Guedes da Silva Hernani, **Alferes** Miguel Vieira Queiroz, **Alferes** Orvácio Deolindo da Cunha Marreca, **Sargento** Quartel-Mestre Ourico Moreno Coutinho Canavarro, **Cabo** de Esquadra José de Mello Carvalhedo, **Soldado** Manoel Baptista de Mendonça, e os da parte do próprio **Coronel** Comandante Sotero antes de sair de combate o **Major** Assistente do Ajudante General de Brigada Adido ao 1º Corpo

do Estado do Amazonas José Augusto da Silva Junior, **Tenente** Ajudante de Ordem do Comando da 2ª Brigada Ernesto Frederico Calmom, **Tenente** Ajudante de Quartel-Mestre da 2ª Brigada Arpígio Ottoni Pereira Franco. Destaca ainda ao **Alferes** do 1º Corpo Matheus Valente emcarregado pelo Estandarte do Estado d Pará e que o asteou, junto com os pavilhões dos Corpos, na cidadela na posição que hora ocupava a 2ª Brigada. Informa a entrega às 1300h a posição tomada ao inimigo aos Batalhões 15º, 22º, 24º e 32º de Infantaria do Exército. Lastima a morte do **Capitão** Baptista e de 20 praças, sendo 2 do 1º Corpo, além da baixa de ferido do **Major** Fiscal Calixto Malquias, do **Capitão** Ajudante Benedito Asclepiades, do **Tenente** Antônio Rosa Chavez, e 30 praças, sendo 24 do 2º Corpo e 6 do 1º Corpo. Destaca o trabalho dos médicos **Major** Monteiro da Motta resende e **Capitão** Virgílio Martins Lopes de Mendonça pelos cuidados dos feridos em combate, acrescentando a urgência em transportar alguns para a capital em vista da gravidade dos ferimentos. Calcula em aproximadamente 80 o número de jagunços mortos durante a operação, além de vinte e tantas mulheres e crianças e dois homens que foram apresentados ao Comando da Coluna, juntamente com quinze espingardas Malincher e um bacamarte apreendido após o combate, alertando ser em um número muito maior foi-lhes clandestinamente enviado. Estimou-se o gasto de cerca de 20.000 cartuchos de munição e muitas armas completamente estradadas, sendo estas do Governo do Estado do Pará, aguardarão regresso a este.

Mortos e Feridos em Combate – Solicita aos Comandantes dos Corpos suprascitados que excluam do quadro efectivo o Oficial e os respectivos praças mortos em combate e passem a doentes os dados como feridos em combate, fazendo as devidas substituições e os abonos de seus vencimentos a excepção das gratificações inerentes aos cargos que, por ventura, ocuparão.

ASSINANTE: Coronel José Sotero de Menezes // Tenente-Coronel Comandante do 2º de Infantaria Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 534 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 28_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Louvor – Louva o papel da Força Pública Paraense em 25 de Setembro e ascentua o coreto procedimento dos senhores **Major** Calixto Malaquias Mendes, **Capitão** Benedicto Asclepiades de Pontes, **Alferes** Secretário Henrique Rubem,

Capitão Manoel Alexandre da Câmara, **Capitão** Francelino Gil de Souza, **Tenente** Antônio Rosa Chaves, **Tenente** Benedicto Rolando Cearense, **Tenente** Raymundo de Oliveira Coutinho, **Alferes** Luis da França Oliveira, **Alferes** João de Deus da Silva Cruz, **Alferes** Arthur Claudino Barros, **Alferes** Joaquim Ferreira da Silva, **Sargento** Ajudante Paulino Gonçalves Bastos, **Sargento** Quartel-Mestre Esnesto da França Messias, **1º Sargento** Henrique Marques Pereira, **1º Sargento** Messias Altino Borges, **1º Sargento** Francisco José de Souza, **2º Sargento** Joaquim Marinho de Vasconcellos Sobrinho, **2º Sargento** José Mariano dos Santos, **2º Sargento** Antonio José de Castro, **2º Sargento** Cypriano Neves de Alexandria, **2º Sargento** Antonio Baptista de Moraes, **2º Sargento** Raymundo Alberto de Vasconcellos, **2º Sargento** Francisco Evaristo Monterro, **2º Sargento** Feliciano Antonio de Laurecio, **2º Sargento** Raymundo Duarte do Nascimento, **2º Sargento** José Orleano da Silva, **2º Sargento** Aristides Wanderley Djalma Vianna Henriques, **2º Sargento** Elizio Antonio da Silva, **2º Sargento** [?] José Jorge da Aleluia, **2º Sargento** Salustiano Serra Pinheiro, **2º Sargento** Manoel Pereira de Albuquerque e demais praças deste Corpo.

Exclusão por Falecimento – Exclui por falecimento, decorrente de ferimento causado pelo combate de 25 de Setembro, o **Aspençada** nº 122 da 4ª Companhia Pedro Gomes da Silva.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante do 2º de Infantaria Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 535 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 29_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Campo de Combate em Canudos.

ASSUNTO: Transcrição – Transcreve na íntegra o aditado na Ordem do Dia nº 137 do Comando em Chefe e a Ordem do Dia nº 1 do Comando da 2ª Coluna.

APRESENTAÇÃO - Informa a apresentação neste dia do **General de Brigada** Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, nomeado pela Portaria nº 17 do Ministério da Guerra publicada na Ordem do Dia nº 866 de Agosto último para servir na Divisão como seu Estado-Maior, dando estimas e elogiando o Exército Nacional e a Campanha que hora se desvela. ORDEM DO DIA Nº 1 do Comando da 2ª Coluna – Assume o Comando da 2ª Coluna, composta pelos Batalhões 4º, 9º, 12º, 26º, 29º, 30º, 31º, 32º, 34º, 37º, 38º, 39º, 40º e as Polícias de São Paulo, Pará e do Amazonas, formando as 4ª, 5ª e 6ª

Brigadas e a de Polícia, sob o Comando de **Coronel** João César Sampaio, **Coronel** José Sotero de Menezes, **Coronel** Antonio [?]Tupy[?] Ferreira Caldas, **Coronel** Francisco Lopes do Rego, e no ensejo faz a sua declaração de “posse” no Comando, ascentuando a participação no sucesso da empreitada contra os Revolucionários de 1893 no Rio Grande do Sul, agraciando seus ex-comandados e sua recém-assumida unidade, ascentuando o papel do Exército como único sustentáculo da República.

ASSINANTE: General de Brigada Arthur Oscar de Andrade Guimarães // General de Brigada Carlos Eugênio de Andrade Guimarães // Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 536 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 30_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Campo de Combate.

ASSUNTO: Transcrição – Transcreve na íntegra a Ordem do Dia nº 140 do Comando em Chefe das Forças em operação datado do mesmo dia. PLANO DE ASSALTO AO REDUCTO CENTRAL DE CANUDOS – Organiza o assalto à cidadela que ocorrerá na manhã seguinte, dispondo detalhadamente as tropas e adiantando o percurso dos principais movimentos do assalto.

ASSINANTE: General de Brigada Arthur Oscar de Andrade Guimarães // Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias da Fontoura.

Nº: 537 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 03_OUT_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos, Campo de Combate.

ASSUNTO: Doente no Acampamento – Dá como doente o **Alferes** João de Deus da Silva Cruz, ficando prescrito de Comandar interinamente a 1ª Companhia.

Comando de Companhia – Determina que assuma interinamente, em substituição do Oficial supracitado, o **Alferes** Joaquim Pereira da Silva o Comando da 1ª Companhia.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 538 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 06_OUT_1897

LOCAL: Acampamento no Arraial de Canudos.

ASSUNTO: Transcreve a narrativa do Regimento Militar do Pará em operação, descrevendo o assalto final à cidadela de Canudos que foi travado de 01 a 15 de Outubro, aproveitando para, no contexto da campanha, discriminar os nomes do **Capitão** Fiscal Interino Manoel Alexandre da Câmara, **Alferes** Ajudante Interino Luis da França Oliveira, **Alferes** Secretário Henrique Ribeiro, **Alferes** Quartel-Mestre Severiano Ribeiro Pompacho, **Capitão** Comandante da 4ª Companhia Marcelino Gil de Souza, **Tenente** Comandante Interino da 2ª Companhia Benedicto Rolando Cearense, **Tenente** Comandante Interino da 3ª Companhia Raymundo de Oliveira Coutinho, **Alferes** Comandante Interino da 1ª Companhia Joaquim Pereira da Silva, **Alferes** da 4ª Companhia Artur Claudino de Barros, **Sargento** Ajudante Paulino Golçalves Bastos, **Sargento** Ernesto da França Messias, **1º Sargento** Henrique Marques Pereira, **1º Sargento** Messias Alterio Borges, **1º Sargento** Francisco José de Souza, **2º Sargento** Joaquim Marinho de Vasconcelos Sobrinho, **2º Sargento** Antonio José de Castro, **2º Sargento** Cypriano Nunes de Alexandria, **2º Sargento** Francisco Evandro Monteiro, **2º Sargento** Policiano Antonio Laneiro [?], **2º Sargento** Raymundo Duarte do Nascimento, **2º Sargento** Aristides Wanderley Djalma Vianna Henriques, **2º Sargento** Antonio Roberto de oliveira Reis, **2º Sargento** Elizio Antonio da Silva, **Furriel** José Jorge da Aleluia, **Furriel** Salustiano Serra Pinheiro, **Furriel** Manuel Pereira de Albuquerque, e demais praças que tomaram parte no combate de 05 de Outubro.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 539 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 07_OUT_1897

LOCAL: Acampamento no Arraial de Canudos.

ASSUNTO: Exclusão por Falecimento – Em virtude da Ordem do Dia nº 8 do Comando do Regimento, exclui por falecimento, da 2ª e 3ª Companhias deste Corpo o **Cabo** de Esquadra Marcelino Carlos de Almeida Saldanha, **Aspençada** Raymundo Ferreira da Cunha, **Aspençada** Anselmo Soares da Silva, que faleceram no Hospital de Sangue no dia anterior devido a ferimentos do Combate.

Transcrição – Transcreve parte da Ordem do Dia nº 8 do Comando Geral. DISPENSA DE CARGOS – Tendo sido dissolvida a Brigada de Polícia, reverte o cargo do **Tenente** do 2º Corpo de Infantaria Aprígio Ottoni Pereira Franco, de Deputado do Quartel-Mestre General ao de Secretário Interino do Regimento, e dispensando do cargo de Assistente do Ajudante General o **Major** Adido ao 1º Corpo de Infantaria do Estado do Amazonas José Augusto da Silva Júnior. LOUVOR – Louva a atuação do **Tenente** Aprígio Ottoni no cargo que ora deixa, e abstêm-se de apreciação ao **Major** José Augusto que deu parte de doente desde que assumiu o cargo.

ASSINANTE: Coronel José Sotero de Menezes // Tenente-Coronel Comandante do 2º de Infantaria Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 540 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 10_OUT_1897

LOCAL: Acampamento em Monte Santo..

ASSUNTO: Cargos – Por motivo de alta do Hospital determina que assuma a Ajudância Geral o **Alferes** Francisco José Ferreira, em substituição do **Alferes** Luis da França Oliveira, que assumirá o Comando Interino da 1ª Companhia, de cujo fica dispensado o **Alferes** Joaquim Pereira da Silva.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 541 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 13_OUT_1897

LOCAL: Acampamento em Tanquinho.

ASSUNTO: Transcrição – Transcreve a Ordem do Dia nº 14 do Comando do Regimento. PRISÃO DE OFICIAL – Determina a prisão do **Alferes** João de Deus da Silva Cruz por oito dias por ter, sendo encarregado da condução dos doentes e feridos, sem ordens para tanto, passado deste acampamento, levando os ditos doentes a ficarem o dia inteiro sem o devido tratamento e medicamento, bem como ter feito com que alguns cargueiros o acompanhassem.

ASSINANTE: Coronel José Sotero de Menezes // Tenente-Coronel Comandante do 2º de Infantaria Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 542 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 17_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro, São Salvador, Bahia.

ASSUNTO: Abonos de Gratificação – Tendo em vista Parte do **Tenente Comandante Interino da 2ª Companhia** Benedicto Rolando Cearense e do **Tenente Comandante Interino da 2ª Companhia** Benedicto Rolando Cearense, **Capitão Comandante Interino da 3ª Companhia** Raymundo de Oliveira Coutinho, abona os serviços do **Cabo de Esquadra** nº 67 da 2ª Companhia Manoel Correa Dias, **1º Sargento** da 3ª Companhia Messias Altino Borges, **Cabo de Esquadra** nº 123 da 3ª Companhia João Clementino de Oliveira por terem findado seus tempos de serviço e, contudo, estarem suspensas as baixas de praça por conclusão de tempo de serviço.

Exclusão por Falecimento – Exclui sob determinação de Ordem do Dia nº 15 de hoje do Comando Geral, por falecimento decorrente de ferimento causado pelo combate de 25 de Setembro, o **Cabo de Esquadra** nº 122 da 3ª Companhia Mateus Manoel de Menezes.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 543 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 18_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro, São Salvador, Bahia.

ASSUNTO: Inclusões por Alistamento – Inclui como alistados voluntariamente após passagem pela inspeção de saúde, para servirem por três anos, mediante as vantagens do regulamento, os paisanos Theophilo Correa dos Passos a ser efetivado na 1ª Companhia e Francisco Coelho Cavalcante e Luiz Paulo de Souza a serem incorporados à 3ª Companhia, nas quais serão numerados.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 544 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 19_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro, São Salvador, Bahia.

ASSUNTO: Prisão e Rebaixamento – Informa determinação publicada na Ordem do Dia nº 17 de hoje do Comando Geral, na qual penaliza o **1º Sargento** do 2º Corpo de Infantaria Francisco José de Souza a prisão por 25 dias e rebaixamento de posto por 60 por ter-se propositadamente atrasado na marcha feita a Queimadas, dando exemplo contrário à disciplina aos seus subordinados.

Exclusão por Falecimento – Exclui por determinação da mesma Ordem do Dia supracitada o **Músico de 3ª Classe** da 1ª Companhia Manoel Ferreira de Araujo e o **Cabo de Esquadra** da 3ª Companhia Pedro de Araujo Lima, que faleceram em Monte Santo a 10 do corrente, e o **Soldado** da 4ª Companhia Dionisio Jacinto dos Santos falecido em Queimadas.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 545 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 20_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro, São Salvador, Bahia.

ASSUNTO: Reinclusão e Prisão – Publica a resolução da Ordem do Dia nº 18 do Comando Geral, na qual determina a prisão do **Soldado** José Leandro da Silva do 2º Corpo que se apresentou a 16 do Corrente mês ao Comissário de Polícia de Santo Amaro com o nome de João Evangelista da Silva, após o que foi apresentado ao Comando Geral pelo Sr. Dr. Chefe de Segurança Pública do Estado, ficando este reincluído ao dito Corpo e com este marchando no aguardo do Conselho de Guerra.

Abono de Gratificação – Tendo em vista Parte do **Capitão Comandante da 4ª Companhia** abona os serviços do **Cabo de Esquadra** da 4ª Companhia Viscente pinto Brandão por ter findado seu tempo de serviço e, contudo, estarem suspensas as baixas de praça por conclusão de tempo de serviço.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 546 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 21_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro, São Salvador, Bahia.

ASSUNTO: Inclusão por Alistamento – Inclui como alistados voluntariamente após passagem pela inspeção de saúde, para servirem por três anos, mediante as vantagens do

regulamento, os paisanos Jascintto Corrêa do Nascimento a ser efetivado na 3ª Companhia e Paulino Souza de Mendonça a ser incorporado à 2ª Companhia, nas quais serão numerados.

Liberdade a Oficial – A vista de Determinação do Artigo 5º das Ordens de hoje do Comando Geral, põe em liberdade o **Alferes** João de Deus da Silva Cruz, declarado preso pela Ordem do Dia nº 14 de 13 do corrente.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 547 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 22_OUT_1897

LOCAL: Forte de São Pedro, São Salvador, Bahia.

ASSUNTO: Inclusões por Alistamento – Inclui como alistados voluntariamente após passagem pela inspeção de saúde, para servirem por três anos, mediante as vantagens do regulamento, os paisanos Augusto Vaz Sodré a ser efetivado na 1ª Companhia, Eugydeo Hermes [?]Japrassu[?], Manoel Bernardo Gonçalves, Francisco Pires de Aragão a serem incorporados à 2ª Companhia, Manoel Fortunato, José Francisco dos Santos, Francisco de Assis Muniz a serem incorporados à 3ª Companhia, Manoel Virgílio de Castro Lima, José Eugydio Pedral a serem incorporados à 4ª Companhia, nas quais serão numerados.

Alta do Posto de Inferior – Dá alta do posto de 2º **Sargento** para o 1º **Sargento** Augusto Vaz Sodré para a Companhia a que pertence.

Baixa Definitiva de Posto – Em vista da Parte do **Tenente Comandante Interino** da 2ª Companhia Baptista Cearense, rebaixa definitivamente o **Cabo de Esquadra** nº 91 da 2ª Companhia José Pereira de Lima, por roubar a calça de um Soldado do 1º Corpo encontrada em seu corpo, e determina imediata devolução da mesma.

Exclusão por Transferência – Determina a exclusão deste Corpo o **Soldado** Alexandre Fernandes de Oliveira que aos 11 do mês de Setembro findo foi transferido mediante autorização do Sr. Governador para o Corpo de Cavalaria, como se publicou na Ordem do Dia nº 19 de hoje do Comando Geral.

Exclusão por Falecimento – Ainda segundo a mesma Ordem do Dia exclui por ter falecido a 4 na enfermaria militar desta Capital, vítima de varíola, o **Soldado** nº 143 da 1ª Companhia Manoel de Menezes.

Alta de Posto de Furriel – Concede alta do posto de **Furriel** ao praça deste corpo Flaviano Mendes, tendo em conhecimento este já haver ocupado e mesmo posto em outras Corporações.

Transferência por Promoção – Em virtude da alta de posto de Furriel transfere para a 1ª Companhia onde há vaga desse posto o **Furriel** Flaviano Mendes, sendo este excluído do estado efetivo da 3ª Companhia e incluído à 1ª Companhia.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 548 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 23_OUT_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Planeta no porto de São Salvador, Bahia.

ASSUNTO: Apresentação – Apresentou-se pronto ao serviço o **Tenente** Antonio Rosa Chavez, reestabelecido dos ferimentos do combate de 25 de Setembro.

Cargos – Em virtude do retorno do **Tenente** Rosa Chavez, este assume interinamente a Adjúncia do Corpo, ao que assume o **Alferes** Francisco José Ferreira o Comando da 1ª Companhia em substituição ao **Alferes** Luiz da França Oliveira.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 549 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 24_OUT_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Planeta no Mar.

ASSUNTO: Exclusão por Falecimento – Exclui por determinação da Ordem do Dia nº 21 do Comando Geral o **Cabo de Esquadra** da 1ª Companhia Pedro Ferreira de Barros, falecido por congestão cerebral no Hospital Militar da Bahia a 23 do corrente segundo Ofício nº 848 desse dia do Major Director deste estabelecimento.

Inclusões por Alistamento – Inclui como alistados voluntariamente após passagem pela inspeção de saúde, para servirem por três anos, mediante as vantagens do regulamento, os paisanos Joaquim Jorge Thomaz dos Santos, Themistocles da Motta Pessoa, Thomaz Correa Cardrim, a serem incorporados à 2ª Companhia, Manoel Geraldo da Conceição, Augusto Artesão dos Santos, José Patrício do Nascimento, Geronymo Machado dos Santos, a serem incorporados à 3ª Companhia, Entropio

Rodrigues de Araujo, João José Guimarães, João Belmiro da Palma, a serem incorporados à 4ª Companhia, nas quais serão numerados.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 550 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 25_OUT_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Planeta no porto de Maceió, Capital de Alagoas.

ASSUNTO: Inclusões por Alistamento – Inclui como alistados voluntariamente após passagem pela inspeção de saúde, para servirem por três anos, mediante as vantagens do regulamento, os paisanos João Vieira, José Amancio Dias, a serem incorporados à 1ª Companhia, Joaquim Bispo de Santanna, a ser incorporado à 2ª Companhia, nas quais serão numerados.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 551 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 01_NOV_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Planeta no porto da Amarração, Estado do Piauí.

ASSUNTO: Agradecimento e Louvor – Agradece e louva ao **Mestre de Música** do Corpo Tertuliano de Oliveira Mello pela composição do Dobrado intitulado 25 de Setembro.

Prisão e Rebaixamento – Publica a Ordem do Dia nº 23 do Comando Geral que atende ao Ofício nº 451 do **Coronel Comandante** do 2º Corpo em que comunica a Parte dada pelo **Capitão Fiscal** do 2º Corpo, prendendo por 25 dias e rebaixando indefinidamente o **1º Sargento** Cícero Moraes por tem reincidido de embriagado durante o embarque no porto da Bahia, além de outras faltas contra a disciplina verificadas em Monte Santo.

Promoção – Atendendo a proposta do **Tenente Comandante Interino** da 2ª Companhia Benedicto Rolando Cearense, promove aos postos de **Cabo de Esquadra** os **Aspençada** nº 84 da 2ª Companhia Adelmo Florencio dos Santos e **Aspençada** nº 130 da 2ª Companhia José Pedro da Silva.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura.

Nº: 552 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 02_NOV_1897

LOCAL: A bordo do Vapor Nacional Planeta no porto de São Luiz, Estado do Maranhão.

ASSUNTO: Promoções – Atendendo a proposta do **Tenente Comandante Interino** da 3ª Companhia Raymundo de Oliveira Coutinho, promove aos postos de **Cabo de Esquadra** os **Aspençada** nº 135 da 3ª Companhia Manoel Lopes de Oliveira e **Aspençada** nº 149 da 3ª Companhia José Mariano Reis.

Exclusão por Falecimento – – Exclui por determinação da Ordem do Dia nº 24 do Comando Geral o **Musico de 2ª Classe** da 1ª Companhia João Gonçalves, falecido hoje, neste porto, victimado por beri-beri.

ASSINANTE: Tenente-Coronel Comandante Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura

ANEXO - D

ÍNDICE DOS INFORMES DO 2º CORPO DE INFANTARIA DO REGIMENTO MILITAR PARAENSE AO COMANDO DA 2ª BRIGADA DA DIVISÃO AUXILIAR.

Nº: 483 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 22_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Baixa Inimiga – Informa a baixa de um jagunço que pelo asseio e alvura do traje denunciava não ser um jagunço vulgar.

Baixa Material – Informa ter-se inutilizado em serviço a carabina “Mauser” do **Soldado** nº 103 João Lopes de Souza Cardoso da 3ª Companhia.

Nº: 484 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 23_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Forma – Informa ter entrado em forma o Corpo as 2230h por motivo de um tiroteio mais intenso que os que usualmente e quase seguidamente costumam haver.

Destacamento – Informa pela ocasião do sobredito tiroteio ter destacado a 3ª Companhia ao Forte 7 de Setembro, voltando esta em alguns minutos, sem maiores incidentes.

Combate – Informa que, em razão da instalação da Peça de Artilharia no Morro do Pico, deu-se às 0650h renhido tiroteio.

Destacamento – Informa ter, por ocasião do dito tiroteio, destacado a 1ª Companhia em defesa da dita Peça do Pico, a 2ª Companhia para guarnecer o Forte 7 de Setembro, e a 3ª Companhia em guarnição da Aguada.

Baixas – Informa as baixas de feridos sem gravidade no ultimo fogo os Praças da 1ª Companhia **Cabo** nº 54 Luiz Lopes de Mendonça e **Soldado** nº 68 José Jeronymode Mello.

Munição – Informa a necessidade de algumas caixas de munição para completar o Batalhão, de maneira que seja também de reserva em caso de emergência.

Nº: 485 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 24_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Baixa – Informa, as 2130h ter sido baleado no ombro, quando já deitado em sua barraca, o **Cabo** nº 55 da 1ª Companhia Pedro José de Andrade.

Baixa – Informa ter sido baleado na parte superior da perna, à 0030h, o **Cabo** nº 100 da 4ª Companhia Manoel Ma[?]iro da Silva, que se achava de Guarda no Acampamento do Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar.

Fogo Amigo – Informa que comunicou o **Tenente Comandante Interino da 2ª Companhia** Benedicto Rolando Cearense que foram alcançados, na trincheira do Pico, por projéteis que, a julgar pela direção de origem, deveriam vir de forçar legais acampadas a oeste da dita trincheira.

Fogo Amigo – Informa que na tarde e noite do dia anterior caiu no Acampamento do Corpo grande quantidade de balas ameaçando atingir os homens em suas barracas, que pela origem, provinham do Acampamento Oposto.

Mudança de Acampamento – Informa que, em virtude do risco de Fogo Aliado e de ordem recebida, foi mudado o Acampamento para o Oriente, onde antes acampava o 1º Corpo.

Baixa Material – Informa terem-se inutilizado desde o acampamento inicial 12 carabinas Mauser.

Nº: 486 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 25_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Forma – Informa que em atenção a ordem do Comandante da Brigada e requisição do **Coronel Comandante da Brigada de Artilharia** Antonio Olimpio da Silveira, formou o Corpo às 0700h e marchou rumo à trincheira da Aguada.

Combate – Informa que, no intuito de desalojar os jagunços que se encontravam reunidos além da trincheira da agoada, deu-se intenso combate que perdurou algumas horas, até que fossem desalojados os ditos jagunços de suas posições.

Tomada de Posição – Informa que, desalojados os jagunços, foi transposto o Vaza-Barris e ocupada a posição compreendida pelo lado esquerdo da

praça denominada de Praça do Mercado, redizindo a posição ocupada pelo inimigo ao quadrilátero da praça e a Igreja Nova.

Tomada de Comando – Informa que, por motivo de ferimento do Comandante da Brigada, logo ao início da operação, assumiu o Comandante do 2º Corpo o dito posto, haja vista que uma ala do 1º Corpo viera em auxílio sob o Comando do respectivo Comandante.

Hasteamento de Pavilhão – Informa por fim terem sido hasteadas as Bandeiras, Nacional, do 2º Corpo e do Pará em uma das muitas casas tomadas na operação, publicando-se então a tomada da posição.

Justificativa Tática – Informa as numerosas baixas já no princípio do combate serem em virtude do inimigo achar-se devida e cautelosamente entrincheirado e a força legas combater à peito descoberto.

Baixas – Informa as baixas por Morte do Sr. **Capitão** Manoel Batista Cordeiro e mais 18 praças do 2º Corpo, e por Ferimento dos Srs. **Major** Calixto Malaquias Mendes, **Capitão Ajudante** Benedito Asclepiades de Pontes, **Tenente** Antonio Rosa Chavez e outras 24 praças do 2º Corpo.

Mérito em Combate – Informa terem se portado com excedida pravura e denodo os Srs. **Major** Calixto Malaquias Mendes, **Capitão Ajudante** Benedito Asclepiades de Pontes, **Tenente Ajudante de Ordens da Brigada** Levino Monteiro de Oliveira, **Tenente Ajudante de Ordens do Comandante Interino da Brigada** Ernesto Frederico Halman, **Sargento Ajudante** Paulino Gonçalves Bastos, **Sargento Quartel-Mestre** Ernesto de França Messias, **2º Sargento** Cipriano Nunes de Alexandria, **2º Sargento** Raimundo Alberto de Vasconcelos e **2º Sargento** José Orleans da Silva.

Apresentação de Oficial – Informa que do Estado Maior da Brigada, apresentaram-se ao Comandante Interino da Brigada apenas, desde o começo, o **Tenente** Ernesto Frederico Halman, e já findo o combate, **Tenente** Aprígio Ottony Pereira Franco.

Saque no Arraial – Informa que praças do Exército, conforme testemunhou também o **Major** João de Lemos, no mais crítico da situação, bem como depois dela, se empregaram a desemfreado saqueio ao invés de se conservarem em seus respectivos Batalhões afim de prestar qualquer valiozo serviço.

Entrega de Poições – Informa que foram rendidas as posição tomadas no Arraial de Canudos pelos 32º e 15º Batalhões de Infantaria do Exército em virtude de Ordem Superior.

Apreensão – Informa terem sido apreendidas 23 armas, entre carabinas Malincher e de caça 55”[?], algumas inutilizadas.

Prisioneiros – Informa terem sido aprisionados diversos jagunços, sendo um homem, mulheres e crianças, dentre os quais os feridos foram entregues à força que os rendeu, e o restante entregue ao Comando da Brigada de Artilharia.

Nº: 487 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 26_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Destacamento – Informa ter destacado a 4ª Companhia para o córrego da Aguada a fim de reforçar a força do Exército que ali se encontra.

Escaramuças – Informa que o aperto do cerco levou os canudenses a investirem contra as linhas por quatro vezes e que, mesmo após a mudança de acampamento, ultimamente e principalmente no dia anterior chovem projéteis incessantemente, ameaçando ferir não apenas os sãos, como novamente aos já feridos.

Nº: 488 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 27_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Baixa – Informa dar por ferido o **2º Sargento** da 2ª Companhia Antonio Batista de Moraes, ferido em sua própria barraca por estilhaço de bala que supõe tenha sido explosiva.

Escaramuças – Informa continuar ameaçadora a chusma de projéteis que caem sobre o acampamento, em especial na noite anterior, na qual, em virtude dos constantes e repelidos tiroteios se fizeram surtir ataques repetidos.

Feridos em Internação – Informa que, por um inferior para este fim designado, soube que todos os deste Corpo que deram baixa no Hospital de Sangue haviam já sido operados à exceção do **Aspençada** Anselmo Soares da Silva.

Situação de Aspençada – Informa que desde o combate de 25 último encontra-se o dito **Aspençada** Anselmo da Silva com a perna fraturada, precisando amputá-la, pelo que solicita “o que de mais necessário for, a bem daqueles que se batem corajosamente em defesa da República.”

Situação dos Feridos no Acampamento – Informa o pouco resguardo ao qual se expõem os feridos que estão no Acampamento do Corpo devido à falta de condições para melhor alojá-los, pelo que solicita devida apreciação e determinação sobre o facto.

Nº: 489 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 28_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Destacamento – Informa ter se destacado a Ala Esquerda deste Corpo para a Trincheira do Pico no horário de costume, sob o Comando do **Capitão Fiscal Interino** Manoel Alexandre da Câmara, tendo esta retornado no horário de Costume sem maiores problemas.

Falecimento – Informa ter falecido às 0400h no acampamento, em decorrência de ferimento recebido no combate de 25 de Setembro o **Aspençada** nº 122 da 4ª Companhia Pedro Gomes da Silva, já tendo este sido sepultado.

Nº: 490 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 29_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Possível Rendição – Informa que foram vistas, por volta das 1730h do dia anterior, duas bandeiras brancas nas cercas dos jagunços por alguns praças e oficiais de um dos morros do acampamento, uma parecendo estar hateada nas proximidades da Igreja Nova, e outra dirigindo-se rumo ao Quartel General.

Escaramuças – Ao anoitecer voltaram a ocorrer tiroteios nas linhas.

Nº: 491 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 30_SET_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Piquete – Informa que o Corpo deu um piquete de 40 praças à hora de costume para reforçar a Aguada, e ainda uma força desarmada de 40 praças para a faxina a fim de entrincheirar um canhão em ponto determinado pelo Coronel

Comandante da Brigada de Artilharia, saindo o piquete e a faxinha às 1800h e recolhendo-se às 0600h.

Nº: 497 (Cópia)

UNIDADE: 2º Corpo de Infantaria.

DATA: 06_OUT_1897

LOCAL: Acampamento em Canudos.

ASSUNTO: Combate – Narra a movimentação do 2º Corpo durante o assalto final à cidadela de Canudos durante os dias 5 e 6 de Outubro.